Jornal **O DIA** SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br | SEXTA-FEIRA, 12 DE ABRIL DE 2024 | Nª 25.629 | Preço banca: R$ 3,50

Opas destaca controle do número de mortes por dengue no Brasil

A Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) destacou, em evento sobre arboviroses, que o Brasil tem controlado o número de mortes na atual epidemia de dengue. Apesar de já ter alcançado em 2024 quase o dobro da quantidade de casos de todo o ano passado, houve uma redução proporcional no registro de óbitos. A Opas é o braço da Organização Mundial da Saúde (OMS) nas Américas.

"Esse é um ponto muito importante, ter um aumento de transmissão e não ter um aumento significativo de óbitos", avalia o especialista em arboviroses da representação da Opas no Brasil, Carlos Melo. Arboviroses são doenças causadas por vírus transmitidos, principalmente, por mosquitos, como o *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, zika e chikungunya.

"A gente não deve olhar unicamente a questão da transmissão e do número de casos. A gente tem que ter um olhar para o óbito, que é o primeiro objetivo no controle de uma epidemia, diminuir o número de óbitos e depois diminuir casos graves", completou Melo, que participou na quinta-feira (11) de um seminário sobre arboviroses organizado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio de Janeiro.

O encontro acontece no cenário em que o Brasil atinge 3,1 milhões de casos prováveis de dengue nas 14 primeiras semanas de 2024. O dado foi divulgado na quinta-feira (11). Isso representa 1.529 casos para cada cem mil habitantes. Em 2023, o país fechou o ano com 1,6 milhão de registros totais. Página 12

Polícia de SP investiga sumiço de 26 armas de guarda municipal

Página 2

Governo retirará urgência de PL da reoneração da folha

Página 12

Banco Central lança moeda comemorativa dos 200 anos da Constituição de 1824

Foto/BACEN

Página 3

Brasil concentra quase 70% dos casos de dengue da AL e Caribe

Página 9

"Página virada", diz Barroso sobre declarações de Musk contra Moraes

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, disse na quinta-feira (11) que já foram dadas as respostas necessárias e classificou de "página virada" as recentes declarações do empresário Elon Musk sobre decisões do ministro Alexandre de Moraes. Musk é dono da rede social X (antigo Twitter). Página 4

Lula sanciona, com veto, projeto que proíbe saidinha de presos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, com veto, na quinta-feira (11), o projeto de lei (PL) que acaba com as saídas temporárias de presos em feriados e datas comemorativas. A informação foi confirmada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O presidente vetou apenas o trecho que impedia a saída temporária para presos que querem visitar suas famílias. A saidinha, como é conhecido o benefício, vale para detentos que já estão em regime semiaberto.

Lula manteve a parte do texto que proíbe a saída para condenados por crimes hediondos e violentos, como estupro, homicídio e tráfico de drogas.

Pela legislação, presos que estão no semiaberto, que já cumpriram um sexto do total da pena e que possuem bom comportamento podem deixar presídio por cinco dias para visitar a família em feriados, estudar fora ou participar de atividades de ressocialização.

Antes de ser sancionado pela presidência da República, o projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. A parte da lei que foi vetada será reavaliada pelo Congresso, que poderá derrubar o veto do presidente. (Agência Brasil)

Bolsa Atleta tem número recorde de solicitações em 2024

O Ministério do Esporte informou na quinta-feira (11) que as inscrições para o Bolsa Atleta bateu um número de candidaturas no ano de 2024, com 9.076 solicitações. O programa brasileiro de patrocínio de esporte individual, o maior do mundo, tem como novidade a inclusão de gestantes, puérperas, atletas surdos e auxiliares do esporte paralímpico.

"A categoria que mais obteve inscritos foi a Atleta Nacional, com 5.990 esportistas. Em segundo lugar ficou a categoria Internacional, com 1.448. Em seguida, a Estudantil (699), atletas Olímpicos/Paralímpicos e Surdolímpicos (534) e Atletas de Base (405). Na lista, 44,25% são do gênero feminino; 55,75%, do masculino; e 24% são pessoas com deficiência", informou o Ministério do Esporte por meio de sua assessoria de imprensa.

As inscrições para a edição 2024 do Bolsa Atleta puderam ser feitas até a última segunda-feira (8). Agora a expectativa é de que a lista de atletas contemplados com o patrocínio seja divulgada entre os dias 10 e 17 de junho.

Em 2023, o programa, que é mantido pelo Governo brasileiro, distribuiu R$ 120,5 milhões para 8.057 atletas. (Agência Brasil)

Esporte

FIA Girls on Track Brasil abre inscrições para Seletiva de Kart 2024

A Comissão Feminina de Automobilismo da CBA anuncia a abertura de inscrições para a Seletiva de Kart FIA Girls on Track Brasil 2024. A segunda edição dessa prova especial será realizada em 9 de junho, no Kartódromo Speed Park, na cidade de Birigui (SP), a cerca de 500 km da capital paulista. As vencedoras nas três categorias da prova serão premiadas com participação do Campeonato Brasileiro de Kart, que será disputado em outubro, também no Kartódromo Speed Park. As inscrições serão encerradas em 9 de maio.

"Nosso objetivo continua sendo fomentar a base para ampliar a presença de mulheres nos grids de corridas de todas as modalidades do automobilismo", diz Bia Figueiredo, presidente da CFA e coordenadora do FIA Girls on Track Brasil.

Ao todo, estão disponíveis 48 vagas. As participantes serão divididas entre as categorias Cadete, para idades de oito a 11 anos completados em 2024; Júnior, de 12 a 15 anos completados em 2024; e Graduadas, de 16 a 25 anos completados em 2024. Cada categoria tem 16 vagas.

Caso haja mais de 16 concorrentes em alguma categoria, terão prioridade aquelas com mais experiência, após análise da CNK (Confederação Nacional de Kart), da CFA e da CBA (Confederação Brasileira de Automobilismo).

Não há pré-requisito para participar. "As meninas não precisam ter nenhum tipo de experiência, podem ter andado de kart amador, ou de qualquer outro tipo de kart, e podem também nunca ter andado", informa Bruna Frazão, especialista em marketing esportivo que participa da gestão da CFA com Bia Figueiredo, ao lado da engenheira Rachel Loh.

Se as participantes possuírem macacão, capacete, balaclava, luvas e sapatilhas ou tênis, usam suas peças. Caso não possuam, o kartódromo disponibiliza para locação.

Cada participante deve arcar com os custos da viagem até o local da prova, hospedagem e alimentação.

A participação no evento é gratuita, por conta do apoio do FIA Sports Grant, programa de bolsas esportivas da FIA que investe na Seletiva de Kart e nos eventos da CFA pela segunda temporada seguida, e do patrocínio da Porto, recentemente anunciado, ao FIA Girls on Track Brasil e à Seletiva de Kart.

"Para a seletiva ser democrática, usaremos karts rental, de aluguel, como no ano passado, igual para todas", explica Rachel Loh.

Foto/ Soma Photografia

Seletiva *de Kart 2023*

A premiação das campeãs nas três categorias será disputar o Campeonato Brasileiro de Kart, a maior competição do kartismo nacional, de 8 a 12 de outubro, também no Speed Park, em Birigui, nas categorias Cadete, F4 Júnior e F4 Graduados. O custo equivalente a cerca de $ 30 mil por kart será bancado pela CBA, pelo FIA Sports Grant, e pela Porto.

Gastos com despesas de viagem, hospedagem e alimentação cabem às participantes. Elas também serão responsáveis por custos de peças de reposição em consequência de batidas, se esses gastos superarem o valor de R$ 2 mil.

Para o Brasileiro de Kart, as pilotas receberão a indumentária da FIA Girls on Track Brasil, e disporão de ajuda de custo no valor de R$ 5,5 mil para compra de capacete, comprovada por meio de nota fiscal.

Para participar do Brasileiro, as três pilotas terão que necessariamente estar filiadas à CBA, o que não é exigido para participar da fase inicial da seleção, com custo por conta de cada uma.

A Seletiva de Kart 2024 FIA Girls on Track Brasil tem apoio da CNK, da CBA, da Federação de Automobilismo de São Paulo (FASP), do FIA Sports Grant, e patrocínio da Porto.

Calendário 2024 da CFA/FIA Girls on Track Brasil

25/01 – Estágio em Motorsports no GP de São Paulo Mil Milhas de Interlagos, São Paulo; 16/03 –' Experiência para Estudantes na Fórmula E, Circuito Anhembi, São Paulo; 23/03 – Mitsubishi Cup, Pirassununga/SP; 25 a 28/04 – Estágio em Motorsports na Porsche Cup, Interlagos, São Paulo; 11/05 – Mitsubishi Cup, Mogi Guaçu/SP; 08/06 – Mitsubishi Cup, local a definir; 09/06 – Seletiva de Kart, fase 1; 25 a 28/07 –' Estágio em Motorsports na Stock Car e na Fórmula 4, Goiânia; 27/07 – Mitsubishi Cup, Termas de Ibirá, Ibirá/SP; 28/08 a 01/09 – Estágio em Motorsports na Copa Truck, Cascavel/PR; 28/09 – Mitsubishi Cup, Ribeirão Preto/SP; 27 e 28/09 – Estágio em Motorsports no Mitsubishi Cup, Ribeirão Preto/SP; 08 a 12/10 – Seletiva de Kart, fase 2, no Campeonato Brasileiro de Kart; 26/10 – Mitsubishi Cup, São João da Boa Vista/SP; 31/10 – 'Experiência para Estudantes no GP de São Paulo de Fórmula 1; 23/11 – Mitsubishi Cup, Mogi Guaçu/SP.

Miguel Silva tentara manter invencibilidade para ampliar liderança na V11 Aldeia Cup

Atual campeão da F4 Júnior Rookie na V11 Aldeia Cup, Miguel Silva (Rodoil/Shield Oil/SOS Bike Móvel) participará neste domingo (14) da terceira rodada dupla da temporada 2024 no Kartódromo Aldeia da Serra (Barueri/SP), com o objetivo de manter a invencibilidade na F4 Júnior e ampliar a liderança no campeonato, depois de ter vencido as quatro baterias realizadas neste ano.

"Estou muito animado para a V11 e bem ansioso para ter outro bom desempenho. Estou bem na F4 Júnior e F4 Júnior Light, e sem desmerecer os meus adversários, acho que é possível ganhar mais uma etapa", planeja o garoto de apenas 12 anos de idade.

Nas duas primeiras etapas 'Miguelito' Silva não largou da pole position – foi quinto do grid na primeira e terceiro na segunda -, mas venceu ambas. E na segunda bateria, quando os cinco primeiros invertem suas posições de largada, novamente o pilotinho da Rodoil/Shield Oil/SOS Bike Móvel foi soberanos e venceu.

"Vamos pra andar entre os três primeiros de novo e tentar levar a etapa. Estamos em um ritmo muito bom de treinos e um excelente nível de acerto de equipamento. A nossa expectativa é brigar pela vitória de novo", avisa Odair Brito, chefe da equipe Dai Motorsport/Nikima Racing.

Governador sanciona a lei do Plano Plurianual do Estado

O governador Tarcísio de Freitas sancionou a lei que traz diretrizes para o Estado de São Paulo para os anos de 2024 até 2027, chamada de Plano Plurianual – PPA. A proposta do PPA foi elaborada pelo Governo de SP e aprovada pela Assembleia Legislativa em 13 de março. O Plano Plurianual reúne objetivos estratégicos e programas governamentais com recursos, indicadores e metas para o próximo quadriênio.

O PPA reflete os compromissos da gestão e visa, prioritariamente, à redução da vulnerabilidade social; o fortalecimento do empreendedorismo e da competitividade do setor produtivo; e a modernização da política fiscal e tributária *(confira a lista completa abaixo)*.

Este Plano Plurianual tem formato inédito e prioriza gestão orientada por dados e otimização de metas. O texto se baseia na premissa do PPA base zero, com diagnóstico por regiões do Estado e análises que permitiram a identificação de novos desafios e oportunidades, o aprimoramento de programas bem-sucedidos e a criação de novas ações.

A elaboração da proposta foi coordenada pelas Secretarias da Casa Civil e da Fazenda e Planejamento, com a participação dos secretários de Estado e também da população, por meio de 18 audiências públicas realizadas ao longo de 2023 em todas as regiões administrativas e metropolitanas paulistas. Como resultado desse trabalho coletivo, o novo PPA contém 12 Objetivos Estratégicos que representam a transformação social mediante a execução dos programas estaduais até 2027.

A nova modelagem do PPA também possibilitou a eliminação de ações duplicadas e sobrepostas e a busca pela complementariedade e integração setorial, fundamentais à eficácia e à eficiência das políticas públicas.

Entre as prioridades da atual gestão, destacam-se a qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho contemplando a população economicamente ativa, além da população em situação de vulnerabilidade; promoção de políticas públicas para as mulheres; e ampliação do combate ao crime organizado.

O acompanhamento do PPA 2024-2027 pela população pode ser feito no site: https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/planejamento/Paginas/ppa2024-2027.aspx

A construção e a execução dos programas é apoiada nas diretrizes desta gestão: diálogo e inovação para uma administração pública descentralizada, inovadora e tecnológica, direcionada ao atendimento rápido e desburocratizado; dignidade e comprometimento com a participação social, o equilíbrio das contas públicas, a valorização das pessoas, o cumprimento de prazos, o desenvolvimento de ações que gerem resultados econômicos e sociais e a sustentabilidade ambiental; desenvolvimento e técnica para a implementação de modelo de gestão com ênfase em resultados, planejamento, propósito e criatividade, voltado ao cuidado com as pessoas, à geração de oportunidades, à garantia dos direitos individuais e coletivos e ao respeito ao meio ambiente.

Polícia investiga sumiço de 26 armas de guarda municipal

A polícia de São Paulo investiga o sumiço de 26 armas de fogo de uma base da guarda municipal na cidade de Cajamar, que fica na Grande São Paulo. As armas desapareceram há duas semanas.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública do estado, um inquérito foi aberto para apurar as circunstâncias do desaparecimento e para recuperação do armamento.

Em nota, a prefeitura de Cajamar informou que os agentes responsáveis pela vigilância dos equipamentos foram afastados das funções, além da abertura de uma sindicância.

No ano passado, 21 metralhadoras sumiram do Comando Militar do Sudeste, em Barueri, na Grande São Paulo. As armas foram encontradas com integrantes do crime organizado. O Ministério Público Militar denunciou oito pessoas, sendo quatro civis e quatro militares. E 19 armas foram recuperadas. (Agência Brasil)

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Isaac Felix (PL) homenageou 30 delegadas da Polícia Civil (SP), pelo trabalho na luta por Segurança Pública no Estado. Destaques pra diretora da Adepol do Brasil, Raquel Galinatti e pra presidente do sindicato estadual, Jaqueline Valadares

PREFEITURA (São Paulo)
Na propaganda do PSB (televisão), Tabata Amaral tá fazendo elogios às suas realizações enquanto deputada federal. Como é pré-candidata ao cargo de prefeita, aproveita pra dizer o que poderá fazer pela cidade. Já estaria pedindo voto ?

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Quais as possibilidades do maior e mais importante parlamento da América do Sul - continente que tem extensões do crime organizado - se envolver no caso das empresas de ônibus que estão sob intervenção da prefeitura paulistana ?

GOVERNO (São Paulo)
Segue subindo - nos recortes de quase todos os levantamentos - a popularidade do Tarcísio Freitas (Republicanos), enquanto segue caindo a do 3º governo do presidente Lula (dono do PT). Ele segue dizendo que é candidato à reeleição 2026

CONGRESSO (Brasil)
Perguntas da hora : o presidente Lula (dono do PT) seguirá bancando o deputado Alexandre Padilha (PT - SP) no cargo de ministro (relações Institucionais), apesar dos desaforos do poderoso presidente da Câmara Federal, Arthur Lira (PP - AL) ?

PRESIDÊNCIA (Brasil)
A saidinha do Lula (dono do PT) - via amigo Levandovski (ministro Justiça) - foi vetar parcialmente 'saidinhas de condenados e presos', por inconstitucionalidade em relação ao princípio da dignidade humana, pra conter revolta geral nos presídios

PARTIDOS (Brasil)
O MDB paulistano, do prefeito e candidato à reeleição 2024 Ricardo Nunes, deverá ter apoio (2º turno) do Novo, PP, Podemos, Republicanos, PSD, PL e União (PSL + DEM); coisa que já tem dos vereadores(as) filiados na 'janela da infidelidade'

JUSTIÇAS (Brasil)
Ministro e presidente do Supremo, Luís Barroso tá fazendo o papel de 'algodão entre cristais' em relação aos seus 10 colegas, em especial Alexandre Moraes, com relação a uma guerra que poderia romper entre eles e Elon Musk, dono do ex-twitter, atual X

ANO 32
O jornalista Cesar Neto assina esta coluna de política na imprensa [Brasil] desde 1993. Recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara [São Paulo] e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia [Estado São Paulo], como referência das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Balança comercial do agro de SP registra alta de 23,4% no primeiro trimestre

O agronegócio de São Paulo teve um grande desempenho no primeiro trimestre de 2024 em relação ao mesmo período do ano passado. Os números da balança comercial de São Paulo mostram que o saldo da balança do setor agropecuário cresceu 23,4%, atingindo a marca de US$ 5,44 bilhões.

De acordo com os pesquisadores Carlos Nabil Ghobril, José Alberto Ângelo e Marli Dias Mascarenhas Oliveira, do Instituto de Economia Agrícola (IEA-APTA), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, as exportações do agro paulista somaram US$ 6,81 bilhões (+17,8%).

O agronegócio paulista participou com 43,1% das exportações totais e 7,8% das importações durante o mesmo período.

A participação do agronegócio paulista foi determinante para impactar no resultado geral da Balança Comercial do Estado, que ao englobar todos os setores registrou redução no déficit em 26,7% (US$ 1,70 bilhão).

Exportações do agronegócio paulista por grupos de produtos

No primeiro trimestre de 2024, os cinco principais grupos nas exportações do agronegócio paulista foram: complexo sucroalcooleiro, com participação de US$ 2,76 bilhões das exportações paulistas – destaque para o açúcar, representando 94,1% do total exportado. Em seguida está o setor de carnes, com participação de US$ 710,99 milhões nas exportações paulistas – destaque para carne bovina como principal produto, respondendo por 84% das exportações do grupo. Produtos florestais, com participação de US$ 707,73 milhões nas exportações paulistas – destaque para a celulose e papel como principais produtos, totalizando 52,8 % e 40,6% das exportações, respectivamente. Grupo de sucos, com participação de US$ 611,92 milhões nas exportações paulistas – com destaque para o suco de laranja, o principal item exportado, com 97,7% do total. E por fim, complexo soja, com participação de US$ 522,51 milhões nas exportações paulistas – com destaque para grãos com 86,1% do total. Esses cinco agregados representaram 78,1% das vendas externas setoriais paulistas

Já o grupo do café, tradicional cultura do estado de São Paulo aparece em sexto lugar com vendas de US$ 278,49 milhões, sendo 74,0% referentes ao café verde e 23,4% de café solúvel.

Vale destacar que houve importantes variações nos valores exportados dos principais grupos de produtos da pauta paulista em comparação com primeiro trimestre do ano anterior, com aumentos para os grupos complexo sucroalcooleiro (+65,2%), dos sucos (+14,2%), do café (+13,9%) e florestais (+8,4%), e queda nos grupos complexo soja (-41,0%) e de carnes (-3,0%). Essas variações nas receitas do comércio exterior são derivadas da composição das oscilações tanto de preços como de volumes exportados.

A China lidera, sendo responsável por US$ 1,32 bilhão e representando 19,4% do total exportado pelo agronegócio paulista. No entanto, registrou uma queda de 7,0% em comparação com o mesmo período de 2023, devido à diminuição das compras de soja pelos chineses. Em segundo lugar, temos a União Europeia, com US$ 762,26 milhões, correspondendo a 11,2% do total exportado e uma queda de 14,7% no período analisado. Os Estados Unidos vêm em terceiro lugar, com US$ 750,49 milhões, representando 11,0% das exportações e registrando um aumento de 18,7%.

No agronegócio, as exportações de São Paulo representaram 18,2% do total nacional, um aumento de 2,1 pontos percentuais em comparação com o mesmo período do ano anterior, enquanto as importações diminuíram em 1,1 ponto percentual, alcançando 29,5%.

Quando se trata dos principais estados exportadores, São Paulo lidera com 18,2% de participação, seguido por Mato Grosso (18,1%), Paraná (11,6%), Minas Gerais (9,2%) e Rio Grande do Sul (7,7%). Juntos, esses cinco estados respondem por 64,8% das exportações totais do agronegócio brasileiro no primeiro trimestre de 2024.

A participação dos diferentes segmentos do agronegócio paulista na economia nacional durante os primeiros três meses de 2024 se destacou em certos grupos de produtos, nos quais a participação de São Paulo ultrapassa os 50% do total nacional. Estes grupos incluem sucos (85,3%), produtos alimentícios diversos (73,2%), outros produtos vegetais (64,6%) e o complexo sucroalcooleiro (53,9%).

Lei que institui cordão de girassol para pessoas com deficiência é sancionada em São Paulo

O governador Tarcísio de Freitas sancionou a lei estadual 17.897/2024, que institui o cordão de girassol como facilitador da identificação de pessoas com deficiências não visíveis, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA). O uso do acessório é opcional, e o exercício dos direitos dessas pessoas não está condicionado à apresentação do cordão.

A norma também exige que serviços públicos e privados treinem profissionais para reconhecer e prestar o atendimento adequado às pessoas com o cordão.

Deficiências não visíveis são aquelas que podem não ser percebidas de imediato, como deficiências auditivas, visuais e intelectuais. Quando a pessoa com deficiência não é reconhecida rapidamente em locais de acesso público, ela e seus familiares ficam suscetíveis a situações de constrangimento ao reivindicar acesso prioritário em filas ou vagas em estacionamentos.

"Indivíduos que possuem deficiências não aparentes muitas vezes veem sua situação desacreditada, já que não são perceptíveis de imediato. Essa falta de reconhecimento pode levar à minimização ou mesmo à dúvida sobre a existência da deficiência, criando obstáculos e constrangimentos para acesso a serviços e direitos", explica o secretário estadual de Direitos da Pessoa com Deficiência, Marcos da Costa.

A norma estadual complementa a lei federal 14.624/2023, que igualmente promove o cordão de girassol como símbolo já estabelecido internacionalmente para facilitar o reconhecimento de pessoas com deficiências não visíveis.

Mais de 300 vagas de trabalho serão oferecidas na VI Feira de Recrutamento das Empresas Chinesas

Mais de 300 vagas de trabalho serão oferecidas neste sábado, 13 de abril, na VI Feira de Recrutamento das Empresas Chinesas que acontece nas instalações da ESEG – Faculdade do Grupo Etapa. Gratuita e aberta ao público, a feira é promovida pela Associação Brasileira de Empresas Chinesas (ABEC), o Instituto Confúcio na UNESP e a IEST Group, pioneiros na conexão de talentos brasileiros com empresas chinesas.

Os inscritos, além de terem a oportunidade de conhecer representantes de empresas líderes da China e descobrir oportunidades de emprego em diversos setores, poderão participar de quatro palestras promovidas pelas empresas expositoras e ministradas por especialistas do setor, oferecendo insights valiosos sobre tendências de mercado e oportunidades de carreira.

Dentre as empresas chinesas confirmadas oferecendo as vagas estão: CGGC Construtora do Brasil - Construção e operação de projetos, Iest Group e Tecnologia, Magic Mobile, Joyo Tecnologia Brasil, ZTE do Brasil, Newland Payment Tecnologia Do Brasil, XCMG, China unicom do Brasil, CRRC Brasil Equipamentos Ferroviários, ICBC do Brasil Banco Multiplo SA, China Mobile Internacional Brazil Tecnologia da Informação, CGN Brasil Energia e Participações, Hisense Gorenje do Brasil Importação e Comercio de Eletrodomesticos, Wanhua Borsodchem Latin America, Ces, COFCO International Brasil, Anjun Express Logistica E Transportes Ltda, Cmoc Brasil Mineração, Concremat Engenharia e Tecnologia, J&T Express Brazil, Cainiao Network Transportes, BYD do Brasil, CPFL Energia, Chine Three Gorges, Brasil Energia, China Telecom do Brasil, Iest tecnologia, Hikvision do Brasil, Best Partner Services, Instituto Confúcio da UNESP e Prefeitura - Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.

A edição deste ano da Feira de Recrutamento de Empresas Chinesas faz parte das comemorações dos 50 anos de Diplomacia entre o Brasil e China e, além da participação das empresas, contará com o apoio do Consulado Geral da República Popular da China e da Secretaria Municipal de Relações Internacionais da cidade de São Paulo.

Para fazer o cadastro e verificar as vagas de trabalho disponíveis é só acessar: https://fremc.iestgroup.com/sign-in. Em caso de dúvidas sobre inscrição, entre em contato com fremc@iestgroup.com. Orienta-se que o candidato traga o seu currículo impresso.

Serviço:
Data: Dia 13 de Abril de 2024
Local: ESEG - Faculdade do Grupo ETAPA
Endereço: Rua Vergueiro, 1549 - Vila Mariana, São Paulo - SP, 04101-000
Aberto ao público e gratuito.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Varejo cresce 1% em fevereiro e atinge patamar recorde, diz IBGE

O volume de vendas do comércio varejista cresceu 1% no país, em fevereiro deste ano, na comparação com o mês anterior. Essa é a segunda alta consecutiva do setor, que havia apresentado crescimento de 2,8% em janeiro.

Com o resultado o setor atingiu o maior patamar da série histórica, iniciada em janeiro de 2000, superando o recorde anterior, de outubro de 2020.

Segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada na quinta-feira (11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o varejo cresceu 8,2% na comparação com fevereiro de 2023, 6,1% no acumulado do ano e 2,3% ao longo de 12 meses.

Na comparação com janeiro deste ano, seis das oito atividades do varejo cresceram: artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (9,9%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (4,8%), livros, jornais, revistas e papelaria (3,2%), móveis e eletrodomésticos (1,2%), equipamentos e material para escritório informática e comunicação (0,5%) e tecidos, vestuário e calçados (0,3%).

Segundo o pesquisador do IBGE Cristiano dos Santos, o crescimento do varejo em fevereiro foi puxado principalmente por duas atividades que não tiveram bom desempenho em 2023. Uma delas foi o segmento de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria.

"O crescimento de quase dois dígitos (9,9%) se dá mais pelos produtos farmacêuticos, porque a parte de cosméticos e produtos de beleza ficou mais estável. Tiveram alguns fenômenos que contribuíram [para o crescimento], regionalmente, como um aumento grande de procura por repelentes, por conta da questão da dengue".

A outra atividade que impulsionou o varejo em fevereiro foi o segmento de outros artigos de uso pessoal e doméstico. "Aí o maior peso vem das lojas de departamentos. A gente teve [no passado] toda aquela questão da crise, com fechamento de lojas físicas de grandes marcas. E isso vem se recuperando, já com um segundo mês de alta. Mesmo antes dessa recuperação de janeiro e fevereiro, já estava crescendo o número de lojas físicas novamente", explica Santos.

As duas atividades com queda foram combustíveis e lubrificantes (-2,7%) e hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-0,2%).

A receita nominal também cresceu: 1,2% na comparação com janeiro deste ano, 10,9% em relação a fevereiro do ano passado, 8,2% no acumulado do ano e 3,6% ao longo de 12 meses.

Varejo ampliado

O varejo ampliado, que inclui materiais de construção e venda de veículos e peças, cresceu 1,2% na passagem de janeiro para fevereiro. O comércio de veículos, motos, partes e peças cresceu 3,9% no período, enquanto os materiais de construção recuaram 0,2%.

Na comparação com fevereiro do ano passado, o varejo ampliado cresceu 9,7%. O setor também apresenta altas no acumulado do ano (8,2%) e acumulado de 12 meses (3,6%). A receita nominal avançou 1,6% na comparação com janeiro, 11,9% em relação a fevereiro de 2023, 10,1% no acumulado do ano e 5,7% ao longo dos 12 meses. (Agência Brasil)

Regulação de apostas online será concluída até julho

A regulamentação do mercado de apostas online será concluída até o início do segundo semestre. A estimativa consta em cronograma publicado pela Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda, que estabelece quatro etapas para a regulamentação.

Segundo a Portaria 561 da SPA, a primeira fase irá até o fim deste mês. A segunda fase irá até o fim de maio. A terceira, até o fim de junho. E a quarta e última fase tem a conclusão prevista para o fim de julho.

Na primeira etapa, as portarias estabelecerão as regras gerais dos meios de pagamento; os requisitos técnicos e de segurança dos sistemas de apostas; e as regras, condições e abertura do pedido de autorização para exploração comercial das apostas de quota fixa em todo o país.

Conforme o Ministério da Fazenda, as normas complementarão a portaria com as regras para as empresas de auditoria das apostas *online*, publicada em fevereiro.

Na segunda fase, em maio, a SPA publicará as portarias sobre lavagem de dinheiro e outros delitos. Também serão divulgadas as regras sobre disposições legais e direitos dos apostadores a serem observadas pelos operadores. Por fim, serão definidos os requisitos e os procedimentos de habilitação dos estúdios de jogo ao vivo e dos jogos *online*.

Em junho, o Ministério da Fazenda editará portarias com os requisitos técnicos e de segurança dos jogos *online* e com as regras de monitoramento e de fiscalização da atividade. Outra portaria detalhará os procedimentos para a aplicação de sanções administrativas para o descumprimento de regras de exploração comercial.

A fase final do cronograma, em julho, prevê mais duas portarias. A primeira definirá o conceito de jogo responsável, com diretrizes e práticas para monitorar e prevenir o jogo patológico, dentre outras medidas. A segunda detalha os procedimentos efetivar as destinações sociais, assegurando que as contribuições da indústria das apostas beneficiem a sociedade de maneira transparente.

Segundo o Ministério da Fazenda, o cronograma define uma estrutura para a regulação do setor de apostas eletrônicas e representa um avanço considerável na gestão e supervisão desse setor. "A portaria com o cronograma oferece segurança jurídica, garante previsibilidade e eficiência ao processo de regulamentação, e assim, solidifica as bases para um ambiente de apostas estável e confiável no Brasil", destacou a pasta em nota. (Agência Brasil)

Bright Cities: Paraná mantém liderança nacional em ranking de inovação e sustentabilidade

Pelo segundo ano consecutivo, o Paraná foi considerado o Estado mais inovador e sustentável do Brasil pelo ranking da consultoria Bright Cities. O estudo, que está em sua 2ª edição, leva em consideração a média dos indicadores dos três maiores municípios de cada unidade federativa. Curitiba, Maringá e Londrina aparecem entre as melhores do País. A partir dessa metodologia, a plataforma atribuiu ao Paraná nota 6,31 em uma avaliação que varia entre 4,5 e 6,49. São Paulo foi o vice-líder, com nota 6,17, seguido por Santa Catarina, com 5,95.

O ranking leva em conta indicadores usados pela Organização das Nações Unidas (ONU) para guiar melhores práticas de desenvolvimento sustentável e inclusivo. A ideia do levantamento é observar como os estados e as cidades têm trabalhado para impactar o bem-estar de seus habitantes, o meio ambiente e quais são as possíveis melhorias existentes.

Em missão internacional à Índia, onde tem como foco a busca por soluções tecnológicas inovadoras, o governador Carlos Massa Ratinho Junior comemorou o resultado. "Nos últimos anos, o Paraná se tornou uma referência nacional e internacional em desenvolvimento sustentável, demonstrando que é possível aliar altos índices de produtividade no agronegócio e na indústria com a preservação do meio ambiente", afirmou.

De acordo com a consultoria, o reconhecimento ao Paraná reflete os esforços conjuntos do setor público e da iniciativa privada em promover ações que impulsionam a inovação e a sustentabilidade em todos os níveis. Entre estas iniciativas que levaram ao resultado, o Bright Cities destaca investimentos em energias renováveis, o fomento à inovação tecnológica, o incentivo ao empreendedorismo e à criação de startups.

Exemplos mais recentes deste trabalho são o lançamento do projeto da Fábrica de Ideias, com a criação de um dos maiores hubs de inovação da América Latina em Curitiba, bem como o programa Talento Tech, para a concessão de bolsas para qualificação profissional no setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para 3 mil jovens de 50 municípios paranaenses.

"O Paraná já é considerado o estado mais inovador do Brasil, várias cidades estão se transformando em polos tecnológicos, e projetos como estes fazem com que a tecnologia e a inovação impulsionem o dinamismo da economia e a geração de empregos mais qualificados", comentou o governador.

A consultoria Bright Cities considera, ainda, que a implementação de políticas públicas voltadas para a conservação dos recursos naturais, incluindo a gestão sustentável dos recursos hídricos, o estímulo à reciclagem e o planejamento urbano pesaram na avaliação. Em março, o Paraná também registrou uma redução de 59% do desmatamento ilegal.

Curitiba foi a cidade paranaense mais bem avaliada no quesito de inovação e sustentabilidade na edição 2024 do ranking nacional, com uma nota média de 6,38. A Capital ficou na 9ª colocação entre as cidades brasileiras acima de 100 mil habitantes. Depois, aparecem a cidade de Maringá, na 12ª posição, com uma nota de 6,34, e Londrina, na 22ª, com avaliação média de 6,21.

Outras cidades que também aparecem entre as 100 mais inovadoras e sustentáveis do Brasil foram Umuarama (23ª), Pinhais (40ª), Cascavel (41ª), Toledo (54ª), Foz do Iguaçu (77ª), Arapongas (83ª) e Campo Largo (94ª).

Entre as cidades do Sul do Brasil, Curitiba e Maringá ocupam respectivamente a liderança e a vice-liderança regional, enquanto Londrina aparece em 5º lugar, atrás de Erechim, no Rio Grande do Sul, e Florianópolis, em Santa Catarina.

Com uma metodologia inovadora baseada na análise de dados, a Bright Cities é uma plataforma online que diagnostica a eficiência das cidades e estados e indica as melhores soluções para melhorá-la, tornando-a mais inteligente todos os dias. A partir de uma base de dados e centenas de indicadores reconhecidos por entidades internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Internacional de Normalização (ISO), a ferramenta estabelece rankings comparativos e traça contextos regionais.

Os diagnósticos consideram o desempenho em dez áreas prioritárias: governança, tecnologia e inovação, saúde, segurança pública, energia, meio ambiente, mobilidade, urbanismo, educação e empreendedorismo. A iniciativa conta com patrocínio do Itaú Unibanco e apoio da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil). (AENPR)

BC lança moeda comemorativa dos 200 anos da Constituição de 1824

Os colecionadores poderão comprar, a partir da quinta-feira (11), uma moeda de prata em comemoração aos 200 anos da primeira Constituição brasileira. Produzida em prata, a peça terá valor de face de R$ 5, mas será vendida por R$ 440.

A venda será feita exclusivamente pelo *site* Clube da Medalha, mantido pela Casa da Moeda. Segundo o Banco Central (BC), inicialmente serão produzidas 3 mil unidades. Dependendo do sucesso, o número poderá subir para até 10 mil peças.

O anverso (frente) da moeda apresenta o livro da primeira Constituição brasileira aberto com as páginas retratadas em cor sépia, que representa a passagem do tempo. A pena estilizada e o texto manuscrito remetem à forma como o livro, há 200 anos, foi redigido. Essa é a primeira vez que o recurso da cor é utilizado em uma moeda de prata no Brasil.

O reverso (parte de trás) mostra o prédio do Congresso Nacional, símbolo do Poder Legislativo. O conjunto arquitetônico do Congresso, composto por duas cúpulas, uma voltada para cima e outra para baixo, representa o Poder Legislativo bicameral, modelo proposto já na primeira Carta Magna do Brasil, com as duas Câmaras, de deputados e de senadores, que formavam a Assembleia Geral.

A moeda comemorativa foi lançada em evento no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, num evento com a presença de representantes do BC, da Casa da Moeda e da Câmara.

Constituição outorgada

A Constituição de 1824 foi outorgada pelo imperador Dom Pedro I, em meio à falta de acordo na Assembleia Constituinte do ano anterior. Essa foi a Constituição mais longeva da história do Brasil, durante 65 anos.

Ao outorgar a Constituição, o monarca impôs sua vontade e estabeleceu quatro Poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador, representado pelo próprio imperador e acima dos demais Poderes. Com atribuições diversas e amplos poderes ao imperador, a Constituição estabeleceu uma monarquia hereditária.

Apesar de traços que ficaram ultrapassados, como a monarquia, a Constituição de 1824 estabeleceu legados que perduram até hoje na administração pública brasileira. O texto estabeleceu o Poder Legislativo bicameral, com a coexistência da Câmara dos Deputados e do Senado. No Poder Judiciário, criou o Supremo Tribunal de Justiça, que mudou de nome e atualmente se chama Supremo Tribunal Federal.

Durante o evento de lançamento, o diretor de Administração do Banco Central, Rodrigo Alves Teixeira, disse que a moeda comemorativa representa uma contribuição para que a lembrança da primeira Constituição se torne "perene" na memória nacional.

"O Banco Central está lançando hoje uma moeda comemorativa, homenageando, ao mesmo tempo, as duas câmaras do Poder Legislativo e o texto legal que os deu origem. Presente e passado se encontram nessa moeda, que, de um lado, mostra o Palácio do Congresso Nacional, símbolo do Poder Legislativo; e, de outro, o livro aberto da primeira Constituição, com a pena, como foi escrito 200 anos atrás", afirmou. (Agência Brasil)

Consórcio Infraestrutura MG vence leilão de relicitação da BR-040

O Consórcio Infraestrutura MG venceu o leilão de relicitação da BR-040, no trecho que liga Belo Horizonte a Juiz de Fora, em Minas Gerais. O leilão foi realizado na quinta-feira (11) na sede da B3, em São Paulo, e contou com a presença do ministro dos Transportes, Renan Filho.

O consórcio ofereceu o maior valor de desconto para o pedágio, com a proposta de desconto de 11,21% sobre a tarifa base. Também participaram do certame o Consórcio Vetor Norte, que ofereceu desconto de 0%, e a CCR, com a proposta de 1% de desconto. Uma quarta empresa havia manifestado interesse em participar do leilão, mas foi desclassificada por não estar em conformidade com as cláusulas do edital.

"O resultado nos traz forte motivação e estamos muito preparados para a implementação dessa nova concessionária. A continuidade do programa federal do programa de concessão de rodovias, com mais esse evento hoje, é de fundamental relevância para o Brasil e deverá prover benefícios permanentes aos usuários da BR-040 entre Belo Horizonte e Juiz de Fora", disse José Carlos Cassaniga, presidente do grupo EPR, que integra o consórcio vencedor.

Segundo a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), responsável pelo leilão, este foi o certame mais concorrido desde 2018. Foi também a primeira relicitação realizada pela ANTT, já que este trecho havia sido concedido à iniciativa privada, mas foi devolvido ao poder público em 2017.

Atualmente, o trecho é administrado pela concessionária Via 040. Desde 2014, ela responde pela rodovia na extensão que vai de Juiz de Fora até Brasília. O contrato firmado previa, entre outras coisas, que fossem duplicados mais 714,5 km da rodovia nos primeiros cinco anos. Segundo um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), até 2020, houve obras de duplicação em apenas pouco mais de 70 km.

Em 2017, a Via 040 alegou dificuldades financeiras e manifestou o desejo de devolver a concessão. Dois anos depois, um pedido para relicitação do trecho sob sua responsabilidade foi aprovado pela ANTT.

Na B3, o ministro Renan Filho, disse que a BR-040 é uma das mais importantes do país e foi aberta ainda no Brasil Império. "É uma das mais representativas do país pela sua história, pelas regiões que ela corta [Distrito Federal, Minas Gerais e Rio de Janeiro] e pela importância econômica que possui. Para nós todos do ministério esse é um dia feliz e exitoso. Essa é a primeira relicitação que chega ao final", afirmou.

Segundo o ministro, neste ano ainda serão realizados mais cinco leilões de rodovias mineiras e a meta do governo federal é realizar 35 novos leilões em todo o país. "Oito deles, propostas de leilões, já estão no TCU em avaliação pelo Tribunal de Contas da União, em fase final."

A concessão é pelo período de 30 anos e engloba um trecho de 232,1 km da BR-040/MG. O projeto prevê investimentos de cerca de R$ 8,7 bilhões, abrangendo 163,9 km de duplicações, 42 km de faixas adicionais, 15,3 km de vias marginais, 14,2 km de ciclovias, oito passarelas, 57 pontos de ônibus, cinco postos da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e um ponto de parada e descanso para motoristas profissionais.

A concessão prevê ainda o Desconto para Usuários Frequentes (DUF) e a opção de pagamento automático para motoristas, com o uso de TAG's. Os usuários frequentes são aqueles que utilizam apenas trechos da rodovia várias vezes por mês, como ocorrem com cidadãos que moram e trabalham em cidades próximas. (Agência Brasil)

Dólar atinge R$ 5,09 após dados de inflação nos EUA

Em mais um dia de nervosismo no mercado internacional por causa dos juros nos Estados Unidos, o dólar voltou a fechar no maior nível em mais de seis meses. A bolsa caiu pelo segundo dia consecutivo.

O dólar comercial encerrou a quinta-feira (11) vendido a R$ 5,09, com alta de R$ 0,013 (+0,25%). A cotação iniciou em leve queda, mas inverteu o movimento e disparou após a divulgação da inflação ao produtor nos Estados Unidos, até fechar na máxima do dia.

A cotação está no maior nível desde 9 de outubro do ano passado. A divisa acumula alta de 1,5% em abril. Em 2024, o dólar subiu 4,88%.

O dia também foi turbulento no mercado de ações. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 127.396 pontos, com queda de 0,51%. O indicador destoou das bolsas norte-americanas e latino-americanas, que subiram nesta quinta.

O Índice de Preços ao Produtor nos Estados Unidos atingiu 0,2% em março, abaixo das expectativas. No entanto, continuou pesando no mercado global a inflação ao consumidor, divulgada na quarta-feira (10), que totalizou 0,4% no mês passado e veio acima das estimativas.

A inflação acima do esperado reduziu significativamente as chances de o Federal Reserve (Fed, Banco Central norte-americano) começar a cortar os juros básicos da maior economia do planeta em junho. Taxas altas em economias avançadas estimulam a fuga de capitais de países emergentes, como o Brasil, pressionando o dólar e a bolsa.

O Fed leva em conta tanto a inflação ao consumidor como ao produtor na hora de definir os juros básicos. A migração de recursos para os títulos do Tesouro norte-americano, considerados os investimentos mais seguros do planeta, fez o dólar subir em relação à maioria das moedas de economias emergentes na quinta. (Agência Brasil)

“Página virada”, diz Barroso sobre declarações de Musk contra Moraes

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, disse na quinta-feira (11) que já foram dadas as respostas necessárias e classificou de “página virada” as recentes declarações do empresário Elon Musk sobre decisões do ministro Alexandre de Moraes. Musk é dono da rede social X (antigo Twitter).

“Eu considero esse assunto encerrado do ponto de vista do debate público. Agora, qualquer coisa que tenha que ser feita, tem que ser feita no processo, se houver o descumprimento”, disse Barroso, referindo-se à ameaça de Musk de não mais cumprir decisões do Supremo que restringem contas no X. “Por mim, esse é um assunto [em] que a gente deve virar a página”.

Questionado sobre possível bloqueio da rede X no Brasil, Barroso disse que o país tem leis e juízes e que há sanções previstas para o descumprimento de decisões judiciais. “Se houver o descumprimento, a lei prevê as consequências”, enfatizou o presidente do Supremo após participar de evento no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Barroso acrescentou que, “às vezes, as pessoas fazem bravatas, mas não implementam as suas declarações”.

Além de Barroso, também Moraes e o decano do Supremo, Gilmar Mendes, se manifestaram sobre as declarações de Musk.

No plenário, Gilmar Mendes disse que “as manifestações veiculadas na rede social X apenas comprovam a necessidade de que o Brasil, de uma vez por todas, regulamente de modo mais preciso o ambiente virtual, como, de resto, ocorre com grande parte dos países democráticos europeus”.

Em entrevista à Agência Brasil, o secretário de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), João Brant, também defendeu a regulação das plataformas digitais afirmando que tudo aquilo que for crime fora das redes também seja entendido como crime no ambiente digital, com a respectiva penalização. (Agência Brasil)

STF considera ilegal perfilamento racial em abordagens policiais

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu na quinta-feira (11) que é ilegal a utilização do chamado perfilamento racial nas abordagens policiais em todo o país. A questão foi decidida no julgamento do processo de um homem negro que alegou ter sido condenado com base na cor da pele.

Pela decisão da Corte, a abordagem policial não pode ser fundamentada em critérios de raça, orientação sexual, cor da pele ou aparência física. No entendimento dos ministros, a busca pessoal deve ser justificada em elementos que justifiquem posse de arma proibida ou outros objetos ilegais.

Os ministros julgaram o caso concreto de um homem abordado por policiais em uma esquina de Bauru, cidade paulista, com 1,53 gramas de cocaína. Ele foi condenado a 2 anos e 11 meses de prisão por tráfico de drogas.

No boletim de ocorrência, os policiais afirmaram que “avistaram um indivíduo de cor negra em cena típica do tráfico de drogas”.

Apesar de reconhecer a ilegalidade do perfilamento, a maioria dos ministros entendeu que não houve ilegalidades nesse caso concreto. Para a maioria, outros elementos foram utilizados para embasar a investigação, como a presença do acusado em ponto de venda de drogas.

Para o ministro Cristiano Zanin, há outras provas contra o acusado. “Não foi apenas uma diligência que se baseou na cor do indivíduo, mas em um comportamento que foi descrito para justificar a diligência policial. No contexto, foram consideradas a localização do indivíduo em conhecido ponto de venda de drogas e a sua atitude suspeita antes e depois de avistar os policiais”, afirmou.

O relator do caso, ministro Luiz Fux, discordou da maioria e entendeu que houve o perfilamento. No entendimento do ministro, o boletim de ocorrência teve como primeiro fundamento o uso da expressão “homem negro”.

“A polícia não pode lavrar um flagrante dizendo ‘um homem negro’. Ela tem que narrar o crime”, completou. (Agência Brasil)

Concessão de rodovias vai gerar mais de 24 mil empregos no Litoral

Mais de 24 mil empregos diretos, indiretos e induzidos deverão ser criados com a concessão de 213 quilômetros de rodovias do Lote Litoral Paulista, que liga o Alto Tietê ao litoral sul. O leilão que vai definir o responsável pela execução das obras será realizado na próxima terça-feira (16), na sede da B3, na capital paulista.

Com um prazo de 30 anos, a concessão no modelo de Parceria Público-Privada prevê investimentos de R$ 4,3 bilhões para a realização de intervenções estruturais e melhorias nas rodovias SP-055 (Rodovia Padre Manuel da Nóbrega), SP-088 (Mogi-Dutra) e SP-098 (Mogi-Bertioga).

Os trechos passam pelos municípios de Arujá, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Bertioga, Santos, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe, Itariri, Pedro de Toledo e Miracatu.

Serão mais de 90 km de duplicações, 10 km de faixas de ultrapassagem e 47 km de acostamentos, construção de 73 km de ciclovias, 27 novas passarelas para passagens de pedestres. Além disso, a concessão prevê serviços como atendimento por equipes de socorro mecânico, guincho, primeiros socorros e monitoramento das rodovias por sistemas de câmeras.

O cálculo de empregos que serão gerados leva em conta o tempo e investimento das obras, assim como a duração da concessão.

Poderão participar do leilão sociedades e demais pessoas jurídicas, entidades brasileiras ou estrangeiras, isoladamente ou reunidas em consórcio. O vencedor será aquele que oferecer o maior desconto no valor da contraprestação – fixada pelo governo em, no máximo, R$ 199 milhões – a ser paga pelo poder concedente.

O Governo de São Paulo tem previsão para 13 projetos em leilões ao longo de 2024. O primeiro deles foi o Trem Intercidades (TIC) Eixo Norte em fevereiro, que vai ligar a cidade de São Paulo a Campinas.

A carteira de projetos de concessões, desestatizações e parcerias da atual gestão estadual é estimada em mais de R$ 220 bilhões em capital privado, com 20 projetos qualificados e a previsão de 44 leilões até o final de 2026.

Justiça revoga prisão de suspeitos de ajudar em fuga de penitenciária

A 8ª Vara da Justiça Federal em Mossoró (RN) revogou, na quarta-feira (10), as prisões de cinco suspeitos detidos preventivamente, suspeitos de terem colaborado para que dois detentos fugissem da Penitenciária Federal em Mossoró, em 14 de fevereiro.

Como o processo está sob sigilo, nem o nome do juiz que determinou a imediata soltura dos suspeitos, nem os nomes dos cinco detentos beneficiados pela sentença foram divulgados até a publicação desta notícia.

Segundo a assessoria da seção judiciária federal no Rio Grande do Norte, além de revogar as prisões, o mesmo magistrado anulou os efeitos de outros dois mandados de prisão ainda não cumpridos e cujos alvos eram considerados foragidos.

Deibson Cabral Nascimento e Rogério da Silva Mendonça escaparam da penitenciária de segurança máxima na última Quarta-Feira de Cinzas. A unidade potiguar estava passando por uma reforma interna e, segundo investigações preliminares, Nascimento e Mendonça teriam usado ferramentas que encontraram largadas dentro do presídio para abrir o buraco por onde fugiram de suas celas individuais.

A fuga foi a primeira registrada no sistema penitenciário federal desde que este foi criado, em 2006, com o objetivo de isolar lideranças de organizações criminosas e presos de alta periculosidade.

Após 50 dias em fuga, Nascimento e Mendonça foram detidos, no último dia 4, em Marabá, a cerca de 1,6 mil quilômetros de distância da penitenciária federal. (Agência Brasil)

ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILÕES

Ingazinho Investimentos S.A.

CNPJ nº 34.859.183/0001-17

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em atenção às disposições estatutárias e à legislação vigente, estamos apresentando as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, acompanhadas das notas explicativas. São Paulo, 10 de Abril de 2024. Administração

BALANÇO PATRIMONIAL *(Em R$ 1,00)*

ATIVO	2023	2022
CIRCULANTE (Nota 2.2)		
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.044	2.442
Mútuo Conversível	2.000.000	–.–
Tributos a Recuperar	6.344	6.202
	2.007.388	**8.644**
NÃO CIRCULANTE		
Investimentos	5.725.670	5.725.670
	5.725.670	**5.725.670**
TOTAL DO ATIVO	**7.733.058**	**5.734.314**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023	2022
CIRCULANTE		
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar (Nota 2.3)	–.–	–.–
Demais Tributos e Contribuições a Pagar	182	13
Demais Passivos Circulantes	100	–.–
Créditos de Acionistas	130.184	70.184
TOTAL DO PASSIVO	**130.466**	**70.197**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social (Nota 2.4)	5.847.000	5.847.000
AFAC - Futuro Aumento de Capital	2.000.000	–.–
Prejuízos Acumulados	(244.408)	(182.883)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**7.602.592**	**5.664.117**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**7.733.058**	**5.734.314**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO *(Em R$ 1,00)*

	Capital Social	AFAC	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Em 1º de janeiro de 2022	**5.346.000**	**–.–**	**(132.332)**	**5.213.668**
AFAC - Futuro Aumento de Capital	–.–	501.000	–.–	**501.000**
Aumento de Capital, com:				
- Integralização do AFAC	501.000	(501.000)	–.–	–.–
Prejuízo do Exercício	–.–	–.–	(50.551)	**(50.551)**
Em 31 de dezembro de 2022	**5.847.000**	**–.–**	**(182.883)**	**5.664.117**
AFAC - Futuro Aumento de Capital	–.–	2.000.000	–.–	**2.000.000**
Prejuízo do Exercício	–.–	–.–	(61.525)	**(61.525)**
Em 31 de dezembro de 2023	**5.847.000**	**2.000.000**	**(244.408)**	**7.602.592**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO *(Em R$ 1,00)*

	2023	2022
Receitas Operacionais	**–.–**	**–.–**
Despesas Gerais e Administrativas	(60.931)	(54.535)
Tributos	(98)	(314)
Prejuízo Operacional	**(61.029)**	**(54.849)**
Receitas Financeiras	2.097	6.760
Despesas Financeiras	(2.593)	(2.462)
Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**(61.525)**	**(50.551)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	–.–	–.–
Prejuízo do Exercício	**(61.525)**	**(50.551)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO *(Em R$ 1,00)*

	2023	2022
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo do Exercício	(61.525)	(50.551)
Variações nos Ativos e Passivos		
Tributos a Recuperar	(142)	(2.837)
Demais Ativos Circulantes	(2.000.000)	–.–
Demais Tributos e Contribuições a Pagar	169	(261)
Demais Passivos Circulantes	100	–.–
	(1.999.873)	**(3.098)**
Caixa Aplicado nas Atividades Operacionais	**(2.061.398)**	**(53.649)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de Investimentos	–.–	(1.500.000)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	**–.–**	**(1.500.000)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Créditos de Acionistas	60.000	60.000
Integralização de Capital	–.–	501.000
AFAC - Futuro Aumento de Capital	2.000.000	–.–
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	**2.060.000**	**561.000**
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(1.398)**	**(992.649)**
Caixa e Equivalentes de Caixa		
No Início do Exercício	2.442	995.091
No Final do Exercício	1.044	2.442
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(1.398)**	**(992.649)**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 *(Em R$ 1,00)*

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Ingazinho Investimentos S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Capital do Estado de São Paulo e que tem como objeto social e atividade preponderante a participação em outras Sociedades na qualidade de acionista ou quotista.

2 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

2.1 - Determinação do Resultado: O resultado é apurado de acordo com o regime de competência.

2.2 - Ativos Circulantes: Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 - Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar

Na apuração do ano, com base no Lucro Real não houve IRPJ e CSLL a pagar.

2.4 - Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023, o Capital Social da Ingazinho Investimentos S.A., totalmente subscrito e integralizado é de R$ 5.847.000 (2022 - R$ 5.847.000), representado por 5.847.000 ações ordinárias (2022 - 5.847.000), sem valor nominal, obrigatoriamente nominativas.

Abel Pinto Martins - TC - CRC 1SP076.138/O-0

O.E. Setubal S.A.

CNPJ nº 61.074.456/0001-90

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em atenção às disposições estatutárias e à legislação vigente, estamos apresentando as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, acompanhadas das notas explicativas. São Paulo, 10 de Abril de 2024. A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL *(Em R$ 1,00)*

ATIVO	2023	2022
CIRCULANTE (Nota 2.2)		
Caixa e Equivalentes de Caixa	212.973	136.565
Ativos Financeiros	1.222.361	4.597.875
Juros sobre Capital Próprio a Receber	717	1.023
Tributos a Recuperar	511.536	621.642
Demais Ativos Circulantes	389.804	22.936
	2.337.391	**5.380.041**
NÃO CIRCULANTE		
Demais Ativos Não Circulantes	166.204	154.626
Investimentos	1.172.782	1.172.764
Imobilizados	8.795.629	8.818.562
Intangíveis	2.866	4.012
	10.137.481	**10.149.964**
TOTAL DO ATIVO	**12.474.872**	**15.530.005**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023	2022
CIRCULANTE		
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar (Nota 2.3)	–.–	200.754
Demais Tributos e Contribuições a Pagar	1.264	3.348
Créditos de Acionistas	15.460	1.975.903
Dividendos a Pagar	–.–	9.606
Demais Passivos Circulantes	2.811	7.175
TOTAL DO PASSIVO	**19.535**	**2.196.786**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social (Nota 2.4)	12.837.250	12.837.250
Reservas de Lucros:		
Legal	25.279	25.279
Especial	–.–	470.690
Prejuízos Acumulados	(407.192)	–.–
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**12.455.337**	**13.333.219**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**12.474.872**	**15.530.005**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO *(Em R$ 1,00)*

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
		Legal	Especial			
Em 1º de janeiro de 2022	**12.837.250**	–.–	–.–	–.–	–.–	**12.837.250**
Lucro Líquido do Exercício	–.–	–.–	–.–	505.575	–.–	**505.575**
Distribuição de Dividendos	–.–	–.–	–.–	(9.606)	–.–	**(9.606)**
Constituição da Reserva Legal	–.–	25.279	–.–	(25.279)	–.–	–.–
Destinação para Reserva Especial	–.–	–.–	470.690	(470.690)	–.–	–.–
Em 31 de dezembro de 2022	**12.837.250**	**25.279**	**470.690**	–.–	–.–	**13.333.219**
Prejuízo do Exercício	–.–	–.–	–.–	–.–	(877.882)	**(877.882)**
Absorção de Prejuízos	–.–	–.–	(470.690)	–.–	470.690	–.–
Em 31 de dezembro de 2023	**12.837.250**	**25.279**	–.–	–.–	**(407.192)**	**12.455.337**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO *(Em R$ 1,00)*

	2023	2022
Receitas Operacionais	**848**	**1.244**
Despesas Gerais e Administrativas	(1.169.533)	(1.101.724)
Tributos	(17.322)	(134.950)
Prejuízo Operacional	**(1.186.007)**	**(1.235.430)**
Receitas Financeiras (Nota 3)	370.797	1.702.556
Despesas Financeiras (Nota 3)	(62.704)	(124.575)
Outras Receitas e Despesas	32	363.778
Lucro / Prejuízo Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**(877.882)**	**706.329**
Imposto de Renda e Contribuição Social	–.–	(200.754)
Lucro / Prejuízo Antes da Reserva	**(877.882)**	**505.575**
Dividendos	–.–	(9.606)
Constituição da Reserva Legal	–.–	(25.279)
Lucro Líquido / Prejuízo do Exercício	**(877.882)**	**470.690**
Lucro por Ação (Nota 2.5)	**–.–**	**0,6724**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO *(Em R$ 1,00)*

	2023	2022
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro / Prejuízo Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(877.882)	706.329
Ajustes		
Depreciação e Amortização	26.708	27.358
Ativos Financeiros		
Receita	(305.896)	(411.077)
Despesa	29.877	62.395
	(249.311)	**(321.324)**
Variações nos Ativos e Passivos		
Juros sobre Capital Próprio a Receber	306	(1.021)
Tributos a Recuperar	110.106	(334.345)
Demais Ativos Circulantes	(366.868)	7.572
Demais Ativos Não Circulantes	(11.578)	275.124
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	(200.754)	–.–
Demais Tributos e Contribuições a Pagar	(2.084)	1.303
Demais Passivos Circulantes	(4.364)	4.386
	(475.236)	**(46.981)**
Caixa Aplicado nas Atividades Operacionais	**(1.602.429)**	**338.024**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Variação nas Aplicações Financeiras	3.651.533	(1.277.280)
Baixa de Investimentos	–.–	208.895
Bonificação e Frações de Ações	(18)	(4.639)
Aquisição / Baixa de Imobilizados	(2.629)	(1.446)
Aquisição de Intangíveis	–.–	(4.586)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	**3.648.886**	**(1.079.056)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Créditos de Acionistas	(1.960.443)	695.163
Dividendos a Pagar	(9.606)	–.–
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	**(1.970.049)**	**695.163**
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**76.408**	**(45.869)**
Caixa e Equivalentes de Caixa		
No Início do Exercício	136.565	182.434
No Final do Exercício	212.973	136.565
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**76.408**	**(45.869)**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 *(Em R$ 1,00)*

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A O.E. Setubal S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Capital do Estado de São Paulo e que tem como objeto social e atividade preponderante a participação em capitais de outras Sociedades e a administração de seus próprios bens de renda, móveis ou imóveis.

2 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

2.1 - Determinação do Resultado: O resultado é apurado de acordo com o regime de competência.

2.2 - Ativos Circulantes: Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

Os Ativos Financeiros estão demonstrados pelo valor das aplicações acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço.

Os demais ativos circulantes estão demonstrados aos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias.

2.3 - Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar: O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do Balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela O. E. Setubal S.A. nas declarações de imposto de renda com relação as situações em que a regulamentação fiscal aplicável da margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento as autoridades fiscais.

2.4 - Capital Social: Em 31 de dezembro de 2023, o Capital Social da O.E. Setubal S.A., totalmente subscrito e integralizado é de R$ 12.837.250 (2022 - R$ 12.837.250), representado por 700.000 ações ordinárias (2022 - 700.000), sem valor nominal, obrigatoriamente nominativas.

2.5 - Lucro por Ação: O Lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas, pela quantidade de ações ordinárias durante o exercício.

3 - RECEITAS E DESPSAS FINANCEIRAS	2023	2022
Receitas Financeiras		
Rendimentos de Aplicações	305.896	411.077
Variação Monetária Ativa	54.503	1.242.978
Variação Cambial Ativa	10.142	48.276
Descontos Obtidos	256	225
	370.797	**1.702.556**
Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	(14.879)	(13.770)
Prejuízo de Aplicação	(14.998)	(48.625)
Variação Cambial Passiva	(32.827)	(62.180)
	(62.704)	**(124.575)**

Abel Pinto Martins - TC - CRC 1SP076.138/O-0

EDITAL PARA CONHECIMENTO GERAL - PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS. PROCESSO Nº 1003281-83.2024.8.26.0008 O(A) MM.Juiz(a) de Direito da 8ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Vivian Wipfli, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) quem possa interessar que neste Juízo tramita a ação de Alteração de Regime de Bens movida por Rodrigo Cordaro e Aldrey Ordani, por meio da qual os requerentes indicados intentam alterar o regime de bens do casamento. O presente edital é expedido nos termos do artigo 734, § 1º do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de março de 2024. |11,12|

9ª Vara Cível - Foro Central Cível/SP.
Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo 1124075-56.2021.8.26.0100. O Dr. Rodrigo Galvão Medina, Juiz de Direito da 9ª Vara Cível-Foro Central Cível/SP. Faz saber a Laiza de Moura Gonçalves CPF 200.775.427-46, que New Model Promoções de Eventos Ltda. ajuizou ação comum para cobrança de R$115.899,75(out/21),referente ao Contrato de Agenciamento Artístico e Outras Avenças, devidamente corrigido e acrescido das custas e despesas processuais,e honorários advocatícios.Estando a ré em lugar incerto,expede-se edital de citação,para em 15 dias, a fluir do prazo supra,contestar a ação,sob pena de serem aceitos os fatos,nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital,afixado e publicado na forma da lei. |12,15|

ENGINEERING

ENGINEERING DO BRASIL S.A. - CNPJ/MF nº 09.433.094/0001-67

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Contexto Operacional: A Engineering do Brasil é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na cidade de São Paulo, fazendo parte do Grupo Engineering, com sede na Itália. A Engineering é uma companhia global de Tecnologia da Informação e Consultoria especializada em Transformação Digital.- As principais áreas de atuação da Engineering do Brasil são as áreas Digitech, Proprietary Products & Solutions, System Integration / Consulting e Industry Excelence, visando sempre transformar os processos e negócios das empresas, em modelos operacionais totalmente alinhados com a Era Digital que vivemos.. No mercado brasileiro, a base de clientes é representada por empresas de diversos segmentos, sendo os principais; Automotivo, Energia e utilidades, Metais e Minério, Soluções Fiscais e Telecomunicação e Mídia. **Resumo Financeiro do Ano:** A economia brasileira encerrou o ano de 2023 melhor do que o previsto pelos analistas de mercado e como a nona maior economia do mundo. O PIB cresceu 3%, inflação de 4,75% está sob controle dentro da meta estabelecida pelo banco central e a moeda valorizou-se 5% face ao euro. O desempenho da empresa manteve o ritmo de crescimento dos últimos anos, com destaque para a Receita que com foco na ampliação do portifólio de soluções, cresceu 4% (2023 - R$ 265 milhões e 2022 - R$ 256 milhões). O Lucro operacional teve um crescimento de 27% (2023 - R$ 15,2 milhões e 2022 R$ 11,9 milhões), impactando positivamente no EBITDA de 10% (2022 - 8%). A gestão consistente da liquidez da empresa permitiu-lhe pagar a totalidade do valor principal do empréstimo que tinha com a matriz, restando apenas o pagamento dos juros relativos a esses empréstimos. **Conclusão e Agradecimento:** Enviamos aos Senhores Acionistas para aprovação as Demonstrações Financeiras encerradas no exercício de 31 de dezembro de 2023, bem como a proposta da Administração para deliberação sobre a destinação do resultado do exercício. Gostaríamos ainda, de registrar nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores e a todos que de alguma forma contribuíram com o nosso resultado.

A Administração

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(valores expressos em reais - centavos omitidos)

ATIVOS	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulantes			
Caixa e equivalente de caixa	4	29.333.638	36.935.435
Contas a receber	5	142.885.166	159.353.310
Partes relacionadas	14	2.140.033	4.023.217
Impostos a recuperar	6	27.670	864.581
Outros créditos	7	2.263.826	3.138.435
		176.650.333	**204.314.978**
Não circulantes			
Impostos diferidos	23	11.526.602	7.900.996
Investimentos	8	123.107	492.809
Imobilizado	9	2.413.998	2.810.075
Direito de Uso	18	3.116.525	4.990.238
Intangível	10	26.578.781	13.754.063
		43.759.013	**29.948.181**
Total dos ativos		**220.409.346**	**234.263.159**
PASSIVOS			
Circulantes			
Fornecedores	11	17.939.800	25.084.216
Salários e encargos sociais	12	48.819.837	30.289.721
Impostos e contribuições a recolher	13	17.847.890	10.584.262
Partes relacionadas	14	4.231.149	4.596.591
Empréstimos com partes relacionadas	15	-	19.615.313
Adiantamentos de clientes	17	828.935	6.009.187
Arrendamento a pagar	18	2.128.067	3.271.353
Dividendos a pagar		2.569.495	-
Outras obrigações		108.250	418.543
		94.473.423	**99.869.186**
Não circulantes			
Empréstimos com partes relacionadas	15	21.771.112	19.615.313
Provisão para contingências e riscos	16	6.692.405	23.736.399
Arrendamento a pagar	18	988.460	2.807.746
		29.451.977	**46.159.458**
Patrimônio Líquido			
Capital social	19 a)	51.630.020	51.630.020
Reserva legal	19 b)	2.515.836	1.974.890
Reservas de lucro		42.338.090	34.629.605
		96.483.946	**88.234.515**
Total dos passivos e patrimônio líquido		**220.409.346**	**234.263.159**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em reais - Centavos omitidos)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional liquida	20	265.830.137	256.828.228
Custo dos serviços prestados	21	(189.067.956)	(193.294.385)
Lucro Bruto		**76.762.181**	**63.533.843**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	21	(59.360.327)	(48.798.558)
Despesas tributárias	21	(2.179.102)	(2.791.662)
Lucro operacional antes das receitas e (despesas) financeiras, líquidas		**15.222.752**	**11.943.623**
Receitas financeiras	22	4.128.391	16.482.343
Despesas financeiras	22	(1.861.648)	(8.135.393)
Resultado financeiro líquido		2.266.743	8.346.950
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**17.489.495**	**20.290.573**
Impostos correntes	23	(10.296.175)	(8.116.461)
Impostos diferidos	23	3.625.606	674.808
Lucro líquido do exercício		**10.818.926**	**12.848.920**
Lucro líquido por ação		0,20	0,25

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**10.818.926**	**12.848.920**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**10.818.926**	**12.848.920**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(valores expressos em reais - centavos omitidos)

Eventos	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucro	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**51.630.020**	**1.332.444**	**22.423.132**	**-**	**75.385.596**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.848.920	12.848.920
Transferências	-	642.446	12.206.473	(12.848.920)	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**51.630.020**	**1.974.890**	**34.629.605**	**-**	**88.234.515**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.818.926	10.818.926
Constituição de reserva legal	-	540.946	-	(540.946)	-
Reservas de lucros	-	-	7.708.485	(7.708.485)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(2.569.495)	(2.569.495)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**51.630.020**	**2.515.836**	**42.338.090**	**-**	**96.483.946**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fluxo de caixa indireto dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(valores expressos em reais - centavos omitidos)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício		10.818.926	12.848.920
Depreciação de imobilizado	9	865.887	887.746
Amortização intangível	10	3.718.573	1.123.758
Amortização direito de uso	18	2.828.276	3.053.520
Novos contratos arrendamento mercantil	18	-	(2.426.355)
Baixa de ativo imobilizado	9	135.481	330.301
Baixa de ativo intangível	10	43.186	153.057
Baixa direito de uso	18	(129.116)	2.919.383
Equivalência Patrimonial	8	369.702	-
Atualização monetária e juros sobre INSS liminar	12	2.184.635	-
Juros incorridos e variação cambial de empréstimos	15	(1.385.514)	(6.356.311)
Provisão para perda de crédito esperada	5	368.353	28.302
Provisão para contingências	16	(1.196.660)	(2.650.380)
Ativo fiscal diferido	23	(3.625.606)	(674.808)
		4.177.197	**(3.611.787)**
Variação dos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber		265.096	(6.437.329)
Impostos a recuperar		836.911	4.790.345
Outros créditos		874.609	(1.088.356)
Partes relacionadas		1.883.184	(15.252)
Fornecedores		(7.144.416)	6.029.865
Salários e encargos sociais		16.345.481	98.035
Impostos, taxas e contribuições		8.571.331	2.659.291
Débitos com partes relacionadas		(365.442)	1.342.079
Pagamento de contingências		(12.639)	-
Adiantamentos de clientes		(5.180.252)	(4.039.142)
Outras Obrigações		(310.294)	(929.798)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**15.763.569**	**2.409.738**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.307.703)	(2.283.225)
Pagamento de juros		(624.834)	(377.242)
Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais		**28.827.155**	**8.986.404**
Atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	9	(605.290)	(2.422.068)
Aquisição de ativo intangível	10	(16.586.477)	(7.787.860)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(17.191.767)**	**(10.209.928)**
Atividades de financiamentos			
Empréstimos pagos	15	(16.074.000)	(13.022.000)
Passivos de Arrendamentos (IFRS 16)	18	(3.163.185)	4.923.908
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(19.237.185)**	**(8.098.092)**
Redução de caixa e disponibilidades de caixa		**(7.601.797)**	**(9.321.616)**
Variação do caixa e equivalentes de caixa:			
no início do exercício		36.935.435	46.257.051
no fim do exercício		29.333.638	36.935.435
Redução de caixa e disponibilidades de caixa		**(7.601.797)**	**(9.321.616)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Valores expressos em reais)*

1. Contexto operacional

A Engineering do Brasil S/A (doravante denominada "Companhia"). foi constituída em 08 de fevereiro de 2008 e começou suas operações em 23 de dezembro de 2008. O objetivo social da Companhia possui como atividades principais: a comercialização, a importação, a exportação e a prestação de serviços de tecnologia da informação, incluindo assistência técnica, manutenção de software e treinamento, pesquisa e desenvolvimento de projetos.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Base de preparação e declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em de R$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia, e, também, a sua moeda de apresentação. **Continuidade operacional:** As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia e da continuidade das atividades nos próximos 12 meses. As principais práticas contábeis adotadas são: **2.2. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas:** Na aplicação das políticas contábeis a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos de acordo com julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem , teste de recuperabilidade de ativo intangível (impairment) provisões para crédito de perdas esperadas e provisão para risco e contingência. . Anualmente a Companhia revisa essas estimativas e premissas. **2.3. Caixa e equivalente de caixa:** Os montantes incluídos no caixa e equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, em montante conhecido, liquidáveis prontamente e, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e são mantidos pelo seu valor justo por meio do resultado. **2.4. Conversão de moeda estrangeira:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, quando os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, no resultado financeiro em variação cambial líquida. As principais transações em moeda estrangeira da Companhia correspondem às contas a pagar de fornecedores relacionados às importações e exportações de serviços e licenças. **2.5. Contas a receber:** As contas a receber de clientes são registrados pelo valor faturado e ou em função do custo incorrido em cada projeto em andamento, incluindo os respectivos impostos incidentes. A provisão para crédito para perda esperada do contas a receber e dos valores a faturar foi constituída em montante considerado suficiente para suportar as eventuais perdas. **2.6. Reconhecimento da receita:** As receitas de prestação de serviços, os custos com compras de licenças e gastos com mão de obra técnica dos projetos turn key são apropriados ao resultado à medida que os projetos avançam, uma vez que a transferência de riscos e benefícios ocorre de forma contínua. Desta forma, é adotado o método chamado "WIP" - serviços em processo - apresentado na rubrica do contas a receber como valores a faturar, "percentual de execução ou percentual de conclusão" de cada projeto vendido, ou seja, (i) o reconhecimento das receitas ocorre à medida que a implementação do projeto avança. O método WIP é considerado utilizando o custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos projetos sobre as vendas de serviços; (ii). As receitas de vendas de serviços apuradas, conforme o item (i), mensuradas a valor justo, são contabilizadas como contas a receber em contrapartida de receitas de prestação de serviços. As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência de exercícios. As receitas de projetos de time & material são reconhecidas mensalmente a medida que são alocadas mão de obra técnica para atendimento a clientes, as receitas de manutenção são reconhecidas mensalmente a medida que os contratos com os clientes evoluem e as receitas de venda de licenças são reconhecidas quando da transferência da responsabilidade da licença ao cliente. **2.7. Investimento em coligada:** O investimento em coligada é registrado pelo método do equivalência patrimonial , conforme CPC 18 (R2). **2.8. Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição e instalação, sendo a depreciação dos bens calculada pelo método linear, com base em taxas apuradas a partir da vida útil-econômica estimada dos bens de acordo com o descrito na Nota explicativa nº 9. A Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de efetuar provisão para redução do valor dos imobilizados ao seu valor recuperável em 31 de dezembro de 2023. **2.9. Intangível e ágio:** Ativos intangíveis consistem em softwares de computador adquiridos, reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada. Eles são amortizados em função do correspondente benefício econômico, ao longo de sua vida útil estimada de três a cinco anos, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas. O ativo intangível gerado internamente resultante de desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstradas todas as seguintes condições: • A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda; • A intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo; • A capacidade de usar ou vender o ativo intangível; • Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros; • A disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e • A capacidade de mensurar, com confiança, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde a data em que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do período, quando incorridos. Para fins do teste do valor recuperável do ágio gerado em uma combinação de negócios, o montante do ágio apurado é alocado à "Unidade Geradora de Caixa - UGC" para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional..A Companhia testa anualmente seu ágio e outros ativos de longo prazo e sempre que acontecimentos e circunstâncias indicam que os fluxos de caixa descontados estimados para serem gerados ativos são menores do que o valor contábil desses itens. As estimativas dos valores reais usadas, pela Companhia, para calcular a perda por redução do valor de recuperação representam a melhor estimativa da Companhia com base nos fluxos de caixa previstos, tendências do setor e referência às taxas e operações de mercado. **2.10. Demais ativos e passivos circulantes:** Os demais ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de realização. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, acrescidos dos correspondentes encargos. **2.11. Provisões para riscos:** As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada risco e apoiada na opinião dos advogados da Companhia. **2.12. Empréstimos e financiamentos:** Empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo custo amortizado. São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. **2.13. Impostos de renda e contribuição social diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente e diferido e são reconhecidos na demonstração do resultado. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são calculados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferido são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social, diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes. **2.14. Direito de uso e arrendamento mercantil:** A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa incremental obtida por fontes externas da Companhia. A Companhia determina sua taxa incremental por meio de fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. **2.15. Instrumentos financeiros: 2.15.1. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, exceto pelas contas a receber que não possuem componente de financiamento significativo e que são mensuradas ao preço da transação. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado **a) Ativos financeiros:** Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. **i) Classificação de ativos financeiros:** Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. **ii) Custo amortizado e métodos da taxa de juros efetiva:** O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. **iii) Ativos financeiros ao Valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ver itens (i) a (ii) acima) são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo no final de cada período de relatório. **b) Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. **i) Classificação de passivos financeiros:** Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro. Em 31 de dezembro de 2023, os ativos financeiros da Companhia estão substancialmente representados por aplicações automáticas e aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (nota explicativa nº 4) e contas a receber de clientes (nota explicativa nº 5). Esses ativos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado. **2.15.2. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia tem como prática não operar com instrumentos financeiros derivativos, exceto em situações específicas de importação de equipamentos, cuja proteção se dá por compromissos firmes, mudança no valor justo da compensação entre o item e instrumento é registrada diretamente no resultado. **2.16. Lucro líquido por ação:** O Lucro líquido por ação foi calculado em conformidade com o CPC 41 (aprovado pela Resolução CFC 1287/10). O cálculo básico de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício pela quantidade média ponderada das ações disponíveis durante o período.

3. Novos CPCS, revisões dos CPCs e interpretações ICPC (interpretações do comitê de pronunciamentos contábeis) em vigor no exercício corrente

Os pronunciamentos contábeis abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras. **CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021)**: A Companhia adotou o CPC 50 (IFRS 17) e correspondentes alterações pela primeira vez no exercício corrente. O CPC 50 (IFRS 17) estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) - Contratos de Seguro. A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices. O Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17). **Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade:** A Companhia adotou as alterações à IAS 1 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo 'principais políticas contábeis' por 'informações materiais da política contábil'. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Os parágrafos de apoio na IAS 1 também são alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições imateriais são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser materiais devido à natureza das correspondentes transações, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são materiais por si só. O IASB preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do 'processo de materialidade em quatro passos' descrito na Declaração de Prática 2. **Alterações à IAS 12 Tributos sobre o Lucro - Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação:** A Companhia adotou as alterações à IAS 12 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12. **Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros - Definição de Estimativas Contábeis:** A Companhia adotou as alterações à IAS 8 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. **3.1. CPCs novos e revisados emitidos e ainda não aplicáveis:** Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou aos CPCs novos e revisados a seguir, já emitidos e ainda não aplicáveis: **CPC 36 (R3) (IFRS 10) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) (IAS 28 alterações):** Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture. **CPC 26 (R1) (Alterações à IAS 1):** Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes. **CPC 26 (R1) (Alterações à IAS 1 e IFRS - Declaração da Prática):** Passivo não circulante com covenants. **CPC 40 (Alterações à IAS 7 e à IFRS 7):** Acordos de Financiamento de Fornecedores. **CPC 06 (Alterações à IFRS 16):** Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback". A Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras em períodos futuros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos para atender às necessidades de caixa de curto prazo para investimentos estratégicos, capital de giro e para outros fins. Os equivalentes de caixa da Companhia incluem, Certificados de Depósitos Bancários (CDB), depósito em conta corrente e conta para garantia contratual para gestão de risco em aquisições precedentes.

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa - Moeda Nacional	6.601	1.028
Caixa - Moeda Estrangeira	-	460
Bancos conta movimento	3.058.368	5.620.465
CDB (a)	26.268.669	31.313.482
Total	**29.333.638**	**36.935.435**

(a) As aplicações em CDB são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco, remuneração condizente com as taxas aplicadas pelo mercado e liquidez em até 90 dias. Em 2023 os recursos aplicados foram remunerados à taxa média de 13%a.a (12%a.a em 2022).

5. Contas a receber

A seguir apresentamos os montantes a receber no mercado interno e externo:

	31/12/2023	31/12/2022
Mercado interno	156.361.191	94.963.866
Mercado externo	3.200.131	64.862.552
Contas a receber bruto	**159.561.322**	**159.826.418**
(-) Perdas de crédito esperadas	(16.676.156)	(473.108)
Contas a receber líquido	**142.885.166**	**159.353.310**

A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos que a Companhia mensura por meio de aging-list e baseada na experiência de perda de crédito histórico, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras do cliente. A seguir apresentamos a movimentação da provisão para crédito de perda esperada:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do ano	**620.161**	**591.859**
Complemento de provisão no exercício	479.654	131.850
Reclassificação de provisão para contingências e riscos (a)	15.834.695	-
Valor baixas de provisão	(258.354)	(250.601)
Saldo no final do exercício	**16.676.156**	**473.108**

(a) Além do valor de R$ 841.461 registrado como provisão para perdas esperadas de recebíveis já faturados, a companhia, através de julgamento dos seus diretores, optou em registrar provisão para perdas esperadas no montante de R$ 15.939.624, referente ao valore de R$ 41.318.619 , registrados como recebíveis, oriundos de projetos já finalizados e que a companhia está em discussão judicial, conforme descrito na nota explicativa no. 16. Dessa maneira e direção da Companhia, considera que o valor provisionado é suficiente para mitigar qualquer prejuízo envolvido nos referidos processos. Adicionalmente, no exercício de 2023 não houve mudança no prognóstico de perda, no entanto, a Companhia reclassificou os saldos para contas a receber, visto que os valores estão atrelados a clientes que possuem saldos em aberto. O montante a receber por idade de vencimento, descontado das provisões para crédito de perda esperada é composto da seguinte maneira:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	43.312.722	56.796.167
A faturar	104.945.844	91.943.271
Títulos vencidos		
de 01 a 30 dias	590.818	119.413
de 31 a 60 dias	38.150	-
de 61 a 90 dias	14.672	7.982
de 91 a 120 dias	865.124	24.687
Acima de 120 dias (a)	9.793.992	10.934.898
Contas a receber bruto	**159.561.322**	**159.826.418**

(a) Referente a projetos que já foram finalizados e que a Companhia está em discussão judicial conforme processo descrito na nota explicativa nº 16. Os advogados classificaram a perda dessa ação como possível. No exercício de 2023 não houve mudança no prognóstico de perda, no entanto, a Companhia reclassificou os saldos para contas a receber, visto que os valores estão atrelados a clientes que possuem saldos em aberto.

6. Impostos a recuperar

A seguir apresentamos os montantes de tributos a recuperar por esfera governamental:

	31/12/2023	31/12/2022
Tributos Federais	31	706.436
Tributos Estaduais	27.639	20.713
Tributos Municipais	-	198
Outros	-	137.234
Total	**27.670**	**864.581**

7. Outros créditos

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos judiciais (a)	1.582.167	1.460.423
Depósito caução	-	500.000
Outros créditos	681.659	1.178.012
Total	**2.263.826**	**3.138.435**

(a) Referente a valores oriundos de depósitos realizados em juízos atrelados à discussões judiciais que parte a Administração julga com probabilidade de perda provável e optou em fazer a respectiva provisão para contingência, conforme nota explicativa nº 16.

8. Investimentos

	Participação	31/12/2023	31/12/2022
Engi da Argentina (a)	1,18%	123.107	492.809
Total		**123.107**	**492.809**

a) Em 13 de dezembro de 2023 a Engineering do Brasil S.A optou por não exercer seu direito de preferência na subscrição das ações, referente ao aumento de capital ocorrido na mesma data. Em dezembro de 2023 a Engineering do Brasil S.A diminuiu R$ 369.702 a sua participação em Engi da Argentina decorrente da avaliação de sua participação no patrimônio líquido da investida.

Movimentação do investimento:

Patrimônio líquido da investida em 31/12/2022	**1.689.718**
Resultado do exercício	6.436.436
Ajuste inflação	2.306.632
Patrimônio líquido da investida em 31/12/2023	**10.432.785**
% do investimento	1,18%
Saldo do investimento	**123.107**

9. Imobilizado

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de desenvolvimento, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação e são depreciados pelo método linear. A seguir apresentamos detalhes da movimentação do ativo imobilizado da Companhia:

Custo	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Moveis e utensílios	Benf. em bens terceiros	Total
Saldo em 31/12/2021	**214.250**	**4.760.700**	**1.272.837**	**3.325.459**	**9.573.246**
Adições	-	2.340.739	5.414	75.915	2.422.068
Baixa	-	(789.154)	(129.325)	(333.380)	(1.251.859)
Transferências	-	(2.072.705)	-	-	(2.072.705)
Saldo em 31/12/2022	**214.250**	**4.239.580**	**1.148.926**	**3.067.994**	**8.670.750**
Adições	-	235.009	98.334	271.947	605.290
Baixa	(60.713)	(5.351)	(429.967)	-	(496.031)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	**153.537**	**4.469.238**	**817.293**	**3.339.941**	**8.780.009**
Depreciação					
Saldo em 31/12/2021	**(186.649)**	**(3.486.378)**	**(610.422)**	**(1.611.038)**	**(5.894.487)**
Adições	(9.027)	(490.003)	(105.324)	(283.392)	(887.746)
Baixa	-	627.502	93.117	200.939	921.558
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	**(195.676)**	**(3.348.879)**	**(622.629)**	**(1.693.491)**	**(5.860.675)**
Adições	(5.773)	(441.925)	(103.761)	(314.428)	(865.887)
Baixa	57.251	528	302.771	-	360.550
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	**(144.198)**	**(3.790.276)**	**(423.619)**	**(2.007.919)**	**(6.366.012)**
Saldo em 31/12/2022	**18.574**	**890.701**	**526.297**	**1.374.503**	**2.810.075**
Saldo em 31/12/2023	**9.339**	**678.962**	**393.674**	**1.332.022**	**2.413.997**
Taxa de depreciação	10%	20%	10%	20%	

10. Intangível

Custo	Software	Software desenvolvido internamente (a)	Software em andamento (a)	Marcas e patentes	Ágio (b)	Total
Saldo em 31/12/2021	**37.956.412**	**-**	**2.466.087**	**19.010**	**3.010.955**	**43.452.464**
Adições	118.694	-	7.669.166	-	-	7.787.860
Baixa	-	-	(153.057)	-	-	(153.057)
Transferências	-	1.871.629	(1.871.629)	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	**38.075.106**	**1.871.629**	**8.110.567**	**19.010**	**3.010.955**	**51.087.267**
Adições	-	-	16.586.477	-	-	16.586.477
Baixa	-	-	(43.186)	-	-	(43.186)
Transferências	-	7.506.632	(7.506.632)	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	**38.075.106**	**9.378.261**	**17.147.226**	**19.010**	**3.010.955**	**67.630.558**
Amortização						
Saldo em 31/12/2021	**(36.209.446)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(36.209.446)**
Adições	(1.123.758)	-	-	-	-	(1.123.758)
Baixa	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	**(37.333.204)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(37.333.204)**
Adições	(390.471)	(3.328.102)	-	-	-	(3.718.573)
Baixa	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	**(37.723.675)**	**(3.328.102)**	**-**	**-**	**-**	**(41.051.777)**
Saldo em 31/12/2022	**741.902**	**1.871.629**	**8.110.567**	**19.010**	**3.010.955**	**13.754.063**
Saldo em 31/12/2023	**351.431**	**6.050.159**	**17.147.226**	**19.010**	**3.010.955**	**26.578.781**
Taxa de amortização	20%	33%				

(a) Durante o ano de 2022, a Companhia concluiu o desenvolvimento de alguns módulos de software de novos produtos (Dhuo e Smart Nfe) relevantes que já estão sendo oferecidos no mercado e que têm grande potencial para trazer benefícios futuros para a Companhia. Durante o ano de 2022, o custo dos módulos concluídos desses dois produtos foi de aproximadamente R$7.004.000 durante o ano. Os gastos com pesquisas para esses dois módulos foi de R$ 1.330.240 e estão reconhecidos no resultado. No exercicio de 2023 a companhia reconheceu como adições o montante de R$ 16.586.477 referente a investimento para desenvolvimento do produto Dhuo (R$ 15.120.902) e do produto Smartax (R$ 1.465.575) que estão atrelados a gasto com mão de obra. (b) O ágio apurado compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da incorporação em 2013 da empresa Dynpro, onde a Companhia avaliou a recuperabilidade desse ativo por meio de um teste de sensibilidade para as unidades geradoras de caixa e não identificou a necessidade de provisão para perda nas demonstrações financeiras. As premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperabilidade do investimento realizado vão desde as previsões dos fluxos de caixa estimados trazidos a valor presente até as projeções de crescimento do mercado no horizonte de longo prazo. As atividades desenvolvidas pela Dynpro estão em linha com as atividades da companhia.

11. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores Nacionais	16.293.150	22.876.556
Fornecedores Estrangeiros	1.646.650	2.207.660
Total	**17.939.800**	**25.084.216**

12. Salários e encargos sociais

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de férias e encargos	13.053.078	12.971.233
Provisão de bônus e PLR	7.958.500	1.657.762
Salários e encargos sociais a Pagar	2.181.660	1.629.721
INSS liminar (a)	25.626.599	14.031.005
Total	**48.819.837**	**30.289.721**

(a) A Companhia sustenta por meio de liminar o direito de utilizar como base para cálculo do INSS terceiros o valor máximo correspondente a 20 salários-mínimos, optando por manter, por não ser uma decisão definitiva, o registro do valor a pagar que excede a base descrita acima. Em 2023 a Companhia registrou para fins de atualização monetária e juros do valor principal o montante de R$ 2.184.635 (R$ 1.278.736 em 2022).

13. Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2023	31/12/2022
Impostos retidos a pagar	2.561.120	2.809.104
Impostos sobre importação a pagar	1.436.078	1.792.895
Impostos sobre vendas a pagar	6.159.349	5.982.263
IR e CSLL a pagar	2.040.050	-
Perd/Comp a pagar (a)	5.651.292	-
Total	**17.847.890**	**10.584.262**

(a) Valores a recolher de impostos federais oriundos de Perd/Comp de exercícios anteriores cujos créditos não foram homologados pela Receita Federal do Brasil.

14. Partes relacionadas

Refere-se, principalmente, a transações com empresas do grupo conforme demonstrado a seguir:

31/12/2023	Ativo	Passivo	Receita	Custo
Engineering I.I. S.p.A	490.865	2.527.354	2.823.555	2.643.408
Engi dA Argentina S.A	890.627	1.699.992	73.000	135.783
WebResults	234.276	3.803	234.276	-
ENG SPA	121.100	-	-	-
IT Soft USA INC	403.165	-	1.531.872	-
Total	**2.140.033**	**4.231.149**	**4.662.703**	**2.779.191**

31/12/2022	Ativo	Passivo	Receita	Custo
Engineering I.I. S.p.A.	1.089.256	3.443.173	4.377.848	5.664.122
Engi dA Argentina S.A	817.627	-	-	-
WebResults	642.018	1.137.072	25.927	261.015
ENG SPA	114.547	16.345	2.102.089	150.358
IT Soft USA INC	466.219	-	1.462.702	-
ENG GER	893.550	-	893.550	-
Total	**4.023.217**	**4.596.591**	**8.862.116**	**6.075.495**

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

ENGINEERING DO BRASIL S.A. - CNPJ/MF nº 09.433.094/0001-67

As operações com partes relcionadas são predominantemente de transações e importação e exportação de serviços relacionados a tecnologia. **Remuneração da Administração:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante dos honorários dos administradores é de R$ 3.109.875 (R$ 2.936.223 em 2022), os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foi pago nenhum valor a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço ou outras licenças ou outros benefícios por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo) e; (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

15. Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas

	Finalidade:	Indexador	31/12/2023	31/12/2022
Engineering Ingegneria Informática SPA (Controladora)	Capital de giro	5%	21.771.112	39.230.626
Total			**21.771.112**	**39.230.626**
Circulante			-	19.615.313
Não Circulante			21.771.112	19.615.313

Durante o ano de 2023 a companhia realizou o pagamento remanescente dos valores principais de empréstimo, no montante de R$ 16.074.000, que mantinha com a sua matriz, remanescendo os valores oriundos dos juros incidentes sobre desses empréstimos. A Companhia tem a expectativa de concluir o pagamento em junho de 2025. A movimentação do saldo de empréstimo é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**39.230.626**	**58.608.937**
Captações	-	-
Juros e encargos	438.019	1.102.940
Variação cambial	(1.823.533)	(7.459.251)
Pagamento principal	(16.074.000)	(13.022.000)
Pagamento de juros e encargos	-	-
Total	**21.771.112**	**39.230.626**
Circulante	-	19.615.313
Não Circulante	21.771.112	19.615.313
Total	**21.771.112**	**39.230.626**

16. Provisão para contingência e riscos

As provisões para riscos relacionadas a processos trabalhistas, tributários e cíveis, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas tendo como base as opiniões dos assessores legais e as melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes nas datas dos balanços patrimoniais. As provisões para risco relacionadas a projetos estão baseadas em opiniões e análises dos respectivos responsáveis técnicos e pelo departamento jurídico interno da Companhia.

Essas provisões estão assim apresentadas:

	31/12/2022	Adição	Reversão	Pagamento	Reclassificação	31/12/2023
Civil (a)	4.083.869	-	-	-	-	4.083.869
Trabalhista	2.449.241	-	-	(12.639)	-	2.436.602
Tributário	171.934	-	-	-	-	171.934
Projeto (b)	17.031.355	-	(1.196.660)	-	(15.834.695)	-
Total	**23.736.399**	**-**	**(1.196.660)**	**(12.639)**	**(15.834.695)**	**6.692.405**

(a) A Companhia discuti judicialmente a rescisão de contrato junto a um fornecedor por quebra de cláusula contratual, sendo que a ação foi julgada parcialmente procedente durante o ano de 2022 e está aguardando remessa dos autos para o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) para julgamento de apelação. (b) A Companhia julgou necessária a provisão de saldos discutido judicialmente decorrente de adequação de escopo de projeto de seus clientes, visto que está por meio de processo judicial pleiteando o recebimento desses valores. A classificação de perda dos processos pelos assessores jurídicos é provável para o total de R$ 8.705.988 e possível para o total de R$ 16.316.000. No exercício de 2023 a Companhia reclassificou os saldos, cujo prognóstico de perda se manteve possível, para contas a receber de clientes. (c) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço. A Companhia possui ações de naturezas tributárias no valor de R$ 12.643.105 (2022 - R$ 6.211.114), as ações de naturezas trabalhistas e cíveis no valor de R$ 1.236.414 e R$ 25.580.271 respectivamente (2022 - R$1.126.030 e R$ 21.965.338) e processos administrativos R$ 29.839.890 (2022 - R$ 33.445.081), envolvem riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. Os valores de perda possível por natureza estão apresentados a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhista	1.236.414	1.126.030
Administrativo	29.839.890	33.445.081
Tributária	12.643.105	6.211.114
Cível	25.580.271	21.965.338
Total	**69.299.680**	**62.747.563**

No quadro acima não estão apresentadas as causas possíveis que foram contabilizadas pela companhia. A Administração em conjunto com a assessoria de seus advogados externos não espera a ocorrência de qualquer passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados.

17. Adiantamentos de clientes

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos de clientes	828.935	6.009.187
Total	**828.935**	**6.009.187**

18. Arrendamento a pagar e direito de uso

O IFRS 16/CPC 06 (R2) introduz um novo modelo de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, que devem reconhecer um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A Companhia reconheceu novos ativos de direito de uso para os seus contratos de arrendamento referente a locação de imóveis administrativos e veículos. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo menos amortização do contrato e despesas de juros referente as obrigações de arrendamento. O passivo registrado, representa as obrigações futuras de efetuar o pagamento do arrendamento já a valor presente. Abaixo a Companhia divulgou a movimentação do saldo de arrendamento a pagar por tipo de bem.

	31/12/2022	Adições	Pagamentos	31/12/2023
Leasing Car	2.336.707	825.447	(829.611)	2.332.543
Leasing Hardwares	2.110.787	-	(1.620.167)	490.620
Leasing Office	1.631.605	-	(1.338.241)	293.364
Total	**6.079.099**	**825.447**	**(3.788.019)**	**3.116.527**
Circulante				2.128.067
Não circulante				988.460

a) Ativos de direito de uso

Custo total em 31 de dezembro de 2022	**9.652.257**
Depreciação acumulada em 31 de dezembro de 2022	(4.662.019)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**4.990.238**
Encerramento contrato no exercício	129.116
Novos contratos	825.447
Amortização e depreciação do exercício	(2.828.276)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**3.116.525**
Custo total	8.284.191
Amortização e depreciação acumulada	(5.167.666)
Valor residual	**3.116.525**

19. Patrimônio líquido

a) Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, no montante de R$ 51.630.020, está representado por 51.630.020 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas entre os acionistas.

Acionistas	%	31/12/2023	31/12/2022
Engineering Ingegneria Informática SPA	99%	51.113.720	51.113.720
Michele Cinaglia	1%	516.300	516.300
Total		**51.630.020**	**51.630.020**

b) Reserva legal: Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, a reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

20. Receitas operacionais

A receita obtida pela Companhia, bem como suas deduções e impostos incidentes sobre a receita em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é composta da seguinte maneira:

	31/12/2023	31/12/2022
Mercado Interno	290.597.033	276.693.277
Mercado Externo	3.095.984	2.112.107
Intercompany	4.662.722	8.970.863
Receita Bruta	**298.355.739**	**287.776.247**
Impostos Federais	(10.878.081)	(10.237.850)
INSS Desoneração (a)	(13.066.728)	(12.441.895)
Impostos Estaduais	(13.495)	(258.569)
Impostos Municipais	(8.567.298)	(8.009.705)
Impostos sobre vendas	(32.525.602)	(30.948.019)
Receita líquida	**265.830.137**	**256.828.228**

a) A desoneração da folha de pagamento é a substituição da Contribuição Previdenciária Patronal, imposto incidente sobre o total da remuneração dos colaboradores, pela Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB). A Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta é calculada sobre o montante do negócio a partir de um percentual que varia de acordo com o ramo. A empresa pode optar anualmente pelo regime que for mais conveniente, sendo sempre o pagamento da CPRB mensal, no caso da Engineering do Brasil o percentual é de 4,5%.

21. Gastos por natureza - Custos e despesas operacionais

	31/12/2023	31/12/2022
Custo sobre serviços prestados		
Hardware e Software	(794.501)	(615.099)
Gasto com pessoal (a)	(126.714.482)	(108.084.602)
Serviços prestados por terceiros	(61.558.973)	(84.594.684)
Total	**(189.067.956)**	**(193.294.385)**
Despesas Administrativas		
Gasto com pessoal (a)	(37.578.781)	(29.193.908)
Serviços prestados por terceiros	(7.981.469)	(7.643.463)
Viagens	(3.398.116)	(3.352.832)
Depreciação e Amortização	(7.412.736)	(5.065.023)
Outros	(2.989.225)	(3.543.332)
Total	**(59.360.327)**	**(48.798.558)**
Despesas Tributárias		
Operações de câmbio (b)	(1.580.976)	(2.452.810)
Tributos Municipais	(170.982)	(176.182)
Outros	(427.144)	(162.670)
Total	**(2.179.102)**	**(2.791.662)**

(a) Contempla a provisão de bônus e PLR substancialmente maior em 2023 devido o atingimento de metas, dissídio coletivo dos colaboradores e custo com demissões oriundas de adequação do quadro de funcionários durante o período. (b) A empresa possui importações de serviços, e com isso possui um grande volume de despesas com operações de câmbio.

22. Resultado financeiro líquido

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(120.927)	(28.152)
Variação cambial	(677.868)	(6.631.658)
Arrendamento passivo - IFRS167	(624.834)	(377.242)
Juros sobre empréstimo Intercompany	(438.019)	(1.098.341)
Total	**(1.861.648)**	**(8.135.393)**
Receitas financeiras		
Receita de aplicação financeira	1.890.202	4.083.746
Variação cambial	2.238.189	12.398.597
Total	**4.128.391**	**16.482.343**
Resultado financeiro, líquido	**2.266.743**	**8.346.950**

23. Imposto de renda e contribuição social - Correntes e diferidos

A Companhia, enquadrada no regime de lucro real, adotou para o exercício de 2023, como nos exercícios anteriores, a metodologia de apuração do resultado tributário pelo regime do lucro real anual e considerou, também sem alterar em relação aos exercícios anteriores, o regime de competência para a tributação da variação cambial ocorrida no exercício. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. a) O saldo do imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	31/12/2023	31/12/2022
Impostos diferidos ativos		
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	22.527.100	23.238.223
Provisão para participação nos lucros e bônus	7.964.874	-
Outras provisões temporárias	3.409.797	-
Base de cálculo	33.901.771	23.238.223
Alíquota vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	11.526.602	7.900.996

a) Conciliação da taxa efetiva: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrado como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	17.489.494	20.290.573
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(5.946.428)	(6.898.795)
Adições permanentes:		
Despesas com sócio e administradores	(527.203)	(323.907)
Transfer price	(46.068)	(87.801)
Outros	(214.544)	(1.537.048)
Total	**(787.815)**	**(1.948.756)**
Compensações		
Prejuízo fiscal	-	1.405.898
Deduções (PAT)	63.674	-
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(6.670.569)	(7.441.653)
Imposto de renda e contribuição social corrente do exercício	**(10.296.175)**	**(8.116.461)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos do exercício	3.625.606	674.808
Alíquota efetiva	59%	40%

24. Instrumentos financeiros

A Companhia administra seu capital para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (arrendamentos financeiros e financiamentos, deduzidos pelo caixa e saldos bancários) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital social subscrito e integralizado e reservas). A Companhia não possui dívida líquida em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, pois o saldo de caixa e equivalentes de caixa excede o saldo das dívidas. **b) Categorias de instrumentos financeiros:** A Companhia possui instrumentos financeiros representados substancialmente por contas correntes bancárias, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e arrendamentos financeiros, cujos valores de mercado dessas operações ativas e passivas não diferem substancialmente daqueles reconhecidos nas demonstrações financeiras. Os instrumentos financeiros por categoria são classificados como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	29.333.638	36.935.435
Contas a receber de clientes	158.719.861	159.353.310
Contas a receber de partes relacionadas	2.140.033	4.023.217
Outros créditos	2.291.496	4.003.016
Total	**192.485.028**	**204.314.978**
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Fornecedores	17.939.800	25.084.216
Fornecedores partes relacionadas	4.231.149	4.596.591
Arrendamentos e financiamentos	3.116.527	6.079.099
Dividendos a pagar	2.569.495	-
Empréstimos e financiamentos	21.771.112	39.230.626
Total	**49.628.083**	**74.990.532**

Hierarquia de valor justo: A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos. • Nível 2: inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). • Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui instrumentos financeiros subsequentemente avaliados a valor justo.

25. Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem aos seguintes riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e risco de mercado. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na volatilidade dos mercados financeiros de forma a minimizar potenciais efeitos no desempenho da Companhia. **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis, a fim de que a Companhia mantenha sob controle os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. De acordo com a previsão da administração do fluxo de caixa, o excesso de caixa é transferido para aplicações financeiras, que são realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas, visto que a Companhia tem como objetivo manter os investimentos até o momento do seu efetivo resgate. As aplicações refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços. **Risco de Crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e instituições financeiras, bem como de exposições de créditos a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A Companhia mantém seu caixa e equivalentes de caixa depositados em instituições financeiras de primeira linha, minimizando dessa forma, o risco de crédito. A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta no curso normal de seus negócios. Aproximadamente 90% de sua carteira de clientes está concentrada em empresas de sólida atuação no mercado, minimizando assim o risco de crédito. A diversificação do restante de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais inadimplências em suas contas a receber. **Risco de Mercado e risco de câmbio:** A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições em relação ao euro. O risco cambial decorre, basicamente, de operações comerciais futuras e de empréstimos contraídos junto à Controladora corrigidos pela variação cambial. A administração da Companhia monitora as oscilações das taxas de câmbio no mercado, assim como seu impacto sobre a posição patrimonial e os fluxos de caixa futuros relacionados, principalmente, a aquisição de serviços no mercado externo e obtenção de empréstimos junto á Controladora em moeda estrangeira. **Análise de sensibilidade da moeda estrangeira:** A Companhia está exposta principalmente a variação entre o Real e o Euro (EUR). A tabela a seguir descreve a sensibilidade da Companhia a um aumento e a uma redução de 10% na variação da moeda a taxa de sensibilidade usada ao reportar o risco de câmbio internamente para o pessoal-chave da Administração e representa a avaliação da Administração da alteração razoavelmente possível nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui somente os itens monetários expressos em moeda estrangeira em circulação e ajusta sua conversão no final do exercício para uma variação de 10% nas taxas de câmbio.

	31/12/2023	
	EUR	R$
Contas a receber	318.319	1.706.764
Exposição ativa	318.319	1.706.764
Empréstimos e financiamentos	4.466.452	23.948.223
Fornecedores	803.188	4.306.534
Exposição Passiva	5.269.640	28.254.757
Total da exposição - líquida	**5.587.959**	**29.961.521**

Conforme mencionado acima a Companhia inclui na análise de sensibilidade de risco de cambial sobre a exposição liquida, uma variação de 10% na taxa de cada moeda exposta. Desta forma, caso este cenário se confirme o efeito adversos para a Companhia seria de R$ 2.723.774. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros derivativos para cobertura de seus riscos de câmbio.

26. Seguros

Em 31 de dezembro de 2023, o montante de cobertura de seguros da Companhia é considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais sinistros. A Companhia mantinha as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros (importâncias seguradas):

		31/12/2023
Responsabilidade Civil de Administradores D&O	10/05/ 2023 a 10/05/2024	10.153
Responsabilidade Civil Profissional (E&O)	31/12/2022 a 31/12/2023	416.369
		426.522

27. Transações que não envolvem caixa e equivalente de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Transferência de provisão para contingência e riscos para contas a receber	15.834.695	-
Adições de arrendamento mercantil	825.447	-

28. Aprovação das demonstrações financeiras

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Administração da Companhia em 04 de Abril de 2024.

Diretoria

Luigi Bianchini Neto
Diretor Financeiro/Administrativo
Fabiano Martins dos Santos
Contador - CRC 1SP220395/O-7

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Engineering do Brasil S.A.

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Engineering do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião exceto, possíveis efeitos, dos assuntos mencionados na seção "base para opinião como ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Engineering do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva: Provisão para crédito de perdas esperadas:** Conforme divulgado na nota explicativa n° 05 às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui, incluído no saldo de contas a receber, o valor de R$41.318.619 referentes a dois clientes para os quais estão discutindo judicialmente o recebimento desses valores. Para essa situação a Administração registrou o valor de R$15.939.624 para fins de provisão para perdas de crédito esperadas, no entanto, as documentações apresentadas para essa estimativa não suportam o valor reconhecido. Consequentemente não obtivemos evidência de auditoria suficiente e apropriada para determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes em relação a esse assunto, bem como os possíveis efeitos nas demonstrações financeiras para exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outros assuntos:** *Saldos comparativos de 31 de dezembro de 2022:* As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas anteriormente por outros auditores independentes, com relatório emitido em 26 de janeiro de 2023, sem qualificações. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 3 de abril de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC nº 1 SP 218398/O-1

Santana Administração de Bens Próprios S.A.

CNPJ/MF nº 00.278.328/0001-74 NIRE 35.300.511.654

Assembleia Geral Ordinária - Convocação de Acionistas de Companhia Fechada.

Ficam convocados os acionistas da Companhia "**Santana Administração de Bens Próprios S.A.**" a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada às 14hs30min, do dia 26 de abril de 2024, em sua sede, com endereço à Praça Joaquim Carlos, nº 03 B, Centro, na Cidade de Pedreira, Estado de São Paulo, CEP 13920-000, para deliberar a seguinte ordem do dia: (i) apreciar as contas da diretoria, o balanço patrimonial, o demonstrativo de resultados e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (ii) eleger os membros da Diretoria para o mandato de 01 (um) ano (05/2024 a 04/2025) e fixar a respectiva remuneração global mensal para o exercício social de 2024; (iii) tratar de assuntos diversos de interesse geral dos acionistas.

Pedreira, SP, 01 de Abril de 2024.
Diretoria: Ana do Carmo dos Santos Gouveia Lenzi
Mateus Lopes e Sérgio Ruas Dias Mauricio.

SAFIRA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS

CNPJ/MF n° 07.755.506/0001-50 - NIRE n° 35.300.327.527

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente, nos termos do Artigo 10º do Estatuto Social da **Safira Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros** (a "Companhia") e do Artigo 123 da Lei nº 6.404/1974, Lei das Sociedades por Ações, ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária que será realizada, em primeira convocação, em 25 de abril de 2024, às 10 (dez) horas, na sede social situada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua São Bernardo, n° 683, sala 3, CEP 03304-000, Tatuapé, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: remuneração dos diretores da Companhia. Os acionistas poderão participar da Assembleia pessoalmente, ou, se for o caso, por seus representantes legais ou procuradores, caso em que poderão participar ou votar na Assembleia Geral. Os acionistas deverão comparecer ao endereço indicado portando documento de identidade com foto; caso compareça o representante, são necessários procuração e documento do representante. Se pessoa jurídica, cópia do contrato/estatuto social; e da documentação societária que outorgue poderes e representação (ato de eleição do administrador e, conforme o caso, procuração), ambos registrados no órgão competente. Os documentos pertinentes à ordem do dia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Os documentos pertinentes à ordem do dia são pessoais e intransferíveis e não poderão ser compartilhados com terceiros, sob pena de responsabilização do acionista. Na data da Assembleia Geral, o acesso à sede social para participação estará disponível a partir de 30 (trinta) minutos de antecedência, sendo que o registro da presença do acionista somente se dará mediante a assinatura da ata de Assembleia Geral pelo respectivo acionista, ou seu representante, conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após o início da Assembleia Geral, não será possível o ingresso do acionista, independentemente da realização do cadastro. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas estejam presentes no endereço indicado para a realização da Assembleia com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência.

São Paulo, 10 de abril de 2024.
Safira Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros
Nome: AVIVA MIZRAHI - Cargo: Diretora Financeira e Comercial

ALMEIDA JUNIOR SHOPPING CENTERS S.A.

CNPJ 82.120.676/0001-83 - NIRE 35.300.412.087

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Conselho de Administração, representado por sua presidente, Sra. Heloísa Helena Kretzer de Almeida, com fundamento no Estatuto Social, na Lei 6.404/1976 e Lei 10.303/2001, convoca todos os acionistas da ALMEIDA JUNIOR SHOPPING CENTERS S.A., para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em sua sede social, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2277, 16º andar, conj. 1604, Edif. Plaza Iguatemi, bairro Jardim Paulistano, São Paulo/SP, CEP: 01.452-000, no dia 30 de abril de 2024, às 09:00 horas, em primeira convocação, e às 09:30 horas, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Análise, discussão e aprovação do Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2023; **b)** Deliberar sobre a destinação do lucro/prejuízo líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição de dividendos; **c)** Fixação da remuneração global da Diretoria e do Conselho de Administração para o exercício de 2024.

São Paulo, 09 de abril de 2024
Heloisa Helena Kretzer de Almeida - Presidente do Conselho de Administração

Bradesco Holding de Investimentos S.A.

CNPJ nº 50.991.421/0001-08 – NIRE 35.300.576.659

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 29.12.2023

Aos 29 dias do mês de dezembro de 2023, às 8h, reuniram-se, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, os membros da Diretoria da Sociedade, tendo assumido a presidência da reunião o senhor Marcelo de Araújo Noronha na ausência do titular, senhor Octavio de Lazari Junior, em férias, conforme disposto no Parágrafo Único do Artigo 11 do Estatuto Social, que convidou o senhor Cassiano Ricardo Scarpelli para secretário. Durante a reunião, os diretores registraram o pedido de renúncia formulado pelo senhor **Eurico Ramos Fabri** ao cargo de Diretor-Vice-Presidente, em carta de 27.11.2023, cuja transcrição foi dispensada, a qual ficará arquivada na sede da Sociedade para todos os fins de direito. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos diretores presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Marcelo de Araújo Noronha, Cassiano Ricardo Scarpelli, Rogério Pedro Câmara, José Ramos Rocha Neto, Rafael Padilha de Lima Costa e Pedro Lins Meira Quintão. **Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Bradesco Holding de Investimentos S.A.** aa) Dagilson Ribeiro Carnevali e Miguel Santana Costa - *Procuradores*. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 122.296/24-2, em 18.3.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

WTZ Participações S.A.

CNPJ nº 37.354.720/0001-65

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

São convocados os Senhores Acionistas da WTZ Participações S.A., a se Reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária no dia 22/04/2024, com 1ª convocação às 08:00 horas e 2ª convocação às 08:30 horas, em sua sede social à Rua Antônio Alves Quadra, nº 35-48, Sala WTZ na Cidade de Bauru/SP, a fim de Deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras Relativas ao Exercício social encerrado em 31/12/2023. **b)** Destinação do Resultado do Exercício social encerrado em 31/12/2023. **c)** Aprovação do aumento de capital. Bauru/SP, 10/04/2024. **Lucas Torres Witzler -** Diretor

PINHALENSE S/A MÁQUINAS AGRÍCOLAS

CNPJ/MF nº 54.224.423/0001-14 | NIRE 353 0006926 9
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os senhores acionistas da **PINHALENSE S/A MÁQUINAS AGRÍCOLAS** convocados a comparecer às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, que se realizarão no próximo dia 27 de abril de 2024, às 8:00 horas, na sede social da Companhia, localizada nesta cidade de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, na Rua Honório Soares, nº 80, Centro, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **1 – ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA:** (i) prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2023; (ii) distribuição no decorrer do ano de 2024, dos dividendos obrigatórios e juros sobre capital próprio imputados como dividendos, calculados na forma da lei; **2 – ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** (i) exame e deliberação sobre a proposta da Diretoria para aumento do capital social, mediante incorporação de reservas de lucros; (ii) conforme descrito abaixo e melhor detalhado na Proposta da Diretoria, alteração parcial do estatuto, no tocante: a) ao capital social; b) Capitulo III Administração – Artigo 12º; (iii) proposta de correção da remuneração da diretoria; (iv) outros assuntos de interesse social. **Informações Gerais:** (i) encontram-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da companhia, os documentos a que se refere o Art.133 da Lei nº 6404/76, com as alterações da Lei nº 10.303/2001 e 11.638/2007, relativo ao exercício social encerrado em 31.12.2023; (ii) os acionistas poderão ser representados nas Assembleias, mediante a apresentação do mandato de representação, outorgado na forma do parágrafo 1º, do art. 126 da Lei 6.404/76, os instrumentos de mandato deverão ser enviados para o endereço de e-mail acionista@pinhalense.com.br até as 12:00 horas do dia 26 de abril de 2024; (iii) as Assembleias instalar-se-ão em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, dois terços do capital com direito a voto, ou em segunda convocação com qualquer número de acionistas.

Espírito Santo do Pinhal-SP., 11 de abril de 2024
João Paulo Cipoli Viegas
Diretor Financeiro/ RH

RICARDO NAHAT, Oficial do 14° Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento do **BANCO BRADESCO S/A, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, FABIANA HELENA COSTA GALHARDO,** brasileira, casada com Ricardo Ramos Galhardo, analista de sistemas, RG nº 34.651.709-6-SSP/SP, CPF nº 029+758.246-10, domiciliada nesta Capital, residente na Rua Paracatu nº 251, apartamento nº 41, Parque Imperial, fica intimada a purgar a mora referente a 12 (doze) prestações em atraso, vencidas de 02/03/2023 a 02/02/2024, no valor de R$96.120,39 (noventa e seis mil, cento e vinte reais e trinta e nove centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R$105.355,49 (cento e cinco mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e nove centavos), que atualizado até 17/05/2024, perfaz o valor de R$122.840,36 (cento e vinte dois mil, oitocentos e quarenta reais e trinta e seis centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pelo BANCO BRADESCO S/A, para aquisição do imóvel localizado na Rua Tiquatira nº 97, lote 04 do desdobro, na Saúde – 21º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob n° 2 na matrícula nº 213.391. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Fica a fiduciante desde já advertida de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome do fiduciário, BANCO BRADESCO S/A, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 10 de abril de 2024. O Oficial.

RICARDO NAHAT, Oficial do 14° Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento do **BANCO BRADESCO S/A, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, VINICIUS CHIQUETI BANDEIRA,** brasileiro, solteiro, maior, autônomo, RG nº 39.649.249-6-SSP/SP, CPF nº 374.731.918-10, domiciliado em Bertioga/SP, residente na Alameda Mamoan nº 59, casa 07, Riviera de São Lourenço, fica intimado a purgar a mora referente a 08 (oito) prestações em atraso, vencidas de 28/07/2023 a 28/02/2024, no valor de R$20.578,28 (vinte mil, quinhentos e setenta e oito reais e vinte oito centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R$20.842,48 (vinte mil, oitocentos e quarenta e dois reais e quarenta e oito centavos), que atualizado até 29/05/2024, perfaz o valor de R$28.706,59 (vinte oito mil, setecentos e seis reais e cinquenta e nove centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pelo BANCO BRADESCO S/A, para aquisição do imóvel localizado na Rua Bernardino de Aguiar nº 44, lote 57 da quadra K, do Jardim Maria Estela, na Saúde – 21º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob n° 11 na matrícula nº 2.829. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Fica o fiduciante desde já advertido de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome do fiduciário, BANCO BRADESCO S/A, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 10 de abril de 2024. O Oficial.

RICARDO NAHAT, Oficial do 14° Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento do BANCO BRADESCO S/A, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, **ELENO MARQUÊS DOS SANTOS,** divorciado, técnico de obras, RG nº 16.957.703-X-SSP/SP, CPF nº 133.898.508-64, e **MARIA ANASTAZIA MARTENDAL,** solteira, maior, professora, RG nº 32.520.478-0-SSP/SP, CPF nº 026.169.498-73, brasileiros, domiciliados nesta Capital, residentes na Rua Professor Arnaldo João Semeraro nº 660, apartamento nº 94-A, Jardim Santa Emília, ficam intimados a purgarem a mora referente a 08 (oito) prestações em atraso, vencidas de 10/07/2023 a 10/02/2024, no valor de R$16.310,17 (dezesseis mil, trezentos e dez reais e dezessete centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R$18.542,85 (dezoito mil, quinhentos e quarenta e dois reais e oitenta e cinco centavos), que atualizado até 17/05/2024, perfaz o valor de R$22.900,23 (vinte dois mil e novecentos reais e vinte três centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pelo BANCO BRADESCO S/A, para aquisição do imóvel localizado na Avenida do Cursino nº 6.667, apartamento nº 1.106, localizado no 10º pavimento do Bloco A, integrando do empreendimento denominado Grand Club Condomínio Jardim Botânico, na Saúde – 21º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob nº 80 na matrícula nº 185.339, transportada pela Av.1 na matrícula nº 216.373. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Ficam os fiduciantes desde já advertidos de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome do fiduciário, BANCO BRADESCO S/A, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 10 de abril de 2024. O Oficial.

BAUMINAS QUIMICA NNE LTDA.

CNPJ/MF 23.647.365/0001-08–NIRE 35.200.978.143

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO: Senhores acionistas, a BAUMINAS QUIMICA N/NE LTDA, empresa com sede administrativa nesta cidade de Suzano/SP, na Rodovia Índio Tibiriçá, nº 4.033, Vila Sol Nascente, CEP: 08655-000, de acordo com os dispositivos legais e estatutários, apresenta a V. Sas., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, as quais, lidas em conjunto com as notas explicativas, demonstram a execução dos principais gastos, investimentos e outras ocorrências de natureza financeira e administrativa. Cataguases, 28 de março de 2024. José Heitor Leonardo - Diretor Executivo de Finanças

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

Ativo	Nota	2023	2022 Reapresentado (Nota 4)
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.346	3.998
Aplicações financeiras	6	68.753	12.148
Contas a receber	7	95.967	101.606
Estoques	8	52.039	64.928
Impostos a recuperar	10	13.018	11.948
IR e CS a recuperar	9	2.460	2.317
Créditos com partes relacionadas	28	11	834
Dividendos a receber	28	48	-
Outros ativos		4.831	2.311
Total do ativo circulante		**241.473**	**200.090**
Aplicação financeira restrita		419	-
Créditos com partes relacionadas	28	-	41.506
Depósitos judiciais		808	701
Impostos a recuperar	10	2.367	1.971
Ativo fiscal diferido	9	8.730	6.724
Outros ativos		-	51
Investimentos	11	150.542	169.764
Imobilizado	12	142.474	121.777
Intangível	13	90	1
Ativos de direito de uso	16	224	1.474
Total do ativo não circulante		**305.654**	**343.969**
Total do ativo		**547.127**	**544.059**
Passivo			
Fornecedores	14	27.755	33.108
Fornecedores–risco sacado	14	-	427
Empréstimos e financiamentos	15	1.005	1.365
Obrigações tributárias	18	6.877	7.322
IR e CS a recolher	9	18.364	8.452
Obrigações sociais trabalhistas	19	3.124	2.684
Dividendos a pagar	28	63.517	3.692
Débitos com partes relacionadas	28	1.377	710
Passivos de arrendamento	16	158	562
Outros passivos		1.266	750
Total do passivo circulante		**123.443**	**59.072**
Empréstimos e financiamentos	15	2.217	2.998
Obrigações tributárias	18	-	4
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	20	22.966	17.988
Passivo fiscal diferido	9	7.992	7.196
Passivos de arrendamento	16	89	940
Outros passivos		1	42
Total do passivo não circulante		**33.265**	**29.168**
Total do passivo		**156.708**	**88.240**
Capital social	21	188.130	148.940
Reserva de lucros	21	199.510	304.244
Ajuste de avaliação patrimonial		2.779	2.635
Total do patrimônio líquido	21	**390.419**	**455.819**
Total do passivo e patrimônio líquido		**547.127**	**544.059**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Receita de vendas e serviços	22	523.827	569.507
Custo das vendas e serviços	23	(249.800)	(294.058)
Lucro bruto		**274.027**	**275.449**
Despesas com vendas	24	(87.091)	(83.230)
Despesas gerais e administrativas	25	(18.814)	(14.302)
Despesas tributárias		(2.262)	(1.509)
Resultado de equivalência patrimonial	11	33.814	61.412
Outras (despesas) receitas	26	(17.194)	(2.840)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**182.480**	**234.980**
Receitas financeiras	27	9.158	6.619
Despesas financeiras	27	(2.763)	(2.364)
Resultado financeiro		**6.395**	**4.255**
Resultado antes dos impostos		**188.875**	**239.235**
Imposto de renda e contribuição social corrente	9	(33.455)	(38.064)
Imposto de renda e contribuição social diferido	9	1.210	715
Resultado líquido do exercício		**156.630**	**201.886**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	Capital social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de lucro: Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de lucros	Reserva especial	Lucros acumulados	Total do Patrimônio
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**205.302**	**2.640**	**-**	**12.179**	**140.134**	**-**	**-**	**360.255**
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	201.886	**201.886**
Dividendos desproporcionais	-	(5)	-	-	-	-	-	**(5)**
Transações com acionistas:								
Aumento de capital social	4.623	-	-	(4.623)	-	-	-	**-**
Redução de capital social	(60.985)	-	-	-	-	-	-	**(60.985)**
Destinação:								
Dividendos	-	-	-	-	(45.332)	-	-	**(45.332)**
Constituição de reservas	-	-	-	31.634	122.304	47.948	(201.886)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**148.940**	**2.635**	**-**	**39.190**	**217.106**	**47.948**	**-**	**455.819**
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	156.630	**156.630**
Dividendos desproporcionais	-	144	-	-	-	-	-	**144**
Transações com acionistas:								
Aumento de capital social	39.190	-	-	(39.190)	-	-	-	**-**
Destinação:								
Dividendos	-	-	-	-	(114.316)	(47.948)	(59.910)	**(222.174)**
Constituição de reservas	-	-	7.832	28.979	59.909	-	(96.720)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**188.130**	**2.779**	**7.832**	**28.979**	**162.699**	**-**	**-**	**390.419**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	2023	2022
Resultado líquido do exercício	156.630	201.886
Outros resultados abrangentes	144	(5)
Resultado abrangente total	**156.774**	**201.881**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	2023	2022 Reapresentado (Nota 4)
Resultado líquido do exercício antes do IR e CSLL	188.875	239.235
Ajustes para:		
Provisão para contingências	4.978	(273)
Depreciação e amortização	7.838	6.170
Resultado de equivalência patrimonial	(33.814)	(61.412)
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais líquidas	240	459
Valor residual de ativos permanentes baixados	1.934	241
Reversão/constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosos	263	26
Variações em:		
Redução (Aumento) contas a receber	5.376	(26.763)
Redução (Aumento) estoques	12.889	(10.957)
(Aumento) redução impostos a recuperar	(1.609)	5.788
(Aumento) depósito judicial	(107)	(18)
(Aumento) outros créditos	(1.219)	(535)
(Redução) aumento fornecedores	(5.780)	5.589
(Redução) aumento obrigações tributárias	(449)	1.960
Aumento imposto de renda e contribuição social	(825)	7.492
Aumento (redução) obrigações trabalhistas	440	(1.045)
(Redução) aumento outras obrigações	(636)	260
Caixa gerado nas atividades operacionais	**178.394**	**166.217**
Pagamento de juros sobre empréstimos	(284)	(441)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(22.718)	(38.064)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**155.392**	**127.712**
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Redução/ Aumento de investimentos	-	(24.810)
(Aportes) / resgates de aplicações financeiras	(56.605)	(1.436)
(Aportes) / resgates de aplicações financeiras restritas	(419)	-
Dividendos recebidos de controladas	52.993	16.764
Aquisição de imobilizado e intangível	(30.558)	(24.841)
Empréstimos recebidos de (concedidos a) partes relacionadas	42.329	(12.615)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(5)	-
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	**7.735**	**(46.938)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de principal	(1.097)	(3.362)
Dividendos pagos	(162.349)	(52.039)
Empréstimos captados junto à (pagos à) partes relacionadas	667	(23.761)
Caixa líquido (aplicado) / gerado das atividades de financiamento	**(162.779)**	**(79.162)**
(Redução)/Aumento líquido em caixa e equivalente de caixa	348	1.612
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.998	2.386
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4.346	3.998
Variação em caixa e equivalente de caixa	**348**	**1.612**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional: A BAUMINAS Química NNE Ltda. ("BAUMINAS NNE" ou "Empresa"), fundada em 17 de outubro de 1978, é sediada na cidade de Suzano, Estado de São Paulo. A Empresa tem por objeto social, principalmente: • a participação no capital de outras sociedades, sejam civis ou comerciais, quaisquer que sejam seus objetivos e independentemente da forma jurídica de associação, inclusive em consórcios, sociedades em conta de participação, Empresas e sociedades, sendo-lhe permitida a aplicação de recursos em empreendimentos, bens ou valores, inclusive adquirindo títulos negociáveis do mercado de capitais, bem como a prática de todos e quaisquer atos destinados à gestão e a mobilização de seu patrimônio, visando a otimizá-lo; • a fabricação de produtos químicos para tratamento de água e de aditivos para uso industrial, incluindo a fabricação de produtos químicos para tratamento de água; • a fabricação e a comercialização de saneantes domissanitários; • a Prestação de serviços (i) consultoria nas áreas mencionadas nos itens acima, (ii) assessoria técnica e operação de sistemas de controle, limpeza, tratamento e descontaminação de águas, esgotos e/ou efluentes de qualquer natureza e de agentes químicos e biológicos. A Empresa, cuja controladora é BAUMINAS Participações S.A, é parte do Grupo BAUMINAS, fundado em 1961, em Cataguases–MG, tendo mais de 58 anos de experiência na fabricação de produtos químicos para tratamento de águas e efluentes (coagulantes). A BAUMINAS NNE é acionista direta e indireta das seguintes empresas, sediadas no Brasil:

Empresas		Segmento de Mercado	Participação (%) 31/12/2023 Direta	Participação (%) 31/12/2023 Indireta	Participação (%) 31/12/2022 Direta	Participação (%) 31/12/2022 Indireta
Nheel Química Ltda.	Nheel	BAUMINAS Águas	100%	-	100%	-
Ambiently I. C. P. Químicos Ltda.	Ambiently	BAUMINAS Águas	-	33%	-	33%
B&G Participações S/A	B&G	Holding não operacional	-	33%	-	33%
Potabilis Ltda	Potabilis	BAUMINAS Águas	-	50%	-	-

1.1 Principais eventos ocorridos durante os exercícios de 2023 e 2022: a) Movimentação societária: **(i) Cisão NNE:** Em 09 de agosto de 2022, os acionistas, com intuito em reestruturar as atividades e operações da Empresa, efetuaram uma cisão parcial da Empresa no valor de R$ 60.985 correspondente ao percentual de 100% da participação detido na SULFABRÁS SULFATOS DO BRASIL LTDA. a ser vertido para a sociedade BAUMINAS Participações S.A., qualificada como cindenda. **(ii) Aquisição de Investimento – Potabilis Ltda:** Em 01 de agosto de 2023, a BAUMINAS NNE firmou um Acordo de Investimento para a constituição de Joint venture de participação acionária de 50% na empresa Potabilis Ltda. O capital social da empresa foi constituído no valor de 20 reais. A Potabilis terá por objeto social a produção e comercialização de hidróxido de Cálcio em suspensão, com foco no mercado de tratamento de água no Brasil. b) Impactos da invasão da Ucrânia pelo governo russo e das sanções à Rússia e países aliados: A Empresa está monitorando a situação do conflito resultante da invasão da Ucrânia pela Rússia, e as medidas de retaliação da comunidade global que criaram preocupações de segurança global e incerteza econômica, incluindo a possibilidade de expansão de conflitos regionais ou globais, os quais tiveram e provavelmente continuarão a ter efeitos adversos e impactos sociais e econômicos no mundo. Até a data deste relatório, não identificamos nenhum impacto relevante nas operações, situação financeira ou fluxo de caixa da Empresa e suas investidas relacionados ao conflito. A Empresa e suas investidas não podem mensurar o impacto futuro que o conflito pode ocasionar em seus negócios e operações, e continua monitorando a situação de forma tempestiva. c) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas: Em março de 2023, a Empresa instituiu o Comitê ESG, uma nova instância de assessoramento da alta liderança que se responsabilizou por criar uma estratégica ESG para as empresas, em um processo que envolveu um diagnóstico de maturidade organizacional, a priorização de ODS e stakeholders e, por fim, a construção da materialidade estratégica, concluindo com apontamentos estratégicos para a realização de planos de ação e definição de uma agenda ESG. O objetivo também é realizar uma gestão estratégica do tema Mudanças Climáticas, que têm se tornado cada vez mais relevante para BAUMINAS, fazendo análises dos riscos gerados por crises climáticas e se comprometendo com a busca por novos processos e soluções. Adicionalmente, a BAUMINAS possui algumas ações que estão sendo iniciadas a partir de 2024: - Medição do impacto das atividades na mudança do clima por meio da realização de um inventário de Emissões GEE – Gases de Efeito Estufa; e - Plano de redução das emissões de carbono; - Gestão sustentável dos recursos naturais e matérias-primas, substituindo os insumos com alto grau de impacto negativo para alternativas mais eficientes e responsáveis; - Gestão eficiente e responsável dos processos produtivos, reduzindo o consumo e o desperdício, aumentando a reciclagem e o reuso e minimizando a geração de resíduos em toda a cadeia produtiva; e - Incentivo à disposição correta de resíduos e rejeitos, evitando que o seu descarte impacte negativamente ao meio ambiente, a sociedade do entorno, priorizando práticas de economia circular. d) Reforma Tributária sobre o consumo: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços–CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços–IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. **2 Base de preparação:** De acordo com o CPC 36 item 4 (iv), a Empresa não está apresentando as demonstrações financeiras consolidadas, pelo fato que a consolidação está demonstrada na sua controladora final, a BAUMINAS Participações S.A. As condições analisadas estão demonstradas abaixo: (i) a controladora é ela própria uma controlada (integral ou parcial) de outra entidade, a qual, em conjunto com os demais proprietários, incluindo aqueles sem direito a voto, foram consultados e não fizeram objeção quanto à não apresentação das demonstrações consolidadas pela controladora; (ii) seus instrumentos de dívida ou patrimoniais não são negociados publicamente (bolsa de valores nacional ou estrangeira ou mercado de balcão, incluindo mercados locais e regionais); (iii) ela não tiver arquivado nem estiver em processo de arquivamento de suas demonstrações contábeis junto a uma Comissão de Valores Mobiliários ou outro CPC_36(R3) órgão regulador, visando à distribuição pública de qualquer tipo ou classe de instrumento no mercado de capitais; e (iv) a controladora final, ou qualquer controladora intermediária da controladora, disponibiliza ao público suas demonstrações em conformidade com os Pronunciamentos do CPC, em que as controladas são consolidadas ou são mensuradas ao valor justo por meio do resultado de acordo com este pronunciamento. **2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de março de 2024. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme apresentado na nota explicativa de políticas contábeis. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo (R$ mil), exceto quando indicado de outra forma. **3 Principais políticas contábeis:** A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras, calculados pro rata die e apropriadas mensalmente. Uma aplicação financeira se qualifica como equivalente de caixa quando possui características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não está sujeita a risco de mudança significativa de valor. **b. Receita de contrato com cliente:** A receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir: 1) identificação do contrato; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento da receita. A Empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. **(i) Venda de bens:** A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. **(ii) Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Empresa. A Empresa mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **(iii) Provisão para perdas na realização de créditos:** As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso. A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito. **(iv) Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Empresa adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 365 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Empresa faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. **c. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição, usando-se o método de Média Ponderada Móvel. O valor realizável líquido corresponde ao preço de vendas estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de execução e as despesas de vendas. Os estoques compreendem produtos de fabricação própria ou adquiridos de terceiros, insumos, materiais de manutenção e de uso e consumo. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal de operação. **d. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:** Os investimentos da Empresa em empresas controladas e joint ventures são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto (joint venture), deve existir um acordo contratual que permite à Empresa o controle compartilhado da entidade e dá direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Empresa no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixar de existir. **(i) Ágio:** O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio não é amortizado, mas é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **(ii) Amortização:** As vidas úteis estimadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são as seguintes: Carteira de clientes 5 a 10 anos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **e. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **(i) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Empresa obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados, de forma prospectivas, quando for o caso. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10–25 anos
Edificações	25–50 anos
Móveis e utensílios	10–15 anos
Veículos	5–10 anos
Equipamentos de Informática	3–5 anos

f. Ativos intangíveis: Ativos intangíveis são adquiridos pela Empresa e têm vidas úteis definida são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **(i) Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. **g. Empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. As obrigações correspondentes aos arrendamentos mercantis, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos Passivos Circulante e Não Circulante de acordo com o prazo do contrato. Os pagamentos de arrendamentos mercantis financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo correspondente, de maneira a resultar em uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na Demonstração do Resultado em cada período durante o prazo do arrendamento. A partir de 1° de janeiro de 2019, todos os arrendamentos são contabilizados mediante o reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, exceto por: • Arrendamentos de ativos de baixo valor; e • Arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada pela taxa média dos empréstimos e financiamentos de cada empresa do Grupo. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se depender de um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento assume que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do arrendamento. Outros pagamentos variáveis de arrendamento são registrados no período a que se referem. Após a mensuração inicial, os passivos de arrendamento aumentam como resultado de juros cobrados a uma taxa constante sobre o saldo em aberto e são reduzidos para pagamentos de arrendamento efetuados. Os ativos de direito de uso são amortizados numa base linear durante o prazo remanescente do arrendamento mercantil ou durante a vida econômica remanescente do ativo se, raramente, isso for considerado menor do que o prazo do arrendamento mercantil. **h. Tributos sobre o lucro:** São registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo 15% para o IRPJ mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e 9% para a Contribuição Social. O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes destes impostos e registrados em função da determinação legal conforme CPC 26 (R1) e 32, que trata das diferenças temporárias base destes impostos. A Empresa efetua análises periódicas que demonstram serem estes tributos recuperáveis pelas suas operações futuras. **i. Provisões, passivos contingentes e depósitos judiciais:** As provisões são reconhecidas quando se tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Adicionalmente, a Empresa registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **j. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **k. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem: receitas de juros; despesas de juros; receitas de aplicações financeiras; variações cambiais; e juros sobre empréstimos. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **l. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **(i) Ativos financeiros: • Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Empresa para a gestão destes ativos financeiros. A Empresa inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e juros" sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Empresa para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda. **• Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Empresa são classificados em: • Ativos financeiros ao custo amortizado; e • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **• Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Empresa ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e de partes relacionadas, incluídos em "Créditos com partes relacionadas". **• Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla investimentos patrimoniais listados, os quais a Empresa não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento. **• Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Empresa transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Empresa nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Empresa transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Empresa continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Empresa. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). **(ii) Passivos financeiros:** • **Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. **• Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros da Empresa são classificados em passivos financeiros ao custo amortizado. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. **• Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **(iii) Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **m. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **n. Capital social:** As quotas são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas quotas são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **o. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os quotistas da Empresa é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Empresa ao final do exercício, com base no contrato social da Empresa. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos quotistas em Reunião de Quotistas. Os ganhos e perdas apurados nas empresas investidoras, decorrentes da distribuição desproporcional de dividendos entre os seus acionistas, é reconhecido no resultado abrangente, contra a rubrica de ajuste de avaliação patrimonial. **3.1 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Os principais processos de estimativas estão resumidos a seguir: **a. Provisão para perdas na realização de créditos:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. Nota explicativa 5–mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda. **b. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. Nota explicativa 11–teste de redução ao valor recuperável de ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento; e Nota explicativa 12 – mensuração/determinação da vida útil do ativo imobilizado e a sua depreciação. **c. Provisões para riscos trabalhistas e cíveis:** A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração da Empresa acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais são necessárias e adequadas com base na legislação em vigor. Notas explicativas 20–reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **d. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda e contribuição social diferido ativo que pode ser reconhecido, com base num prazo considerado como razoável, bem como no nível de lucros tributáveis esperados nos próximos exercícios, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. **3.2 Novas normas, alterações e interpretações em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023:** Os normativos abaixo entraram em vigor em 1º de janeiro de 2023 e não apresentaram impacto e ou alterações significativas na apresentação dessas demonstrações financeiras. **Alteração CPC 26(R1)–Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. **Alteração CPC 23–Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. **Alteração CPC 32–Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. Além disso, em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, "Tributos sobre o Lucro" para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE, isenção essa que foi adotada pelo Grupo. No entanto, as entidades são requeridas a apresentar divulgações adicionais em suas demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º. de janeiro de 2023, não havendo requisito de divulgação para períodos intermediários anteriores a 31 de dezembro. 2023. As alterações ao IAS 12 são aplicáveis imediatamente e retrospectivamente de acordo com a IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", incluindo a exigência de divulgar se a exceção foi aplicada e se os tributos sobre o lucro da entidade foram afetados em decorrência da implementação das regras do Pilar Dois. **3.3 Alterações de norma que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). . **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"**: de acordo com o IAS 1 – "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. . **Alteração ao IFRS 16 – "Arrendamentos"**: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2024. . **Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros**: Evidenciação": a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements – SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs. (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i) (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa. **4 Reapresentação dos valores correspondentes:** Em 2023, a Empresa revisou os critérios de classificação de aplicações em fundos de investimentos e, com isso, reclassificou os saldos de Caixa e equivalentes de caixa, anteriormente apresentados em linha única, para melhor refletir a segregação das aplicações financeiras em Fundos de Investimentos, conforme determinado pelo CPC 03 – Demonstrações dos fluxos de caixa. A Empresa também reapresentou os saldos de dividendos desproporcionais (ajuste de avaliação patrimonial) na Demonstração do Resultado Abrangente (DRA). **a. Balanço patrimonial**

Balanço Patrimonial *(Em milhares de reais)*	31/12/2022 Original	Ajuste	Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	**16.146**	**(12.148)**	**3.998**
Aplicações financeiras	**-**	**12.148**	**12.148**
Outros ativos circulantes	183.944	-	183.944
Total do ativo circulante	**200.090**	**-**	**200.090**
Total do ativo não circulante	**343.969**	**-**	**343.969**
Total do ativo	**544.059**	**-**	**544.059**

b. Demonstração de resultado abrangente

Demonstração de resultado abrangente *(Em milhares de reais)*	31/12/2022 Original	Ajuste	Reapresentado
Resultado Líquido do exercício	201.886	-	201.886
Outros resultados abrangentes	-	(5)	(5)
Variação em caixa e equivalente de caixa	**201.886**	**(5)**	**201.881**

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

(...) Continuação (...) BAUMINAS QUÍMICA NNE LTDA. CNPJ/MF 23.647.365/0001-08–NIRE 35.200.978.143

c. Demonstração do fluxo de caixa 31/12/2022

Demonstração dos fluxos de caixa (Em milhares de reais)	Original	Ajuste	Reapresentado
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
(Aportes) / resgates de aplicações financeiras	-	(1.436)	(1.436)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	-	**(1.436)**	**(1.436)**
(Redução)/Aumento líquido em caixa e equivalente de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.098	(10.712)	2.386
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	16.146	(12.148)	3.998
Variação em caixa e equivalente de caixa	**3.048**	**(22.860)**	**1.612**

5 Caixa e equivalentes de caixa	2023	2022 Reapresentado (Nota 4)
Caixa	11	11
Banco conta movimento	4.335	1.826
Aplicações financeiras	-	2.161
Total	**4.346**	**3.998**

Os depósitos a curto prazo são efetuados por períodos que variam de um dia a três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa da Empresa, rendendo juros de acordo com as respectivas taxas de depósito de curto prazo. A carteira de aplicações financeiras é constituída por fundos de renda fixa atreladas ao CDI, com liquidez imediata e rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 equivalente a 97% do CDI.

6 Aplicações financeiras	2023	2022 Reapresentado (Nota 4)
Fundos de investimento (i)	68.753	12.148
Total	**68.753**	**12.148**

(i) Fundo de investimento–inclui fundos classificados como Renda Fixa e são remunerados de 95,39% a 105% e média ponderada 101,2% do CDI (99% a 105,23% e média ponderada 103,44% do CDI em 2022). São aplicados em títulos públicos, debêntures, títulos privados e outros.

7 Contas a receber	2023	2022
Duplicatas a receber de clientes	94.431	101.672
Partes relacionadas	3.588	1.723
Total antes da provisão para perda	**98.019**	**103.395**
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(2.052)	(1.789)
Total	**95.967**	**101.606**

Não incidem juros sobre os saldos de contas a receber, os quais geralmente consideram termos de pagamento de 30 a 90 dias. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a abertura das contas a receber por idade de vencimento era composta como segue:

	2023	2022
A Vencer	89.363	69.142
Vencido de 1 a 30 dias	982	15.918
Vencido de 31 a 60 dias	258	5.743
Vencido de 61 a 90 dias	152	3.694
Vencido acima de 91 dias	7.264	8.898
Total	**98.019**	**103.395**

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas é apresentada a seguir:

	2023	2022
Saldo inicial	**(1.789)**	**(1.763)**
(Provisões) Reversões e baixas, líquidas	(263)	(26)
Saldo final	**(2.052)**	**(1.789)**

8 Estoques	2023	2022
Matérias-primas	39.378	52.161
Produtos acabados	9.250	10.031
Almoxarifado	2.998	2.493
Produtos em andamento	413	243
Total	**52.039**	**64.928**

A Administração efetuou avaliação dos estoques e considerou que não existe a necessidade de constituição de provisão de perdas. **9 Tributos sobre o lucro:** A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 se encontra disposta abaixo:

IR e CS correntes:	2023	2022
Despesa de IR e CS–correntes	33.455	38.064
IR e CS diferidos:		
Relativo à constituição e reversão de diferenças temporárias	(1.210)	(715)
Despesas apresentadas na demonstração do resultado	**32.245**	**37.349**

a. Imposto de renda e contribuição social corrente	2023	2022
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	188.875	239.235
À alíquota fiscal de 34% (2022: 34%)	**(64.218)**	**(81.340)**
Equivalência patrimonial	11.497	20.880
Incentivo fiscal	28.979	31.395
Outros	(8.503)	(8.284)
Benefícios (despesas) de IR e CS	**(32.245)**	**(37.349)**
Despesa de tributos apresentada na demonstração do resultado	32.245	37.349
Alíquota efetiva	**17,07%**	**15,61%**
Ativo circulante	2023	2022
IR e CS corrente	2.460	2.317
Passivo circulante		
IR e CS corrente	(18.364)	(8.452)

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Não circulante	2023	2022
Ativo fiscal diferido	8.730	6.724
Passivo fiscal diferido	(7.992)	(7.196)
	738	**(472)**

As diferenças temporárias dedutíveis não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos foram reconhecidos com relação a estes itens, pois é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Empresa possa utilizar os benefícios destes. Conforme as estimativas da Empresa, os lucros tributáveis futuros permitirão a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2023.

10 Impostos a recuperar	2023	2022
PIS e COFINS	9.463	8.958
ICMS	3.016	2.555
Imposto sobre produto industrializado–IPI	1.247	1.206
Encargos sociais	61	50
Impostos retidos e outros	1.598	1.150
Total	**15.385**	**13.919**
Circulante	**13.018**	**11.948**
Não circulante	**2.367**	**1.971**

Os saldos de impostos a recuperar estão registrados pelo seu valor de realização e não são esperadas perdas adicionais e referem-se a créditos gerados nas operações normais das empresas, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza. A segregação entre circulante e não circulante para o ICMS está relacionado ao prazo de aproveitamento dos créditos fiscais aplicáveis na aquisição do ativo imobilizado. **11 Investimentos: a. Composição dos investimentos**

Investida	Controle	Participação 2023	Participação 2022	Investimento 2023	Equivalência 2023	Investimento 2022	Equivalência 2022
Nheel Química	Controlada	100%	100%	106.333	16.671	127.662	39.935
Sulfabras (ii)	Controlada	-	-	-	-	-	(4.092)
Potabilis	Joint venture	50%	-	5	-	-	-
B&G	Joint venture	33,29%	33,29%	36.957	17.143	34.855	25.569
Ágio (i)		-	-	7.247	-	7.247	-
Total				**150.542**	**33.814**	**169.764**	**61.412**

(i) Refere-se ao ágio apurado na aquisição da empresa BAUMINAS Química Sul em 2012. Em 2018, a Empresa aportou o investimento da BAUMINAS Química Sul na B&G, tornando-se controladora indireta de tal investimento. (ii) Em agosto/22, ocorreu a Cisão da Sulfabras (Nota 1.1). A equivalência patrimonial foi realizada com saldos contábeis das investidas em 31 de dezembro 2023. **b. Movimentação**

Investida	2021	Equivalência Resultado do exercício	Integralização de Capital Social	Distribuição de Lucro	Movimentação Societária	Amortização	2022
Nheel Química	87.727	39.935	-	-	-	-	127.662
Sulfabras	36.879	(4.092)	24.810	-	(57.597)	-	-
B&G	25.326	25.569	-	(16.040)	-	-	34.855
Ágio e mais valia	10.913	-	-	-	(3.388)	(278)	7.247
Total	**160.845**	**61.412**	**24.810**	**(16.040)**	**(60.985)**	**(278)**	**169.764**

Investida	2022	Equivalência Resultado do exercício	Distribuição de Lucro	AFAC	2023
Nheel Química	127.662	16.671	(38.000)	-	106.333
Potabilis	-	-	-	5	5
B&G	34.855	17.143	(15.041)	-	36.957
Ágio	7.247	-	-	-	7.247
Total	**169.764**	**33.814**	**(53.041)**	**5**	**150.542**

c. Saldos controladas e *joint venture*

Investida	Controle	Patrimônio Líquido 2023	Lucro Líq. do Exercício 2023	Patrimônio Líquido 2022	Lucro/Prejuízo Líq. do Exercício 2022
Nheel Química	Controlada	-	-	127.662	39.935
Sulfabras(i)	Controlada	-	-	-	(4.092)
B&G	*Joint Venture*	111.015	51.496	104.700	76.806

(i) Em 2022, o valor da equivalência patrimonial da Sulfabras foi calculado com base no lucro líquido do período da data que se tornou investida até a data de 09 de agosto de 2022.

d. Composição do ágio e mais valia	2023	2022
Ágio	7.247	7.247
Mais valia de carteira de clientes	2.785	2.785
Amortização acumulada–mais valia	(2.785)	(2.785)
Total	**7.247**	**7.247**

A Empresa efetuou análise de *impairment* e não identificou indicadores de *impairment*. A avaliação e as projeções financeiras estão fundamentadas substancialmente em premissas e informações fornecidas pela Administração da empresa Ambientaly, tais como as demonstrações financeiras e o orçamento anual para o exercício 2024. Foram considerados os efeitos inflacionários para os seguintes exercícios. As premissas utilizadas no cálculo são as que seguem: • Abordagem e período de projeção: o fluxo de caixa considera os próximos 05 anos fiscais. Os fluxos posteriores são considerados na perpetuidade pelo modelo de crescimento perpétuo. • Taxa de desconto: a taxa de desconto é o custo do capital ponderado (WACC Weighted average capital cost), composto Custo de Capital Próprio, calculado através da metodologia do Capital Asset Pricing Model (CAPM) e ponderado pela participação do capital de terceiros. • A taxa de crescimento adotada na perpetuidade é de 3,5% (estimativa de mercado para a inflação de longo prazo–relatório Focus). O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

	Ambientaly
Contraprestação transferida	8.500
Participação proporcional nos ativos e passivos reconhecidos da adquirida	585
Valor justo carteira de clientes	(2.785)
IR diferido passivo	947
Total	**7.247**

12 Imobilizado: a. Composição imobilizado

	Custo histórico 2023	Depreciação acumulada 2023	Saldo Líquido 2023	Custo histórico 2022	Depreciação acumulada 2022	Saldo Líquido 2022
Terrenos	2.257	-	2.257	2.257	-	2.257
Edificações, construções e instalações	61.957	(8.406)	53.551	56.896	(7.187)	49.709
Máquinas e equipamentos	85.690	(25.872)	59.818	76.301	(20.472)	55.829
Móveis e utensílios	855	(300)	555	650	(252)	398
Veículos	2.152	(1.959)	193	2.225	(1.997)	228
Equipamentos de informática	1.067	(640)	427	728	(463)	265
Imobilizado em andamento	18.845	-	18.845	11.939	-	11.939
Imobilizado poder de terceiros	7.125	(297)	6.828	1.199	(47)	1.152
Total do imobilizado	**179.948**	**(37.474)**	**142.474**	**152.195**	**(30.418)**	**121.777**

b. Movimentação do custo	2022	Adições	Baixas	Transferências	2023
Terrenos	2.257	-	-	-	2.257
Edificações, construções e instalações	56.896	2.469	(75)	2.667	61.957
Máquinas e equipamentos	76.301	8.875	(2.221)	2.735	85.690
Móveis e utensílios	650	188	-	17	855
Veículos	2.225	-	(73)	-	2.152
Equipamentos de informática	728	345	(6)	-	1.067
Imobilizado em andamento	11.939	12.664	(339)	(5.419)	18.845
Imobilizado poder de terceiros	1.199	5.926	-	-	7.125
Total do custo	**152.195**	**30.467**	**(2.714)**	**-**	**179.948**

c. Movimentação da depreciação	2022	Adições	Baixas	2023
Edificações, construções e instalações	(7.187)	(1.225)	6	(8.406)
Máquinas e equipamentos	(20.472)	(6.073)	673	(25.872)
Móveis e utensílios	(252)	(48)	-	(300)
Veículos	(1.997)	(35)	73	(1.959)
Equipamentos de informática	(463)	(183)	6	(640)
Imobilizado poder de terceiros	(47)	(272)	22	(297)
Total da depreciação	**(30.418)**	**(7.836)**	**780**	**(37.474)**

13 Intangível	2023	2022
Direito de uso de software	237	146
Direito de uso de software (amortização)	(147)	(145)
Total	**90**	**1**

14 Fornecedores	2023	2022
Matérias primas	11.550	10.599
Matérias primas–risco sacado	-	427
Fretes	11.517	14.257
Mercadorias e serviços	4.688	8.252
Total	**27.755**	**33.535**

15 Empréstimos e financiamentos

	Encargos		Vencimento	2023	2022
Capital de Giro	FAM+TJLP	14,1555%	até 2027	3.222	4.218
Leasing	CDI+	2,9512%	até 2023	-	123
Finame	TJLP SELIC	11,9110%	até 2023	-	22
Total				**3.222**	**4.363**
Circulante				**1.005**	**1.365**
Não circulante				**2.217**	**2.998**

a. Movimentação	2023	2022
Em 1º de janeiro	**4.363**	**7.707**
Amortizações do principal	(1.097)	(3.362)
Acréscimo de juros	240	428
Encargos sobre financiamento	-	31
Pagamentos de juros	(284)	(441)
Em 31 de dezembro	**3.222**	**4.363**

	2023	2022
2023	-	1.259
2024	1.005	955
2025	955	955
2026	955	955
2027	307	239
Total	**3.222**	**4.363**

16 Ativos e passivos de arrendamento: A Empresa possui contratos de arrendamento de veículos automotores utilizados em suas operações e imóveis. Os prazos de arrendamento são de até 3 anos. As obrigações do Grupo nos termos de seus arrendamentos são asseguradas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados.

TAXAS/ VPL	Taxa média de desconto % a.a.	Vencimento final	Valor Presente em 31/12/2023
Natureza dos contratos			
Veículos	10,96	2025	**247**
			247

Em 31 de dezembro de 2023, o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de Arrendamento Mercantil registrado no Ativo de Direitos de Uso, está demonstrado a seguir:

ATIVO	Imóveis	Veículos	Total
Em 1º de janeiro de 2022	-	-	-
Adições	1.489	461	**1.950**
Despesas de depreciação	(383)	(93)	**(476)**
Em 1º de janeiro de 2023	**1.106**	**368**	**1.474**
Adições	-	63	**63**
(Despesas) / reversão de depreciação	383	(207)	**176**
Baixas	(1.489)	-	**(1.489)**
Em 31 de dezembro de 2023	**-**	**224**	**224**

Abaixo são apresentados os valores contábeis dos passivos de arrendamento e as movimentações durante os exercícios:

PASSIVO	Imóveis	Veículos	Total
Em 1º de janeiro de 2022	-	-	-
Adições	2.156	975	**3.131**
Pagamentos	(976)	(550)	**(1.526)**
Apropriação encargos financeiros	(56)	(47)	**(103)**
Em 1º de janeiro de 2023	**1.124**	**378**	**1.502**
Adições	-	63	**63**
Pagamentos	(451)	(233)	**(684)**
Apropriação encargos financeiros	33	39	**72**
Baixas	(706)	-	**(706)**
Em 31 de dezembro de 2023	**-**	**247**	**247**

17 Gerenciamento dos riscos financeiros: a. Estrutura de gerenciamento de risco: A Administração da Empresa tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco, sendo responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Empresa. As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. **b. Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A Empresa busca manter um volume de disponibilidades suficientes para fazer frente: (i) à sua necessidade de capital de giro; (ii) aos investimentos orçados nos planos de negócios; e (iii) às condições adversas que possam demandar maiores investimentos em capital de giro. Esses recursos são alocados de forma a: (i) buscar retorno compatível com a volatilidade máxima determinada pela política de riscos e de investimentos; (ii) evitar o risco de crédito decorrente de concentração em poucos títulos; e (iii) acompanhar a variação da taxa de juros de mercado. No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Empresa têm como política não ter grande concentração de investimentos em um único grupo econômico. A Administração efetuou a análise da carteira de clientes para avaliar os efeitos e reflexos na mudança da perspectiva de perda da Empresa. A análise abrangeu a totalidade da carteira de clientes da Empresa e não identificou a necessidade de realizar uma perda esperada de crédito para o exercício 2023. **c. Risco de liquidez:** É a dificuldade que a Empresa encontrará em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa. A Administração alinha a disponibilidade e geração de recursos da Empresa de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. **d. Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado–tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações–irão afetar os ganhos da Empresa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **e. Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade da Empresa sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. **1.1 Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros estão reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, conforme a seguir:

	Classificação de acordo com o CPC 48	2023	2022
Caixa e equivalente	Custo amortizado	4.346	3.998
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	68.753	12.148
Contas a receber	Custo amortizado	95.967	101.606
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	11	42.340
Outros ativos	Custo amortizado	4.831	2.362
Total de ativos financeiros		**173.908**	**162.454**
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	3.222	4.363
Passivos de arrendamento	Custo Amortizado	247	1.502
Fornecedores	Custo Amortizado	27.755	33.535
Débitos com partes relacionadas	Custo Amortizado	1.377	710
Outros passivos	Custo Amortizado	1.267	792
Total de passivos financeiros		**33.868**	**40.902**

Não há diferença entre os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros. **a. Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Empresa possui as Aplicações Financeiras como mensurados a valor justo por meio do resultado. **b. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** A Empresa está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, e adiantamentos de contratos de câmbio. Em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Empresa realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das taxas de juros dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos. As práticas contábeis adotadas no Brasil determinaram que fossem apresentados mais dois cenários, sendo apresentado neste caso, cenários com deterioração e apreciação das taxas em 25% (cenário I e III) e 50% (cenário II e IV) da variável do risco considerado, além dos cenários prováveis. Abaixo, são considerados dois cenários de taxas de juros, apreciação e depreciação, com os respectivos impactos nos resultados:

Variáveis aplicáveis	2023 Risco	Cenário atual	Base	Cenário I 25%	Cenário II 50%	Cenário III 25%	Cenário IV 50%
		Período até 31 de dezembro de 2023					
CDI	Aumento (redução)	12,8600%	13,0400%	16,3000%	19,5600%	9,7800%	6,5200%

Títulos e Valores Mobiliários	Saldo 2023	Taxa atual média		Cenário atual	Apreciação das taxas: Saldo 2023 + Cenário I	Apreciação das taxas: Saldo 2023 + Cenário II	Deterioração das taxas: Saldo 2023– Cenário III	Deterioração das taxas: Saldo 2023– Cenário IV
Aplicações financeiras	68.753	CDI	101%	77.701	80.094	82.362	75.558	73.289

Empréstimos	Saldo 2023	Taxa atual média		Cenário atual	Apreciação das taxas: Saldo 2023 + Cenário I	Apreciação das taxas: Saldo 2023 + Cenário II	Deterioração das taxas: Saldo 2023– Cenário III	Deterioração das taxas: Saldo 2023–Cenário IV
Capital de Giro	3.222	FAM+TJLP	14,16%	3.281	4.203	4.308	3.267	3.252
Total	**3.222**			**3.281**	**4.203**	**4.308**	**3.267**	**3.252**

18 Obrigações tributárias	2023	2022
ICMS	4.491	5.214
Contribuições ao PIS e a COFINS	1.804	1.534
Encargos sobre importações	11	24
Parcelamento de tributos	-	4
Demais tributos a pagar	571	550
Total	**6.877**	**7.326**
Circulante	**6.877**	**7.322**
Não circulante	**-**	**4**

19 Obrigações sociais trabalhistas	2023	2022
Férias a pagar	1.951	1.746
Salários	577	483
Encargos sociais sobre folha a recolher e demais obrigações	596	455
Total	**3.124**	**2.684**

20 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários: A Empresa é parte envolvida em processos de contingências e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos e internos. As naturezas das obrigações podem ser sumariadas como seguem: • Os processos trabalhistas consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago nas demissões; • Os processos cíveis consistem, principalmente, em cobranças pelos serviços prestados por terceiros.

Processos prováveis	2023	2022
Trabalhistas	22.516	17.988
Cíveis	450	-
Total	**22.966**	**17.988**

Processos prováveis	2022	Provisões/ Reversões	2023
Trabalhistas	17.988	4.528	22.516
Cíveis	-	450	450
Total	**17.988**	**4.978**	**22.966**

A Empresa figura como parte em processos que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos com probabilidade de perda possível, com base na avaliação de seus assessores legais, para os quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Processos possíveis	2023	2022
Cível	1.400	1.400
Trabalhista	4.991	1.618
Tributária	63	48
Total	**6.454**	**3.066**

As naturezas dos processos classificados como possíveis podem ser sumariadas como seguem: • Trabalhistas: reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago nas demissões; • Cíveis: cobranças pelos serviços prestados por terceiros; • Tributárias: interpretações da Leis tributárias. **21 Patrimônio líquido: a. Capital social**

Quotistas	Nº quotas 2023	Valor 2023	Nº quotas 2022	Valor 2022
BAUMINAS Participações S.A.	116.738.638	116.739	92.420.533	92.421
BAUMINAS Química Ltda	71.391.703	71.392	56.519.926	56.520
Barbosa & Bissoli P. S. Ltda.	10	-	8	-
Total	**188.130.351**	**188.131**	**148.940.467**	**148.941**

Em 09 de agosto de 2022, os quotistas, com intuito em reestruturar as atividades e operações da Empresa, efetuaram uma cisão parcial mediante versão de parcela de seu ativo e passivo, correspondente ao percentual de 100% da participação detido na SULFABRÁS SULFATOS DO BRASIL LTDA.. O capital social da BAUMINAS QUÍMICA N/NE LTDA. foi reduzido o valor de R$ 60.985, passando a ser R$ 144.317. O montante cindido foi transferido para a cindenda BAUMINAS Participações S.A. Em 09 de agosto de 2022, a quotista BAUMINAS Participações S.A. e os demais quotistas aumentaram o capital social da Empresa em R$ 4.624 via reserva de incentivo fiscal, mediante a emissão de 4.623.500 novas quotas, com valor nominal de R$1,00 (um real) cada, passando o capital social da Empresa para R$ 148.940, dividido em 148.940.467 quotas no valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma. Em 01 de agosto de 2023, a quotista BAUMINAS Participações S.A. e os demais quotistas aumentaram o capital social da Empresa em R$ 39.190 via reserva de incentivo fiscal, mediante a emissão de 39.189.884 novas quotas, com valor nominal de R$1,00 (um real) cada, passando o capital social da Empresa para R$ 188.130, dividido em 188.130.351 quotas no valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma. **b. Reserva de lucros:** A conta de reserva de lucros é constituída com os resultados remanescentes após a definição da administração quanto aos percentuais de lucros destinados à distribuição aos acionistas e constituição de outras reservas de acordo com a legislação societária. **c. Reservas de incentivo fiscal:** As filiais localizadas na região do Nordeste possuem incentivo fiscal de receita bruta no montante de R$15.119, que consiste em benefício de crédito presumido, conforme tabela abaixo, sobre o saldo devedor do ICMS das operações próprias de produção.

Incentivo fiscal – ICMS

Filial	Tipo do incentivo	Período de fruição	Decreto
Desenvolve			
SIMÕES FILHO	Dedução 80% sobre ICMS prod. incentivado, menos piso	11/03/2014 a 11/03/2026	Resolução nº 128/2013
MUCURI	Dedução 80% sobre ICMS prod. incentivado, menos piso	11/03/2014 a 11/03/2026	Resolução nº 128/2013
PRODEPE			
RECIFE	4,5% nas saídas interestaduais / 42,75% da diferença entre o saldo devedor ICMS	01/11/2021 a 31/07/2029	Decreto nº 51.739/2021
Incentivo Estadual ICMS PIAUI.			
TERESINA	Redução de ICMS de 80%	01/07/2015 a 31/12/2030	Decreto 11.404/04 c/c Decreto 13.275/08
Incentivo SUFRAMA			
MANAUS	Crédito incentivado de 55% do ICMS / Alíquotas diferenciadas de PIS e COFINS	01/12/2022 a 31/11/2025	Decreto 23.994/03 Art. 13, VIII, Art. 16 III

Adicionalmente, a Empresa possui incentivo fiscal de redução de lucro da exploração, no montante de R$13.860 que consiste em benefício no imposto de renda para entidades localizadas na região Nordeste, onde há redução a 75% do imposto devido.

Incentivo fiscal – lucro na exploração

Filial	Tipo do incentivo	Período de fruição	Decreto
SUDENE			
SIMÕES FILHO	75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ	01/01/2020 a 31/12/2029	4.213/2002
MUCURI	75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ	01/01/2017 a 31/12/2026	4.213/2002
RECIFE	75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ	01/01/2018 a 31/12/2027	4.213/2002
TERESINA	75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ	01/01/2023 a 31/12/2032	4.213/2002
SUDAM			
ANANINDEUA	75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ	01/01/2018 a 31/12/2027	4.212/2002
MANAUS	75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ	01/01/2018 a 31/12/2027	4.212/2002

Conforme os requisitos legais, a conta Reserva de Incentivo fiscal é constituída com saldos dos incentivos fiscais recebidos durante o ano 2023 e os saldos serão integralizados no próximo exercício. **d. Dividendos pagos e propostos:** Foram aprovados pelos quotistas, em Reunião realizada em 15 de abril de 2022, pagamentos de dividendos no valor de R$ 45.332, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Foram aprovados pelos quotistas, em Reunião realizada em 15 de maio de 2023, pagamentos de dividendos no valor de R$ 162.264, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Foram constituídos dividendos mínimos obrigatórios a distribuir, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, para serem aprovados pelos quotistas em Ata de Reunião dos Quotistas, a ser realizada em 2024, no valor de R$ 59.910. O Grupo tem por prática a distribuição desproporcional de dividendos entre os seus acionistas. Em se tratando de uma transação de capital entre acionistas sob controle comum, a Administração elegeu como prática contábil o reconhecimento dos eventuais ganhos e perdas decorrentes dessa distribuição, nas empresas investidoras, como parte do resultado abrangente, reconhecido contra a rubrica de ajuste de avaliação patrimonial.

	2023
Resultado líquido do exercício	156.630
(-) Constituição da reserva legal	(7.832)
(-) Destinação para reserva de incentivo fiscal	**(28.979)**
	119.819
Percentual do dividendo mínimo	50%
Dividendos propostos	**59.910**

22 Receita de vendas e serviços	2023	2022
Receita bruta de vendas	667.037	717.579
Receita bruta de prestação de serviços (i)	12.148	10.976
(-) Tributos sobre receita	(152.007)	(153.747)
(-) Devoluções e descontos de vendas	(3.351)	(5.301)
Receita líquida de vendas	**523.827**	**569.507**

(i) As receitas de prestação de serviços são reconhecidas no período contábil durante o qual os serviços são prestados.

24 Custo de vendas e serviços	2023	2022
Matéria Prima	(179.210)	(233.468)
Mão de obra	(21.759)	(19.068)
Gastos gerais/ depreciação	(48.831)	(41.522)
Custo do produto vendido	**(249.800)**	**(294.058)**

25 Despesas de vendas	2023	2022
Frete e seguros de cargas	(72.179)	(70.701)
Serviços de terceiros	(6.324)	(4.185)
Salários, encargos sociais e benefícios	(3.469)	(2.876)
Manutenção	(3.095)	(2.751)
Comissões	(1.006)	(914)
Viagens	(647)	(535)
Depreciação/ Amortização	(329)	(680)
Gastos gerais	(42)	(588)
Total despesa com vendas	**(87.091)**	**(83.230)**

26 Despesas gerais e administrativas	2023	2022
Salários, encargos sociais e benefícios	(6.432)	(5.738)
Serviços de terceiros	(7.288)	(5.913)
Manutenção	(3.412)	(1.633)
Depreciação/ Amortização	(465)	(265)
Demais despesas	(1.217)	(753)
Total despesa administrativa	**(18.814)**	**(14.302)**

27 Outras receitas e despesas	2023	2022
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	(4.978)	(266)
Perdas judiciais	(3.049)	(176)
Perdas de estoque	(3.683)	(59)
Perdas com recuperação ambiental	(1.342)	(769)
Doações incentivadas	(1.349)	(391)
Serviços de terceiros	(998)	(796)
Valor residual do ativo imobilizado baixado ou vendido	(383)	27
Outras despesas e receitas	(1.412)	(410)
	(17.194)	**(2.840)**

28 Resultado financeiro	2023	2022
Receitas Financeiras	**9.158**	**6.619**
Receita sobre aplicação financeira	6.342	2.180
Descontos recebidos	1.595	2.650
Receita com juros	81	599
Variação cambial e monetária	14	645
Outras receitas financeiras	1.126	545
Despesas Financeiras	**(2.763)**	**(2.364)**
Descontos concedidos	(1.758)	(803)
Juros sobre empréstimos	(792)	(452)
Despesas de arrendamentos	(74)	(67)
Variação cambial e monetária	-	(780)
Outras despesas financeiras	(139)	(262)
Resultado Financeiro	**6.395**	**4.255**

29 Partes relacionadas: a. Vendas de produtos e contas a receber

Venda de produtos e contas a receber	Ativo 2023	Resultado 2023	Ativo 2022	Resultado 2022
Ambientaly Ind. Com. Prod. Químicos Ltda.	1.269	13.539	592	11.957
BAUMINAS Hidroazul Ind. e Com. Ltda.	1.571	7.156	607	6.987
BAUMINAS Química Ltda	70	2.863	130	4.420
BAUMINAS Mineração Ltda	-	14	3	17
NHEEL Química Ltda	678	5.324	126	896
Sulfabras Sulfatos do Brasil Ltda	-	-	265	3.739
Total	**3.588**	**28.896**	**1.723**	**28.016**

Os produtos são vendidos com base nas tabelas de preço em vigor e nos termos que estariam disponíveis para terceiros. As contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de vendas e vencem em 30 dias. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber de partes relacionadas.

b. Dividendos, débitos e créditos com partes relacionadas

	Ativo 2023	Passivo 2023	Ativo 2022	Passivo 2022
Débitos e créditos com partes relacionadas	**11**	**1.377**	**42.340**	**710**
Ambientaly Ind. Com. Prod. Químicos Ltda.	8	-	14	-
BAUMINAS LOG e Transportes S.A.	3	-	12.997	-
BAUMINAS Mineração Ltda	-	37	-	35
BAUMINAS Participações S.A.	-	-	13.632	-
BAUMINAS Química Ltda	-	1.340	14.895	650
NHEEL Química Ltda	-	-	787	25
SIJOSI Participações Societárias EIRELI	-	-	15	-
Dividendos	**48**	**63.517**	**-**	**3.692**
B&G Participações S.A.	-	-	-	3.148
Ambientaly Ind. Com. Prod. Químicos Ltda.	48	-	-	-
Barbosa & Bissoli P. S. Ltda	-	3.607	-	544
BAUMINAS Participações S.A.	-	37.175	-	-
BAUMINAS Química Ltda	-	22.735	-	-
Total entre partes relacionadas	**59**	**64.894**	**42.340**	**4.402**

c. Remuneração do pessoal chave da administração: A remuneração do pessoal chave da administração da Companhia no exercício de 2023 foi de R$ 4.978 (R$ 4.936 em 2022). **30 Eventos subsequentes:** Em 01 de janeiro de 2024, a BAUMINAS NNE firmou contrato de Compra e Venda no valor de R$ 35.544 referente a 100% da empresa CAPE Águas Nordeste Indústria e Comércio Ltda, e tem por objeto social (i) a indústria, comércio, armazenagem, importação e exportação de produtos químicos, metálicos e farmacêuticos para fins industriais, agropecuários, produtos para alimentação animal e de uso veterinário; (ii) a prestação de serviços de consultoria e aplicação de produtos químicos com ou sem monitoramento analítico; (iii) o fornecimento, a locação e a manutenção de máquinas e equipamentos para aplicação de produtos químicos; (iv) a prestação de serviços náuticos; e (v) a participação em outras sociedades ou empreendimentos no Brasil e/ou no exterior, como acionista, sócia ou quotista.

Responsável Técnico: Ariane Lacerda Pereira Canedo - Contadora CRC/MG- 079511/O; Diretor Executivo de Finanças: José Heitor Leonardo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras: Aos Administradores e Quotistas Bauminas Química NNE Ltda. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Bauminas Química NNE Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Valores correspondentes do ano anterior:** O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, preparadas originalmente e antes dos ajustes descritos na Nota 4, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 30 de março de 2023, sem ressalvas. Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, examinamos também os ajustes descritos na Nota 4 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2022, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Empresa referentes ao exercício de 2022 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2022 tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas e controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Empresa. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Empresa. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 28 de março de 2024. PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/F-5

Real AI PIC Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A.

CNPJ: 02.643.896/0001-52

Demonstrações Contábeis períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração

Prezados Acionistas: A Administração da Real AI PIC Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A. divulga o relatório da administração e as demonstrações contábeis acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, nos pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), referidos como (BR GAAP) e instruções emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários. O relatório deve ser lido em conjunto com as demonstrações contábeis da Companhia e respectivas notas explicativas. A Companhia está registrada na CVM como companhia aberta, desde 14 de setembro de 1999 e desde 01 de janeiro de 2010 está como categoria B. A Real Ativos Imobiliários Participações Ltda. (CNPJ/MF nº 17.261.861/0001-26), empresa do grupo WTorre, controlada pela WTorre S.A. é a controladora e detentora das 59.406 ações ordinárias, as nominativas, e sem valor nominal da Companhia. ***Direitos Creditórios e Certificados de Recebíveis Imobiliários:*** Os direitos creditórios e os certificados de recebíveis imobiliários são indexados pelo IGPM. Nos vencimentos contratuais, cuja variação acumulada em 2023 foi de 0,07% (5,45% em dezembro de 2022), foram recebidos os direitos creditórios da Volkswagen do Brasil Ltda. e liquidadas as parcelas dos certificados de recebíveis imobiliários. ***Recursos Humanos:*** A Companhia não tem funcionários e, consequentemente, não apresenta gastos e encargos nessa rubrica. A Administração da Companhia é exercida pela diretoria eleita e dentro da Lei e Estatuto Social e, conforme AGO realizada em 08 de abril de 2022, não recebeu remuneração. ***Pesquisa e desenvolvimento:*** A Companhia não realizou e não tem novos planos de investimentos para 2024. ***Resultados Líquidos:*** Os valores dos dividendos são apurados após o encerramento do exercício e obedecem às determinações contidas na Lei 6.404/76 e em conformidade com o artigo 31 do seu estatuto, ou seja, dos resultados apurados, são deduzidos os prejuízos acumulados e o saldo: o saldo, se houver, após as destinações supra, terá o destino dado pela Assembleia Geral. ***Desempenho:*** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o lucro auferido foi de R$ 1.480 (R$ 3.700, em 31 de dezembro de 2022). As Demonstrações Financeiras serão apresentadas à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em atendimento à Instrução nº 160/22 O Relatório da Administração é parte integrante das demonstrações e deve ser lido em conjunto com as respectivas Notas Explicativas. Os valores estão expressos em milhares de reais (R$ mil) e de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários. ***Conselho de administração:*** Está composto a partir de 01 de julho de 2022 por: Paulo Eduardo Moreira Torre, Renato Muscari Lobo e Silvia Maria Moreira Torre, todos com mandato vigente até 30 de junho de 2024. ***Diretoria Administrativa:*** Está composta a partir de 23 de junho de 2022 por: Renato Muscari Lobo, com mandato vigente até 23 de junho de 2024. ***Auditores independentes:*** De acordo com a Instrução CVM n. 162, de 13 de julho de 2022, a Administração não contratou outros serviços com a empresa de auditoria externa Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., a qual é responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia. A política da Companhia, quanto à não contratação de serviços não relacionados à auditoria, está embasada em princípios que preservam a independência do auditor. ***Declaração da Diretoria:*** Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 160/22, a diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações contábeis relativas a 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 28 de março de 2024.

Balanços patrimoniais

Ativo	Notas	2023	2022
Ativo circulante		**37.077**	**93.410**
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.131	3.061
Direitos creditórios	5	35.943	90.337
Créditos fiscais e outros ativos	6	3	12
Ativo não circulante		**-**	**26.222**
Direitos creditórios	5	-	26.222
Total do ativo		**37.077**	**119.632**
Passivo e Patrimônio Líquido	**Notas**	**2023**	**2022**
Passivo circulante		**35.526**	**89.311**
Certificados de recebíveis imobiliários	6	26.797	83.402
Obrigações fiscais	7	81	738
Dividendos a pagar	9/13	2.096	5.171
Outros passivos	8	6.552	-
Passivo não circulante		**-**	**26.550**
Certificados de recebíveis imobiliários	6	-	20.311
Outros passivos	8	-	6.239
Patrimônio líquido		**1.551**	**3.771**
Capital social	9	59	59
Reserva legal	-	12	12
Dividendos adicionais propostos		1.480	3.700
Total do passivo e do patrimônio líquido		**37.077**	**119.632**

Demonstrações do resultado

	Notas	2023	2022
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas	11	(382)	(335)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(382)**	**(335)**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	10	8.524	31.160
Despesas financeiras	10	(5.936)	(25.255)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**2.206**	**5.570**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	7.a	(726)	(1.870)
Lucro líquido do exercício		**1.480**	**3.700**

Demonstrações do resultado abrangente

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	1.480	3.700
Total do resultado abrangente do exercício	**1.480**	**3.700**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Saldo total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	59	12	5.677	-	5.748
Dividendos distribuídos - AGOE 08.04.2022 Jucesp 21.06.2022	-	-	(5.677)	-	(5.677)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.700	3.700
Dividendos adicionais propostos	-	-	3.700	(3.700)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	59	12	3.700	-	3.771
Dividendos distribuídos - AGOE 24.04.2023 Jucesp 31.05.2023	-	-	(3.700)	-	(3.700)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.480	1.480
Dividendos adicionais propostos	-	-	1.480	(1.480)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	59	12	1.480	-	1.551

Demonstração do valor adicionado

	2023	2022
Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços prestados terceiros	(222)	(196)
Despesas com emissão de títulos	(19)	(36)
Comissões e despesas bancárias	(182)	(150)
Outras despesas operacionais	(58)	(64)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**(481)**	**(446)**
Valor adicionado recebido em transferência		
Juros sobre aplicações financeiras e outros	91	198
Remuneração sobre direitos creditórios e outros	8.584	30.962
Valor adicionado total a distribuir	**8.194**	**30.714**
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições	960	1.909
Remuneração de capitais de terceiros - juros	5.754	25.105
Lucro líquido do exercício	1.480	3.700
Valor adicionado distribuído	**8.194**	**30.714**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método Indireto

	2023	2022 (Reapresentado)
Lucro líquido do período	1.480	3.700
Ajustes por		
Juros e variação monetária sobre passivo financeiro	5.435	24.292
Juros e variação monetária sobre ativo	(8.584)	(31.297)
Juros e variação monetária sobre outros passivos	313	803
Apropriação de pagamentos operacionais	19	35
Resultado após ajustes	**(1.337)**	**(2.467)**
Aumentos (diminuições) nos ativos e passivos operacionais		
Ativos		
Aumentos (reduções) - direitos creditórios	89.199	92.037
Aumentos (reduções) - créditos fiscais e outros ativos	10	(6)
Passivos		
Aumentos (reduções) - obrigações fiscais	(657)	(270)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**87.215**	**89.294**
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento		
Liquidações de certificados de recebíveis imobiliários	(76.309)	(73.086)
Juros pagos de certificados de recebíveis imobiliários	(6.061)	(11.904)
Aumentos (reduções) - dividendos a pagar/partes relacionadas	(6.775)	(3.751)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento	**(89.145)**	**(88.741)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(1.930)**	**553**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	3.061	2.508
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	1.131	3.061
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(1.930)**	**553**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Real AI PIC Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A. ("Companhia") domiciliada em São Paulo, na Avenida Francisco Matarazzo, nº 1.705, 1º subsolo, Água Branca, CEP 050001-200. Tem como objeto social: **a)** Securitização dos créditos imobiliários oriundos ou relacionados ao Contrato de Comodato Modal ("Contrato de Comodato") firmado em 22 de maio de 1998, com a Volkswagen do Brasil Ltda.; **b)** Emissão e colocação, no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs, debêntures ou quaisquer outros títulos de crédito ou valores mobiliários lastreados nos créditos imobiliários; e **c)** Realização de negócios e prestação de serviços relacionados à securitização de créditos imobiliários. **2. Base para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pelas leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nos pronunciamentos, orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 28 de março de 2024, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre estas demonstrações financeiras. **a. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional, para a preparação e a apresentação das demonstrações financeiras da Companhia, é o Real, apresentadas em Reais mil e arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, sendo que os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **3. Resumo das principais políticas contábeis:** As práticas contábeis aplicadas estão consistentes a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Resultado:** Os resultados são registrados pelo regime de competência. As receitas financeiras abrangem principalmente os juros e variações monetárias sobre os direitos creditórios, sendo reconhecidas integralmente no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras correspondem as variações monetárias incidentes sobre os certificados de recebíveis imobiliários (CRI's). **b. Caixa e equivalentes de caixa:** Nessa rubrica incluem: saldo em espécie, conta corrente bancária e aplicações financeiras resgatáveis a qualquer prazo e com risco insignificante de alteração de seu valor de mercado. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo por meio do resultado que se equipara ao valor de custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos exercícios. **c. Instrumentos financeiros:** Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, direitos creditórios e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, certificados de recebíveis imobiliários e outros passivos. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito abaixo: **c.1. Ativos financeiros não derivativos: i. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado, a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas nestes valores de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidos no resultado do exercício. **ii. Custo amortizado:** Os ativos financeiros classificados e mensurados pelo custo amortizado são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **c.2. Passivos financeiros não derivativos: i. Passivos financeiros registrados ao custo amortizado:** Todos os passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação, na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são reconhecidos pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **ii. Custo de transação**: Para possibilitar a colocação dos Certificados de Recebíveis Imobiliários no mercado, foram incorridos gastos, que envolveram a contratação de uma instituição para coordenar o processo de divulgação e captação de recursos. Esses gastos estão registrados em conta redutora dos CRI (passivo circulante e não circulante) e apropriados ao resultado em função da fluência do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado, considerando-se a taxa interna de retorno da operação. **d. Imposto de Renda e Contribuição Social:** A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240, e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, pois estes serão reconhecidos somente quando houver consistente perspectiva de sua realização. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não possui créditos tributários constituídos. **e. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, os correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **f. Passivos contingentes:** Um passivo contingente será reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que haverá saída de recursos financeiros da Companhia. No caso de uma possível obrigação, nenhuma provisão deverá ser reconhecida, cabendo somente a divulgação. Para uma obrigação, cuja possibilidade de saída de recursos financeiros da Companhia seja remota, não haverá reconhecimento de provisão no balanço patrimonial, assim como a divulgação não será exigida. **g. Demonstração do valor adicionado (DVA)*:*** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como parte de suas demonstrações financeiras. A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – demonstração do valor adicionado. **Normas revisadas com adoção a partir de 1 de janeiro de 2023:** A Companhia não identificou impactos nas demonstrações financeiras referente a novas normas ou alterações de normas adotadas no Brasil a partir de 1º de janeiro de 2024, bem como, não identificou impactos relevantes decorrentes de futuros requerimentos. **IFRS 17 - Contratos de Seguro**: O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável); e • Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. **Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8**: As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e *inputs* para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. **Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e *IFRS Practice Statement 2*:** As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações financeiras) e o *IFRS Practice Statement 2* fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas suas demonstrações financeiras. **Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12:** As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que geram diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. **CPC 26/ IAS 1 e CPC 23/ IAS 8 - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes:** Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **Reforma Tributária no Brasil:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos da LC. A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária. • **Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento):** Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para exercício de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* celebradas após a data da aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante:** Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações financeiras) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação; • Que o direito de adiar deve existir no final do exercício das demonstrações financeiras; • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; e • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para exercício de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimos existentes podem exigir renegociação. **Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7**: Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)**: Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações à IAS 21/CPC 02**: Ausência de conversibilidade. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações financeiras divulgadas pela Companhia e suas controladas. **h. Reapresentação:** A Administração da Companhia está reapresentando as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 em virtude da necessidade da reapresentação da Demonstração dos fluxos de caixa para corrigir os valores relacionados ao pagamento de dividendos, os quais foram apresentados indevidamente na atividade operacional ao invés da atividade de financiamento. Com base nas orientações do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido estão sendo reapresentados, para fins de comparabilidade:

31/12/2022	Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Demonstrações do fluxo de caixa			
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	3.700	-	3.700
Ajustes por			
Juros e variação monetária sobre passivo financeiro	24.292	-	24.292
Juros e variação monetária sobre ativo	(31.297)	-	(31.297)
Juros e variação monetária sobre outros passivos	803	-	803
Apropriação de pagamentos operacionais	35	-	35
Resultado após ajustes	**(2.467)**	**-**	**(2.467)**
Aumento líquido (redução) nos ativos e passivos operacionais			
Ativos			
Aumentos/reduções - direitos creditórios	92.037	-	92.037
Aumentos/reduções - créditos fiscais e outros ativos	(6)	-	(6)
Passivos			
Aumentos/reduções de obrigações fiscais	(270)	-	(270)
Aumentos/reduções - dividendos pagar/partes relacionadas	(3.751)	3.751	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	**85.543**	**3.751**	**89.294**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Liquidações de certificados de recebíveis imobiliários	(73.086)	-	(73.086)
Juros pagos de certificados de recebíveis imobiliários	(11.904)	-	(11.904)
Aumentos/reduções - Dividendos a pagar/partes relacionadas	-	(3.751)	(3.751)
Caixa líquido (consumido) proveniente nas atividades de financiamento	**(84.990)**	**(3.751)**	**(88.741)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**553**	**-**	**553**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	2.508	-	2.508
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	3.061	-	3.061
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**553**	**-**	**553**

4. Caixa e equivalentes de caixa: O saldo está representado por:

Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Caixa e depósitos bancários	63	1
Aplicações financeiras	1.068	3.060
Saldo	**1.131**	**3.601**

O saldo classificado como caixa e equivalentes de caixa, refere-se as disponibilidades da Companhia representados por Certificados de Depósito Bancários (taxa de 98% do CDI), e que se enquadra nos requisitos de baixo risco, liquidez e com prazo de resgate abaixo de 90 dias. **5. Direitos creditórios:** São formados pelo valor presente do fluxo dos direitos creditórios relativos aos recebíveis com a Volkswagen do Brasil Ltda., referente aos galpões localizados no Município de São José dos Pinhais - PR, a findar com último vencimento do principal em maio de 2024 e da parcela do residual em junho de 2024. A taxa de desconto é de 12,50% ao ano e os juros são reconhecidos no resultado mensalmente. Os direitos são atualizados pelo IGP-M/FGV, conforme Prospecto da 2a Distribuição Pública de Certificados Recebíveis Imobiliários, página 189 parágrafo 8.2. A indenização anual, por eventual resíduo inflacionário verificado no exercício, é apurada mensalmente pelo índice contratual IGP-M (FGV) vencíveis anualmente. As liquidações, após vencimentos, incidirão juros moratórios de 1% ao mês e multa de 5% (Prospecto - página 194 e 197, parágrafo 8.4.1 e 8.9). O saldo dos recebíveis em 31 de dezembro de 2023 totalizam R$ 34.029 (R$116.559 em dezembro de 2022). Os saldos lastreiam o período de 4 meses remanescentes da 2ª emissão dos CRI's e 1 mês relacionado aos outros passivos (Nota Explicativa nº 8). Não houve inadimplência durante o exercício, consequentemente não há indicativos de necessidade de constituição de provisão para perdas com direitos creditórios.

Credor	Descrição	Vencimento do contrato	31/12/2023 Circulante	31/12/2023 Não circulante	31/12/2023 Total	31/12/2022 Circulante	31/12/2022 Não circulante	31/12/2022 Total
Volkswagen do Brasil	2ª emissão	15/06/24	35.943	-	35.943	90.337	26.222	116.559
			35.943	**-**	**35.943**	**90.337**	**26.222**	**116.559**

As parcelas dos direitos creditórios têm o seguinte cronograma de recebimento:

Vencimento	**2024**	**Total**
Circulante	35.943	35.943
Total	**35.943**	**35.943**

a) Movimentação	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Saldo inicial	116.559	177.299
Recebimento	(89.199)	(92.037)
Juros	1.252	2.480
Correção monetária	7.331	28.817
Saldo final	**35.943**	**116.559**
Circulante	**35.943**	**90.337**
Não circulante	**-**	**26.222**

6. Certificados de recebíveis imobiliários – CRI's: 2ª Emissão: Em 3 de março de 2008, houve a 2ª emissão, com a emissão de 90 (noventa) Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI's) nominativos e escriturais, com subscrição pública e série única, perfazendo um total de R$101.922. A captação dos recursos ocorreu em 18 de abril de 2008. Os Certificados de Recebíveis Imobiliários estão lastreados até o último vencimento, sendo que o vencimento da parcela do principal está previsto para 17 de abril de 2024 e a parcela do residual para 17 de junho de 2024 o mensal está atrelado às parcelas dos direitos creditórios conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5. O saldo é corrigido anualmente e apropriado mensalmente na contabilidade a partir da data de emissão, pela variação percentual acumulada do IGP-M, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas e juros de 9,20% a.a., conforme Prospecto da 2ª Distribuição Pública de Certificados Recebíveis Imobiliários, página 152 parágrafo 2.15. Os administradores da Companhia, não constituíram garantias para o CRI da 2ª Emissão, no entanto, conforme já exposto no prospecto a Emissora instituiu regime fiduciário sobre os Créditos que lastreiam a emissão. O agente fiduciário destes CRI's é a Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. No quadro a seguir, resumimos os principais dados das emissões e cronograma de pagamentos dos CRI's que juntamente com a leitura dos fluxos de recebimento dos direitos creditórios (Nota Explicativa nº 5), demonstram que serão suficientes nas liquidações.

a) Quadro resumo da emissão

Descrição	Emissão	Encargos financei-ros a.a.	Data de emissão	Próximo vencimento	Último vencimento	31/12/2023 Circulante	31/12/2023 Não circulante	31/12/2023 Total	31/12/2022 Circulante	31/12/2022 Não circulante	31/12/2022 Total
Audi - PR	2ª	9,2 % + IGPM	03/03/2008	18/07/2022	17/06/2024	26.801	-	26.801	83.420	20.315	103.735
Custo de transação						(4)	-	(4)	(18)	(4)	(22)
Saldo						**26.797**	**-**	**26.797**	**83.402**	**20.311**	**103.713**

b) Cronograma de pagamentos

Ano	**2024**	**Custo de transação**	**Total**
Circulante	26.801	(4)	26.797
Total	**26.801**	**(4)**	**26.797**

c) Movimentação	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Saldo inicial	**103.713**	**164.376**
Juros	1.893	4.005
Variação monetária	3.542	20.287
Amortização de custo de transação	19	36
Pagamento principal	(76.309)	(73.087)
Pagamento de juros	(6.061)	(11.904)
Saldo final	**26.797**	**103.713**
Circulante	**26.797**	**83.402**
Não circulante	**-**	**20.312**

7. Obrigações fiscais e outros

Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
IRPJ e CSLL sobre o lucro **(a)**	65	109
Pis e Cofins sobre receita financeira e outros	16	22
Antecipação de recebíveis	-	607
Total	**81**	**738**

(a) Reconciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.206	5.570
(+) Adições permanentes	-	-
Base fiscal IRPJ e CSLL	**2.206**	**5.570**
(-) Compensação de prejuízos fiscais/base negativa		
Base fiscal ajustada IRPJ e CSLL	**2.206**	**5.570**
Imposto de renda	**(527)**	**(1.369)**
Contribuição social sobre lucro líquido	**(199)**	**(501)**
Impostos correntes	**(726)**	**(1.870)**

8. Outros passivos: Em 27 de setembro de 2021, a Companhia emitiu a nota promissória nº 001 à empresa PMG Investimentos Ltda. pelo valor de R$ 5.282, com vencimento em 31 de maio de 2024, data prevista para recebimento da última parcela do Direito Creditório. Sobre essa transação incidirão juros remuneratórios equivalentes a 8,5% a.a. e atualização mensal pela variação do IGPM, tendo como garantia a alienação das ações que a empresa Real Ativos possui da Companhia.

Credor	**Encargos Financeiros a.a.**	**Data de emissão**	**Data de Vencimento**	31/12/2023 Circulante	31/12/2023 Não circulante	31/12/2023 Total	31/12/2022 Circulante	31/12/2022 Não circulante	31/12/2022 Total
PMG Investimentos Ltda.	8,5 % + IGPM	27/09/2021	31/05/2024	6.552	-	6.552	-	6.239	6.239
Saldo				**6.552**	**-**	**6.552**	**-**	**6.239**	**6.239**

A variação ocorrida entre os exercícios refere-se à atualização de juros e correção monetária no montante de R$ 313 (2022 - R$ 803). **9. Patrimônio líquido:** O capital social subscrito e integralizado é de R$ 59 e está representado por 59.406 ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal e que, atualmente, são integralmente detidas pela Real Ativos Imobiliários e Participações Ltda.

Acionista	**Participação**	**Qtde. de ações em unidades**
Real Ativos Imobiliários Participações Ltda.	100,00%	59.406
Total		**59.406**

Resultado do exercício: O estatuto social regra que dos resultados apurados serão, inicialmente, deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão de imposto de renda e para a contribuição Social sobre o Lucro, sendo que o lucro remanescente terá a seguinte destinação: i) 5% para a constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do capital social; ii) Uma parcela será destinada ao pagamento de dividendo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 0,001% do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista no Artigo 202 da Lei 6.404/76; iii) O saldo que se verificar, depois das deduções acima, será distribuído aos acionistas na forma de dividendos. **Dividendos:** Em 31 de maio de 2023 foi registrada a ata de Assembleia Geral Ordinária, onde foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R$ 3.700 referente ao lucro líquido da Companhia apurado no exercício de 2022. Até 31 de dezembro de 2023, ocorreram liquidações no montante de R$ 1.604, restando assim o saldo de R$ 2.096 a pagar em relação aos dividendos aprovados. Quadro resumo das movimentações dos dividendos distribuídos:

Movimentação	**Distribuídos**	**Pagamentos**	**Saldos a pagar**
Exercício 2022	3.700	1.604	2.096
Total	**3.700**	**1.604**	**2.096**

10. Resultado financeiro: Os resultados financeiros líquidos estão representados por:

Receitas financeiras	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Juros sobre direitos creditórios	1.252	2.480
Variação monetária sobre direitos creditórios	7.331	28.817
Outras	(59)	(137)
Total receitas financeiras	**8.524**	**31.160**
Despesas financeiras		
Juros sobre certificados de recebíveis imobiliários	(1.893)	(4.005)
Variação monetária sobre certificados de recebíveis imobiliários	(3.542)	(20.287)
Outras	(501)	(963)
Total despesas financeiras	**(5.936)**	**(25.255)**
Resultado financeiro líquido	**2.588**	**5.905**

11. Despesas administrativas: As despesas administrativas estão representadas por:

Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Despesas com amortização dos custos de transação	(19)	(36)
Publicações legais e outras	(58)	(64)
Serviços prestados terceiros	(222)	(196)
Outros impostos e taxas	(83)	(39)
Total	**(382)**	**(335)**

12. Instrumentos financeiros: a. Gerenciamento de riscos: A Administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam livres de risco real. **i. Risco de mercado:** relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. Esse risco é minimizado na Companhia pela compatibilidade entre os títulos emitidos e os recebíveis que lhes dão lastro. Os indexadores condicionados nos instrumentos de arrendamento são semelhantes aos utilizados nas operações estruturadas de emissão de CRI; **ii. Risco de crédito:** relacionado com a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com os arrendatários, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar o risco, a Companhia celebra instrumentos de arrendamentos com empresas de grande porte, além de serem submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas; **iii. Risco de liquidez:** considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos; **iv. Pré-pagamentos:** o risco derivado dos pré-pagamentos por parte dos devedores dos créditos securitizados, comum nas operações de securitização, é neutralizado na Companhia pela disposição inserida nos títulos emitidos que lhe permite pré-pagar os títulos emitidos na proporção das antecipações efetuadas pelos devedores dos recebíveis utilizados como lastro. **b. Análise de sensibilidade:** Em atenção ao disposto na Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, os administradores confirmam que a Companhia não está exposta a instrumentos financeiros não evidenciados nas demonstrações financeiras. Nesse sentido, os instrumentos financeiros representados pelos CRI's - Certificados de Recebíveis Imobiliários e pelos Direitos Creditórios tomados como lastro para a emissão desses certificados estão sujeitos às condições equivalentes de taxas, indexadores e prazos, situação que torna neutro os efeitos decorrentes de quaisquer cenários econômicos aos quais a Companhia pode estar exposta. Essa condição é reforçada por serem instrumentos financeiros cuja negociação é vedada, por estarem segregados do patrimônio comum da Companhia. Nessa linha, quaisquer variações nos cenários econômicos implicam igualmente em efeitos compensáveis para a Companhia. **c. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros:** O valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros não refletidos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023, assim como, não realizou operações com derivativos financeiros. O valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial reflete, conforme avaliação da administração, a melhor estimativa de valor de mercado, pois cada instrumento contém variáveis de juros, riscos de mercado e de crédito, que na inexistência de um mercado ativo, não permitem que estes valores sejam recompostos com premissas diferentes daquelas em que as operações foram originalmente pactuadas. **i. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Estão classificadas neste grupo as operações de caixa e equivalentes de caixa, os quais incluem as aplicações financeiras mantidas para administração do caixa corrente da Companhia. Os valores contabilizados estão registrados pelo seu valor justo, os quais são equivalentes ao custo atualizado e aproximam-se dos valores esperados de realização. **ii. Empréstimos e recebíveis:** Os demais ativos financeiros incluem, contratos de mútuos e demais recebíveis, os quais estão classificados como empréstimos e recebíveis. **iii. Passivos financeiros registrados ao custo amortizado:** Empréstimos e financiamentos, instrumentos de dívida e outras obrigações a pagar estão classificados e registrados ao custo amortizado. **13. Transações com partes relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía, de transações com partes relacionadas, dividendos a pagar no valor de R$ 2.096 (R$ 5.171 em 2022). A Companhia não possui plano de opção de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que lhe prestem serviços, às empresas sob seu controle. **14. Outras informações: a. Demandas judiciais:** A Companhia não possui qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, conforme seus assessores jurídicos, não há contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável - passível de provisão, ou perda possível – passível de divulgação. **b. Seguros:** O contrato de comodato modal junto à Volkswagen do Brasil, por meio de cláusulas contratuais especificadas, obriga a Volkswagen a contratar seguro do imóvel e outros lucros cessantes. A Volkswagen contratou o seguro com a empresa Zurich Minas Brasil Seguros S/A, conforme a apólice 01.96.91.9190676, que corresponde ao período de vigência de 31/12/2022 até 31/12/2023, a cobertura contratada corresponde a riscos operacionais R$ 158.272. A Administração da Companhia julgou que as importâncias seguradas e os prazos de vigência que estão sendo negociados são suficientes para cobrir possíveis sinistros. A escolha dos riscos, respectivas coberturas, suficiência da cobertura e verificação das apólices não fazem parte do escopo de revisão dos auditores externos. **15. Eventos subsequentes:** Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras não ocorreram eventos subsequentes relevantes.

Renato Muscari Lobo - Diretor Presidente

André Luis Ackermann - Diretor de Relacionamentos com Investidores

Carolina Teixeira de Freitas - Contadora CRC 1 SP-257.066/O-1

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas, conselheiros e administradores da **Real AI PIC Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Real AI PIC Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Real AI PIC Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria (PAA):** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Ocorrência, valorização, existência e exatidão dos recebíveis que servem de lastro para as transações de créditos financeiros: Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a principal atividade da Companhia é a aquisição e a securitização de créditos financeiros. No âmbito de sua atividade, conduz a estruturação, emissão e a colocação das operações de securitização. Além disso, é a responsável pelo gerenciamento destes recebíveis, bem como os respectivos pagamentos aos investidores. Devido a relevância desta transação para a Companhia, e o gerenciamento do reconhecimento, mensuração e adequação das operações divulgadas como informações complementares, consideramos este assunto relevante para a nossa auditoria. Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista ser a principal atividade da Companhia, além de ser uma área crítica e de risco, tratar-se de rubrica de significativo impacto nas demonstrações contábeis da Companhia, sendo os procedimentos de auditoria de maior complexidade, dado ao tempo envolvido na análise das operações, leitura de contratos, entre outros aspectos. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria, foram mas não se limitaram: (i) conciliação contábil da carteira; (ii) recálculo do valor presente do recebível com base nas taxas de juros e demais condições pactuadas contratualmente em sua totalidade; (iii) validação da existência por meio da verificação do contrato; (iv) testes documentais para os recebimentos financeiros dos direitos creditórios; (v) avaliação quanto a necessidade de constituição de provisão para perdas esperadas dos direitos creditórios; e (vi) análise da aderência das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis. Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para reconhecimento dos recebíveis e o resultado obtido no exercício foram adequados no contexto das demonstrações contábeis da Companhia. **Outros assuntos: Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e períodos anteriores:** O exame das demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2022 foram anteriormente auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria sem modificação em 29 de março de 2023. **Demonstração do valor adicionado:** As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor.** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que alguma lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 28 março de 2024. **Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. -** CRC 2SP-025.583/O-1. **Maria Aparecida Regina Cozero Abdo -** Contadora CRC 1SP-223.177/O-1.

Brasil concentra quase 70% dos casos de dengue da AL e Caribe

Países da América Latina e do Caribe registraram aproximadamente 4,6 milhões de casos de dengue este ano. O número, que se refere às 15 primeiras semanas do ano - inclui os primeiros dias de abril - representa um crescimento de 237% em comparação ao mesmo período do ano passado.

A informação é da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e foi repassada pelo especialista em arboviroses da organização, Carlos Melo. Ele participou na quinta-feira (11) de um seminário sobre arboviroses organizado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio de Janeiro.

Arboviroses são doenças causadas por vírus transmitidos, principalmente, por mosquitos, como o Aedes aegypti, transmissor da dengue, zika e chikungunya.

Casos

O grande aumento é causado pelos números da epidemia no Brasil. O país supera 3,1 milhões de casos prováveis em 2024, ou 67,4% dos registros na América Latina e Caribe.

Em números absolutos, o Brasil é primeiro no ranking. Os países que ficam imediatamente atrás do Brasil, Paraguai, Argentina e Peru, na ordem, não passam de 200 mil casos cada.

Um dos motivos que explicam essa proeminência do Brasil é o fato de ser o país de maior população. No entanto, quando se observa a incidência de dengue, ou seja, a proporção de casos em relação à população, o país figura na segunda posição, atrás do Paraguai.

Pelos números da Opas, o Paraguai tem índice de 2.540 casos por mil habitantes, enquanto o Brasil registra 1.816. No entanto, segundo o Ministério da Saúde brasileiro, a taxa de incidência é de 1.529 por grupo de mil pessoas.

A diferença se justifica pelo fato de a Opas depender de receber as informações para divulgá-las atualizadas. Isso faz com que casos prováveis eventualmente descartados sejam temporariamente incluídos na contagem. A organização explica que usa o total de casos prováveis porque, mesmo que sejam descartados, representam pacientes que impactaram serviços de atendimento de saúde.

Em relação às mortes por dengue confirmadas, o Brasil tem 1.292 registros em 2024. O país lidera o ranking de números absolutos da Opas. No entanto, em termos proporcionais, o país aparece na nona posição, atrás de Paraguai, Guatemala, Peru, Bolívia, Honduras, Equador, Argentina e Paraguai.

Mudanças climáticas

Dos 25 países cobertos pela Opas, 12 encontram-se com surtos, ou seja, registros de casos prováveis acima do projetado.

Para a Opas, uma das causas apontadas para justificar a epidemia no Brasil e surtos em outros países é o fenômeno El Niño - aquecimento anormal das águas do Oceano Pacífico, que pode ser o maior já registrado.

"Esse comportamento é claramente associado a uma atuação de mudança climática", afirma Carlos Melo.

O especialista cita que até países europeus e os Estados Unidos, onde não havia grandes surtos da doença, registram incidências da dengue. "As magnitudes vão ser totalmente diferentes de um lugar para outro, mas a gente já vê o espalhamento dessa transmissão."

Especialistas explicam que efeitos causados pelo El Niño, como ondas de calor, estiagem em algumas regiões e temporais em outras, favorecem a proliferação do Aedes aegypti.

Estudos apontam que o mosquito transmissor fica mais ativo durante o calor. Além disso, quanto mais quente, menor é o tempo de incubação do vírus no mosquito. Assim, o inseto passa a transmitir a dengue mais rapidamente.

Soma-se a isso o fato de a estiagem aumentar a necessidade de armazenamento de água, muitas vezes de forma inadequada, propiciando o surgimento de criadouros. Esses ambientes onde o mosquito se desenvolve passam a aparecer com mais facilidade em consequência de temporais. (Agência Brasil)

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Cyrela Holanda Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ: 08.421.622/0001-03 - NIRE: 35221070779

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 02.04.2024, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 5.582.549,00 **para** R$ 2.582.549,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Cyrela RJZ Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 04.066.851/0001-98 - NIRE 35229708560

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 02.04.2024, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 6.617.468,00 **para** R$ 5.917.468,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Cyrela Roraima Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF nº 07.910.251/0001-52 - NIRE 35.220.558.514

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 02.04.2024, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 16.054.499,00 **para** R$ 3.054.499, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Goldsztein Cyrela Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 08.074.750/0001-10 - NIRE 35231306741

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 02.04.2024, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 465.697.141,00 **para** R$ 405.697.141,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Cyrela Paraná Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 07.965.232/0001-23 - NIRE 35220627991

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 02.04.2024, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 7.882.106,00 **para** R$ 6.882.106,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Luanda Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 17.976.379/0001-72 - NIRE 35227432508

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 02.04.2024, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 63.634.273,00 **para** R$ 59.134.273,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Lyon Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 08.576.565/0001-23 - NIRE 35221141323

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 02.04.2024, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 161.949.661,00 **para** R$ 137.949.661,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Ravenna Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 13.198.978/0001-51 - NIRE 35225024801

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 02.04.2024, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 56.345.843,00 **para** R$ 6.345.843,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Nova Canoas Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.

CNPJ 31.785.708/0001-29 - NIRE 35235372225

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 02.04.2024, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 4.002.756,00 **para** R$ 2.702.756,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Peru Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 08.403.088/0001-02 - NIRE 35221024025

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 02.04.2024, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 1.081.444,00 **para** R$ 181.444,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

CBR 008 Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 09.086.797/0001-66 - NIRE 35221811752

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 02.04.2024, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 9.141.794,00 **para** R$ 7.941.794,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

CBR 049 Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ: 27.548.087/0001-92 - NIRE: 35230532399

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 02.04.2024, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 3.800.745,00 **para** R$ 3.300.745,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

CBR 075 Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 32.476.490/0001-93 - NIRE 35235430195

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 02.04.2024, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 5.067.105,00 **para** R$ 1.067.105,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

CBR 090 Empreendimentos Imobiliários Ltda

CNPJ 34.175.481/0001-98 - NIRE 35235573778

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 02.04.2024, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 10.030.208,00 **para** R$ 7.030.208,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Living Abaeté Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 10.970.498/0001-79 - NIRE 35223427500

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 02.04.2024, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 9.713.941,00 **para** R$ 7.213.941,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Living Salinas Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 10.957.624/0001-55 - NIRE 35223468311

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 02.04.2024, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 5.811.357,00 **para** R$ 4.561.357,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Jardim Leão Empreendimentos Imobiliários Ltda

CNPJ 12.012.818/0001-03 - NIRE 35230054705

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 02.04.2024, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 18.538.003,00 **para** R$ 16.038.003,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Living 011 Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 19.207.295/0001-08 - NIRE 35227997530

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 02.04.2024, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 7.683.223,00 **para** R$ 5.183.223,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Living Salazares Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 17.587.531/0001-25 - NIRE 35227295608

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 02.04.2024, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 7.891.815,00 **para** R$ 391.815,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Extrato para publicação

ACCP GESTÃO E CONSULTORIA LTDA. ("Sociedade"), com sede na Rua Bandeira Paulista, 142 – apto 52, Itaim Bibi, CEP 04532-000, São Paulo/SP, CNPJ 03.679.293/0001-73, NIRE 35223426937, vem a público divulgar deliberação tomada em Reunião de Sócios, realizada em 15 de janeiro de 2024, aprovando, entre outras matérias, nos termos dos art. 1.082, inciso II, e 1.084 do Código Civil, a redução do capital social da Sociedade, no valor de R$ 36.529,00, desprezando-se R$ 0,52, com o cancelamento de 36.529 quotas, de forma desproporcional, com restituição de capital à sócia **PATRICIA BERTOLUCCI,** mediante a dação em pagamento, à tal sócia, dos seguintes bens (i) imóvel registrado na matrícula 150.242; e (ii) imóvel registrado na matrícula 150.243, ambas do 4º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo. **Administradora: PATRICIA BERTOLUCCI.**

EDITAL DE INTIMAÇÃO, PRAZO DE 20 DIAS. Processo nº 0006142-95.2020.8.26.0009. O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional IX – Vila Prudente, Estado de São Paulo, Dr. Luiz Fernando Pinto Arcuri, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Elizabete da Silva Barbosa, CPF. Nº 203.969.068-93 e aos que virem ou tomarem conhecimento do presente edital de INTIMAÇÃO, que, por este Juízo e respectivo Cartório, processa-se a ação Cumprimento de Sentença que lhe move Colégio Nossa Senhora de Fátima Ltda. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada sua INTIMAÇÃO, por edital, DA PENHORA realizada sobre as quantias bloqueadas pelo Sistema SISBAJUD, no valor de R$ 3.105,85, por intermédio do qual fica intimada de seu inteiro teor para, se o caso, comprovar se o valor é impenhorável ou excessivo, no prazo de 05 dias, iniciando-se a contagem após o decurso do prazo de 20 dias deste edital. E, para que chegue ao conhecimento de todos e para que no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de julho de 2023.

Empreendimentos Imobiliários Caracol S.A.

CNPJ/MF nº 53.859.120/0001-05 - NIRE 35.300.055.578

Assembleia Geral Ordinária - Convocação de Acionistas de Companhia Fechada.

Ficam convocados os acionistas da Companhia "Empreendimentos Imobiliários Caracol S/A" a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada às 16hs00min, do dia 26 de abril de 2024, em sua sede, com endereço à Praça Joaquim Carlos, nº 03, Centro, na Cidade de Pedreira, Estado de São Paulo, CEP 13920-000, para deliberar a seguinte ordem do dia: (i) apreciar as contas da diretoria, o balanço patrimonial, o demonstrativo de resultados e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (ii) eleger os membros da Diretoria para o mandato de 01 (um) ano (05/2024 a 04/2025) e fixar a respectiva remuneração global mensal para o exercício social de 2024; (iii) tratar de assuntos diversos de interesse geral dos acionistas.

Pedreira, SP, 01 de ABRIL de 2024.

Diretoria: Ana Tereza Lopes, Alexandre Magno dos Santos Gouveia e Marcelo José Mauricio Brito.

Barueri Energia Renovável S.A. - CNPJ: 14.641.895/0001-58

Balanço patrimonial - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	7.643	25
Contas a receber de clientes	13	326
Impostos a recuperar	248	1.545
Adiantamentos	369	375
Total do ativo circulante	8.273	2.271
Não circulante		
Outros ativos	367	291
Partes relacionadas	6.450	5.218
Depósitos judiciais	4.357	4.942
Impostos a recuperar	6	5
Imobilizado	128.513	57.325
Intangível	4	6
Total do ativo não circulante	139.697	67.787
Total do ativo	147.970	70.058
Passivo	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante		
Fornecedores	424	2.372
Impostos e contribuições a recolher	85	197
Outros passivos	482	558
Total do passivo circulante	991	3.127
Não circulante		
Obrigações tributárias	-	30
Partes relacionadas	82.093	4.070
Provisão para contingências	2.161	2.161
Total do passivo não circulante	84.254	6.261
Patrimônio líquido		
Capital social	69.258	69.258
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.325	-
Prejuízos acumulados	(10.858)	(8.588)
Total do patrimônio líquido	62.725	60.670
Total do passivo e do patrimônio líquido	147.970	70.058

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(2.270)	(4.073)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(2.270)	(4.073)

Demonstração dos resultados dos exercícios
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	-	8.918
Custo dos serviços prestados	(164)	(11.510)
Lucro bruto	(164)	(2.592)
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas	(2.078)	(1.465)
Outras receitas (despesas)	-	-
	(2.078)	(1.465)
Receitas financeiras	34	14
Despesas financeiras	(62)	(30)
Lucro antes do IR e CS	(2.270)	(4.073)
IR e CS	-	-
Prejuízo do exercício	(2.270)	(4.073)

Demonstrações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01/01/2022	62.586	-	-	(4.515)	58.071
Aumento de capital	40.000	(33.328)	-	-	6.672
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(4.073)	(4.073)
Saldos em 31/12/2022	102.586	(33.328)	-	(8.588)	60.670
Aumento de capital	53.146	(53.146)	4.325	-	4.325
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(2.270)	(2.270)
Saldos em 31/12/2023	155.732	(86.474)	4.325	(10.858)	62.725

Leonardo Roberto Pereira dos Santos
Diretor - CPF 218.498.438-80
Jessé Gonçalves de Lima Andrade
Contador - CRC/RJ 115836/O-8 - CPF 114.816.477-41

As Demonstrações Financeiras completas encontram-se disponíveis na sede da Companhia.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido (prejuízo) do período	(2.270)	(4.073)
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:		
Constituição (Reversão) da provisão para contingência	-	-
Depreciação	7	5
Amortização	2	1
Baixa de imobilizado	564	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-
	(1.697)	(4.067)
(Aumento) Redução em ativos		
Contas a receber de clientes	312	1.531
Outros ativos	1.221	(944)
Tributos a recuperar	5	(270)
Depósitos Judiciais	585	556
Obrigações trabalhistas	-	-
Aumento (Redução) em passivos		
Fornecedores	(1.948)	405
Obrigações tributárias	(142)	11
Outros passivos	(75)	215
Provisões para contingências	-	-
	(1.739)	(2.563)
IR e contribuição social pagos	-	-
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(1.739)	(2.563)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Contas a receber - partes relacionadas	(1.233)	-
Aquisição de imobilizado	(71.758)	(6.379)
Compra de ativos intangíveis	-	(4)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(72.991)	(6.383)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Contas a pagar - partes relacionadas	78.023	2.280
Aumento de capital	4.325	6.672
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	82.348	8.952
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	7.618	6
No início do período	25	19
No final do período	7.643	25
Variação do caixa e equivalentes de caixa	7.618	6

Bari Securitizadora S.A.

CNPJ/ME 10.608.405/0002-41 - NIRE 41300313067

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 79ª (Septuagésima Nona) Série da 1ª (Primeira) Emissão da Bari Securitizadora S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 79ª (Septuagésima Nona) Série da 1ª (Primeira) emissão da Bari Securitizadora S.A. ("CRI", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), nos termos da cláusula 12.3 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 79ª Série da 1ª (Primeira) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Bari Securitizadora S.A. celebrado em 5 de maio de 2020 ("Termo de Securitização"), e Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o nº 22.610.500/0001-88 na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), a participarem da **Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de CRI, em primeira convocação, a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 11:00 horas, e em segunda convocação a ser realizada no dia 21 de maio de 2024, às 11:00 horas** ("Assembleia"), de modo **exclusivamente digital**, por videoconferência *online* na plataforma "*Google Meet*", administrada pela Emissora, sem possibilidade de participação de forma presencial, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), sendo o acesso disponibilizado, pela Emissora, individualmente aos titulares dos CRI devidamente habilitados nos termos deste Edital, a Emissora convoca os titulares de CRI para deliberar sobre a: (i) aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício social findo em dezembro de 2023, acompanhada do relatório dos auditores independentes, sem opinião modificada, cujo inteiro teor está disponibilizado no *website* da Emissora (acessar www.barisec.com.br, buscar o ícone "Demonstrações Financeiras CRIs", "Demonstrações do Patrimônio Separado", pesquisar pela "Série"). Os titulares dos CRI que desejarem participar da Assembleia deverão encaminhar, em até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia, os documentos de representação (contrato/estatuto social, ata de eleição, procuração, e documento de identificação RG e CPF dos signatários) para o seguinte endereço eletrônico: **pos-emissao@barisecuritizadora.com.br** com cópia para **agentefiduciario@vortx.com.br** e **lcb@vortx.com.br.** O *link* de acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Emissora **apenas aos titulares dos CRI que manifestarem interesse em participar da Assembleia, através dos endereços eletrônicos e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acima informados.** Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 09 de abril de 2024
Bari Securitizadora S.A.

Bari Securitizadora S.A.

CNPJ/ME 10.608.405/0002-41 - NIRE 41300313067

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 82ª (Octogésima Segunda) Série da 1ª (Primeira) Emissão da Bari Securitizadora S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 82ª (Octogésima Segunda) Série da 1ª (Primeira) emissão da Bari Securitizadora S.A. ("CRI", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), nos termos da cláusula 12.3 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 82ª Série da 1ª (Primeira) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Bari Securitizadora S.A. celebrado em 19 de junho de 2020 ("Termo de Securitização"), e Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o nº 22.610.500/0001-88 na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), a participarem da **Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de CRI, em primeira convocação, a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 15:00 horas, e em segunda convocação a ser realizada no dia 21 de maio de 2024, às 15:00 horas** ("Assembleia"), de modo **exclusivamente digital**, por videoconferência *online* na plataforma "*Google Meet*", administrada pela Emissora, sem possibilidade de participação de forma presencial, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), sendo o acesso disponibilizado, pela Emissora, individualmente aos titulares dos CRI devidamente habilitados nos termos deste Edital, a Emissora convoca os titulares de CRI para deliberar sobre a: (i) aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício social findo em dezembro de 2023, acompanhada do relatório dos auditores independentes, sem opinião modificativa, cujo inteiro teor está disponibilizado no *website* da Emissora, (acessar www.barisec.com.br, buscar o ícone "Demonstrações Financeiras CRIs", "Demonstrações do Patrimônio Separado", pesquisar pela "Série"). Os titulares dos CRI que desejarem participar da Assembleia deverão encaminhar, em até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia, os documentos de representação (contrato/estatuto social, ata de eleição, procuração, e documento de identificação RG e CPF dos signatários) para o seguinte endereço eletrônico: **pos-emissao@barisecuritizadora.com.br** com cópia para **agentefiduciario@vortx.com.br** e **lcb@vortx.com.br.** O *link* de acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Emissora **apenas aos titulares dos CRI que manifestarem interesse em participar da Assembleia, através dos endereços eletrônicos e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acima informados.** Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 09 de abril de 2024
Bari Securitizadora S.A.

Bari Securitizadora S.A.

CNPJ/ME 10.608.405/0002-41 - NIRE 41300313067

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 83ª (Octogésima Terceira) Série da 1ª (Primeira) Emissão da Bari Securitizadora S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 83ª (Octogésima Terceira) Série da 1ª (Primeira) emissão da Bari Securitizadora S.A. ("CRI", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), nos termos da cláusula 12.3 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 83ª Série da 1ª (Primeira) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Bari Securitizadora S.A. celebrado em 14 de julho de 2020 ("Termo de Securitização"), e Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o nº 22.610.500/0001-88 na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), a participarem da **Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de CRI, em primeira convocação, a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 16:00 horas, e em segunda convocação a ser realizada no dia 21 de maio de 2024, às 16:00 horas,** ("Assembleia"), de modo **exclusivamente digital**, por videoconferência *online* na plataforma "*Google Meet*", administrada pela Emissora, sem possibilidade de participação de forma presencial, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), sendo o acesso disponibilizado, pela Emissora, individualmente aos titulares dos CRI devidamente habilitados nos termos deste Edital, a Emissora convoca os titulares de CRI para deliberar sobre a: (i) aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício social findo em dezembro de 2023, acompanhada do relatório dos auditores independentes, sem opinião modificada, cujo inteiro teor está disponibilizado no *website* da Emissora, (acessar www.barisec.com.br, buscar o ícone "Demonstrações Financeiras CRIs", "Demonstrações do Patrimônio Separado", pesquisar pela "Série"). Os titulares dos CRI que desejarem participar da Assembleia deverão encaminhar, em até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia, os documentos de representação (contrato/estatuto social, ata de eleição, procuração, e documento de identificação RG e CPF dos signatários) para o seguinte endereço eletrônico: **pos-emissao@barisecuritizadora.com.br** com cópia para **agentefiduciario@vortx.com.br** e **lcb@vortx.com.br.** O *link* de acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Emissora **apenas aos titulares dos CRI que manifestarem interesse em participar da Assembleia, através dos endereços eletrônicos e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acima informados.** Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 09 de abril de 2024.
Bari Securitizadora S.A.

Bari Securitizadora S.A.

CNPJ/ME 10.608.405/0002-41 - NIRE 41300313067

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 84ª (Octogésima Quarta) Série da 1ª (Primeira) Emissão da Bari Securitizadora S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 84ª (Octogésima Quarta) Série da 1ª (Primeira) emissão da Bari Securitizadora S.A. ("CRI", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), nos termos da cláusula 12.3 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 84ª Série da 1ª (Primeira) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Bari Securitizadora S.A. celebrado em 14 de julho de 2020 ("Termo de Securitização"), e Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o nº 22.610.500/0001-88 na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), a participarem da **Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de CRI, em primeira convocação, a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 17:00 horas, e em segunda convocação a ser realizada no dia 21 de maio de 2024, às 17:00 horas** ("Assembleia"), de modo **exclusivamente digital**, por videoconferência *online* na plataforma "*Google Meet*", administrada pela Emissora, sem possibilidade de participação de forma presencial, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), sendo o acesso disponibilizado, pela Emissora, individualmente aos titulares dos CRI devidamente habilitados nos termos deste Edital, a Emissora convoca os titulares de CRI para deliberar sobre a: (i) aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício social findo em dezembro de 2023, acompanhada do relatório dos auditores independentes, sem opinião modificada, cujo inteiro teor está disponibilizado no *website* da Emissora, (acessar www.barisec.com.br, buscar o ícone "Demonstrações Financeiras CRIs", "Demonstrações do Patrimônio Separado", pesquisar pela "Série"). Os titulares dos CRI que desejarem participar da Assembleia deverão encaminhar, em até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia, os documentos de representação (contrato/estatuto social, ata de eleição, procuração, e documento de identificação RG e CPF dos signatários) para o seguinte endereço eletrônico: **pos-emissao@barisecuritizadora.com.br** com cópia para **agentefiduciario@vortx.com.br** e **lcb@vortx.com.br.** O *link* de acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Emissora **apenas aos titulares dos CRI que manifestarem interesse em participar da Assembleia, através dos endereços eletrônicos e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acima informados.** Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 09 de abril de 2024
Bari Securitizadora S.A.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0014706-82.2023.8.26.0001** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). João Vitor de Souza Lima Pacheco, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) MATRIZARIA E ESTAMPARIA MORILLO LTDA., CNPJ 61.530.390/0001-04, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Totvs S/A. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 171.591,75 (Setembro/2023), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de novembro de 2023. **|11,12|**

União Química Farmacêutica Nacional S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado - Registro de Companhia Emissora Categoria B nº 2686-7
CNPJ/ME nº 60.665.981/0001-18 - NIRE: 35.300.006.658

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 06 de Março de 2024

Data, Hora e Local. No dia 06 de março de 2024, às 14h00, única e exclusivamente de forma digital, por meio de videoconferência. **Convocação.** Convocação realizada nos termos do art. 13, §1º do Estatuto Social da Companhia. **Presenças.** Presente a maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração da Companhia, perfazendo o quórum para instalação, nos termos do art. 14 do Estatuto Social da Companhia. Presentes, ainda, os seguintes colaboradores da Companhia e convidados: Srs. Dayane de Souza Duarte (Diretora), Itacir Alves Nascimento (Diretor), Sérgio Ricardo da Silva (Diretor), Nirceu Tavares Mendes (Diretor Jurídico Corporativo), Juliana Olivia Ferreira Loureiro dos Santos Martins (Diretora Jurídica Empresarial), Everson de Jesus Amaral Sobrinho (Gerente Executivo de Recursos Humanos), Marília Tedim Bagnolesi (Especialista em Governança Corporativa) e Srs. Lucas Miziara e Fernando Liani (os dois últimos representantes da empresa de auditoria KPMG). **Composição da Mesa.** Presidida pela: Sra. Paula Melo Suzana Gomes; e secretariada pela Dra. Mônica Nunes Teixeira Pinto. **Ordem do Dia.** Avaliar e deliberar sobre os seguintes assuntos: I. Examinar e apreciar a proposta de remuneração para os órgãos de administração da Companhia; II. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras envolvendo o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório da administração da Companhia e do parecer dos auditores independentes; III. Deliberar sobre a proposta da administração referente à destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio; IV. Deliberar sobre a convocação de Assembleia Geral para deliberar sobre as matérias (I), (II) e (III) acima; V. Analisar a Proposta de Fluxo de Caixa - Capturação de Debêntures; VI. Analisar e deliberar sobre a aprovação e implementação da Política de ESG (Meio Ambiente, Social e Governança/Environment, Social and Governance). **Deliberações.** Os membros do Conselho de Administração examinaram e discutiram as matérias constantes da ordem do dia e deliberaram, por unanimidade dos presentes, e sem ressalvas, o quanto segue: I) se manifestaram favoravelmente quanto à proposta de remuneração para os órgãos de administração da Companhia; II) se manifestaram favoravelmente quanto aos seguintes documentos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023: (a) demonstrações financeiras da Companhia, bem como suas notas explicativas; (b) relatório de administração da Companhia; e (c) parecer dos auditores independentes; III) se manifestaram favoravelmente quanto à proposta da administração sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição de dividendos, sendo que, o item relativo à distribuição proporcional de juros sobre o capital próprio (ref ao exercício de 2024), será especificamente deliberado no item (VII) abaixo; IV) pela aprovação da convocação de Assembleia Geral de Acionistas para deliberar sobre os assuntos mencionados nos Itens (I), (II) e (III) acima; V) após análise da proposta apresentada de Fluxo de Caixa - Capturação de Debêntures simples, não conversíveis em ações, os membros do Conselho de Administração se manifestaram favoravelmente e no sentido de que a Companhia dê seguimento à avaliação e apreciação do projeto envolvendo o tema; VI) pela aprovação e implementação da Política de ESG (Meio Ambiente, Social e Governança/Environment, Social and Governance); VII) especificamente com relação à parte final do Item (iii), a saber, distribuição de juros sobre capital próprio - "JCP" - nos termos do Artigo 16, (v), (c) do Estatuto Social, **resta aprovada, por unanimidade**, a referida distribuição proporcional de Juros Sobre Capital Próprio - JCP aos acionistas da Companhia, referente ao corrente exercício de 2024, em valor bruto fixado em R$ 15.309.173,00 (quinze milhões, trezentos e nove mil, cento e setenta e três reais), que equivale ao montante líquido de R$ 13.012.797,00 (treze milhões, doze mil, setecentos e noventa e sete reais), que deverão ser distribuídos, proporcionalmente, até o dia 30 de abril de 2024. **Encerramento.** Fica consignado que os materiais submetidos e discutidos nesta reunião, conforme referidos nas deliberações, bem como as manifestações e declarações de voto apresentadas pelos conselheiros, ficarão arquivados na sede da Companhia. Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. A presente Ata é cópia fiel daquela transcrita em livro próprio. São Paulo, 06 de março de 2024. **Mesa:** Paula Melo Suzana Gomes **Presidente -** Mônica Nunes Teixeira Pinto - **Secretária**. **Membros do Conselho de Administração:** Paula Melo Suzana Gomes, Miguel Giudicissi Filho, Roberto Cornette Marques, José Luiz Junqueira Simões, Ursula Cristina Favale Fernandes, Dorothea Fonseca Furquim Werneck, Fernando Cornette Marques, Rui Willig. **JUCESP** nº 140.231/24-9 em 05/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

(Atual denominação de Isec Securitizadora S.A)
CNPJ/MF Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª E 2ª SÉRIES DA 38ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (*ATUAL DENOMINAÇÃO DE ISEC SECURITIZADORA S.A*)

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 38ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (atual denominação de Isec Securitizadora S.A),** com sede na Rua Gerivatiba, 207, 16º andar, conjunto 162, Butantã, CEP 05501-900 ("CRA", "Titulares dos CRA", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.** ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para assembleia geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 02 de maio de 2024 às 16h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio da Emissão ("Termo de Securitização"), deliberar sobre a seguinte matéria da Ordem do Dia: **a)** Sustar os efeitos do Vencimento Antecipado Automático da *Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira nº 01/2021* e *Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira nº 02/2021* ("Vencimento Antecipado Automático" e "CPR-Fs", respectivamente), e, consequentemente, dos CRA, em razão da não observância do Índice de Cobertura de Cessão Fiduciária, verificado em 15 de março de 2024 ("Índice de Cobertura Cessão Fiduciária" e "Data de Verificação", respectivamente), sem que houvesse o reenquadramento via Reforço de Garantia, conforme cláusula 10.1, item "(c)" do Contrato de Cessão Fiduciária, e 7.1, item "(xix)" das CPR-Fs; **b)** Caso sejam sustados os efeitos do Vencimento Antecipado Automático, nos termos do item "**a)**" da ordem do dia, autorizar a concessão do prazo adicional de 30 (trinta) Dias Úteis, contados da data da Assembleia, para a recomposição do Índice de Cobertura Cessão Fiduciária, pela Devedora; **c)** Caso sejam sustados os efeitos do Vencimento Antecipado Automático, nos termos do item "**a)**" da ordem do dia, não declarar o Vencimento Antecipado Não Automático das CPR-Fs ("Vencimento Antecipado Não Automático"), e, consequentemente, dos CRA, nos moldes da cláusula 7.2, item "(i)" das CPR-Fs, em razão do descumprimento, pela Devedora, das seguintes Obrigações Não Pecuniárias: (a) envio de Imposto de Renda do Emitente, vencidas em 30/04/2021 e 30/04/2023, nos termos da cláusula 10.2 das CPR-Fs; e (b) envio das matrículas atualizadas dos Imóveis de Matrícula nº 5.036 e 5.038, registrados na 1ª Serventia Extrajudicial de Registro Geral de Bom Jesus/PI ("Imóveis Garantia"), vencidas em 31/12/2021, 30/06/2022, 31/12/2022, 30/06/2023 e 31/12/2023, nos termos da cláusula 8.8.1 do Contrato de Alienação Fiduciária, em conjunto denominados ("Descumprimentos não pecuniários"); **d)** Caso não seja declarado o Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos do item "**c)**" da ordem do dia, autorizar a concessão do prazo adicional de 30 (trinta) Dias Úteis, contados da data da Assembleia, para regularização dos Descumprimentos não pecuniários; **e)** Caso sejam sustados os efeitos do Vencimento Antecipado Automático e não declarado o Vencimento Antecipado Não Automático, aprovar a inclusão de novas Contrapartes à lista de Clientes Elegíveis, constantes no Anexo II do Contrato de Cessão Fiduciária; e consequentemente, autorizar a celebração do *Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças* ("1º Aditamento à Cessão Fiduciária"), a fim de que sejam refletidas as inclusões das novas Contrapartes ao rol de Clientes Elegíveis, de tal modo que o referido anexo passará a viger nos moldes do Anexo II do Material de Apoio; **f)** Caso sejam sustados os efeitos do Vencimento Antecipado Automático e não declarado o Vencimento Antecipado Não Automático, aprovar a integralização dos direitos de propriedade dos Imóveis Garantia ("Integralização"), junto à **Manganeli & Manganeli Administração LTDA**, sociedade limitada com sede na Cidade de Bom Jesus, no Estado do Piauí, na Avenida Adelmar Benvindo, s/n, Cond. Res. Consórcio das Águas, Qd. "D", Bairro Aeroporto, CEP 64.900-000, inscrita no CNPJ sob o nº 53.999.402/0001-08 ("Manganelli Holding" ou "Nova Fiduciante"), constituída por **Valterio Benvegnu Manganelli**, brasileiro, produtor rural, casado, residente na Cidade de Bom Jesus, Estado do Piauí, na Rua Leondina Santos, 1383, CEP 64.900-00, inscrito no CPF sob o nº 032.096.650-87 e **Cândida Flores Manganelli**, brasileira, casada, empresária, residente na Cidade de Bom Jesus, Estado do Piauí, na Rua Leondina Santos, 1383, CEP 64.900-00, inscrita no CPF sob o nº 012.483.145-14 ("Fiduciantes Originais") e **Vilson Flores Manganeli**, brasileiro, agricultor, divorciado, residente na Rua Prof. Maria Barbosa Meneses, 1641, Bairro Alphaville, na Cidade de Bom Jesus, Estado do Piauí, CEP 64.900-000, inscrito no CPF sob o nº 488.189.330-00; **Telma Rosane Flores Manganeli**, brasileira, divorciada, administradora, residente na Av. Adelmar Benvindo, 1383 Condomínio Res. Consorcio das Águas, Bairro Aeroporto, Bom Jesus, Estado do Piauí, CEP 64.900-000, inscrita no CPF sob o nº 889.624.155-34; **Nelson Flores Manganeli**, brasileiro, casado comunhão parcial de bens, agricultor, residente e domiciliado na Rua Pedro II, 1551, Cond. Res. Consorcio das Águas, Bairro Aeroporto, Bom Jesus, Estado do Piauí, CEP 64.900-000, inscrito no CPF sob o nº 757.061.995-15; e **Gilson Flores Manganeli**, brasileiro, empresário, casado sob o regime da comunhão universal de bens, residente e domiciliado na Av. Adelmar Benvindo, 1383, Condomínio Residencial Consorcio das Águas, Bairro Aeroporto, Bom Jesus, Estado do Piauí, CEP 64.900-000, inscrito no CPF sob o nº 605.448.565-20 ("Intervenientes Anuentes"); e, consequentemente, autorizar a celebração do *Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia e Outras Avenças* ("2º Aditamento à Alienação Fiduciária de Imóveis"), para refletir a substituição do Fiduciante Original pela Nova Fiduciante; **g)** Caso sejam sustados os efeitos do Vencimento Antecipado Automático e não declarado o Vencimento Antecipado Não Automático, aprovar que seja prestada a garantia de Aval pela Manganelli Holding, para ambas as CPR-Fs ("Aval Holding"); e, por consequência, seja autorizada a celebração do *Segundo Aditamento à Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira nº 01/2021* e *Segundo Aditamento à Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira nº 02/2021* ("2º Aditamento às CPR-Fs"), bem como o *Primeiro Aditamento ao Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 38ª (Trigésima Oitava) Emissão da Virgo Companhia de Securitização* ("1º Aditamento ao Termo de Securitização"), a fim de refletir a inclusão do Aval Holding; **h)** Caso sejam sustados os efeitos do Vencimento Antecipado Automático e não declarado o Vencimento Antecipado Não Automático, aprovar a contratação do Franco Leutewiler Henriques Advogados ("Assessor Legal"), nos moldes da Proposta de Honorários Advocatícios, constante no Anexo III do Material de Apoio ("Proposta Assessor Legal"), para confecção, no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis, contados da data da Assembleia, do 1º Aditamento à Cessão Fiduciária, 2º Aditamento à Alienação Fiduciária de Imóveis, 2º Aditamento às CPR-Fs e 1º Aditamento ao Termo de Securitização, para refletir as alterações constantes nos itens "**e)**", "**f)**" e "**g)**" da ordem do dia; sendo certo que as despesas serão pagas às expensas da Devedora; **i)** Autorização para que a Devedora, a Emissora e o Agente Fiduciário pratiquem todo e qualquer ato, celebre todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para efetivação e implementação das matérias aprovadas acima, em especial o 1º Aditamento à Cessão Fiduciária, 2º Aditamento à Alienação Fiduciária de Imóveis, 2º Aditamento às CPR-Fs e 1º Aditamento ao Termo de Securitização, que deverão ser formalizados no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis, contados da data da Assembleia; O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM: www.cvm.gov.br. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o **quórum de instalação** da Assembleia, em primeira convocação, se dará com a presença de Titulares dos CRA que representem, no mínimo 2/3 (dois terços) dos CRA em Circulação Para Fins de Quórum; e, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, conforme cláusula 12.2.3 do Termo de Securitização. **Já as deliberações serão tomadas**, em primeira convocação, pelos votos favoráveis de Titulares dos CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em circulação; e, em segunda convocação, por Titulares dos CRA que representem 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA presentes na Assembleia, desde que presentes, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos CRA em Circulação, nos termos da cláusula 12.5 do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para **juridico@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para **fsp@vortx.com.br,** impreterivelmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto. Conforme Resolução CVM 60, a Assembleia será integralmente gravada pela Emissora. São Paulo, 11 de abril de 2024. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Foxx Inova Ambiental S.A. - CNPJ/MF nº 15.271.791/0001-61

Balanço patrimonial - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	800	10	9.939	1.379
Aplicações financeiras	-	-	707	165
Contas a receber de clientes	-	-	13.764	14.738
Adiantamentos	869	906	1.513	4.246
Total do ativo circulante	1.669	916	25.923	20.528
Não circulante				
Contas a receber de clientes	-	-	2.428	-
Partes relacionadas	85.456	33.773	39.893	42.635
Depósitos judiciais e cauções	-	-	-	584
Investimentos	80.601	82.745	-	-
Imobilizado	2.247	2.557	167.683	84.414
Intangível	8	9	25	35
Direito de uso	-	-	289	400
Total do ativo não circulante	168.312	119.084	210.318	128.068
Total do ativo	**169.981**	**120.000**	**236.241**	**148.596**

	Controladora		Consolidado	
Passivo	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante				
Arendamentos	-	-	299	281
Fornecedores	5	29	1.470	2.700
Outorgas a pagar	-	-	849	261
Salários e encargos sociais	46	79	897	826
Impostos e contribuições a recolher	-	29	2.156	2.812
Adiantamentos de clientes	-		1.464	2.212
Outros passivos	91	91	486	563
Total do passivo circulante	142	228	7.621	9.655
Não circulante				
Arendamentos	-	-	-	125
Partes relacionadas	106.158	72.264	132.743	58.065
Parcelamento de impostos	-	-	2.089	106
Provisão para contingências	-	-	2.161	2.161
Total do passivo não circulante	106.158	72.264	136.993	60.457
Patrimônio líquido				
Capital social	31.000	31.000	31.000	31.000
Reservas de lucro	32.681	16.508	32.681	16.508
Participação de não controladores	-	-	27.946	30.976
Total do patrimônio líquido	63.681	47.508	91.627	78.484
Total do passivo e do patrimônio líquido	**169.981**	**120.000**	**236.241**	**148.596**

Leonardo Roberto Pereira dos Santos
Diretor - CPF 218.498.438-80
Jessé Gonçalves de Lima Andrade
Contador - CRC/RJ 115836/O-8 - CPF 114.816.477-41

Demonstração dos resultados dos exercícios
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Receita operacional líquida	-	-	50.628	55.964
Custo dos serviços prestados	-	-	(19.115)	(31.356)
Lucro bruto	-	-	31.513	24.608
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas	(599)	(1.050)	(2.961)	(11.707)
Outras receitas (despesas)	-	3.180	148	2.865
	(599)	**2.130**	**(2.813)**	**(8.842)**
Receitas financeiras	31	-	140	128
Despesas financeiras	(63)	(5)	(990)	(1.927)
Resultado de equivalência patrimonial	16.804	4.776	-	-
Lucro antes do IR e CS	16.173	6.901	27.850	13.967
IR e CS - corrente	-	-	(2.960)	(1.525)
Lucro líquido do exercício	**16.173**	**6.901**	**24.890**	**12.442**
Atribuível aos acionistas:				
Não controladores			8.717	5.541
Controladores			16.173	6.901

Demonstração do resultado abrangente - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	**31/12/2022**
Lucro líquido do exercício	16.173	6.901
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**16.173**	**6.901**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva para investimentos	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 01/01/2022	20.000	827	8.780	29.607	13.765	43.372
Aumento de capital	11.000	-	-	11.000	-	11.000
Lucro líquido do exercício	-	-	6.901	6.901	5.541	12.442
Destinação do resultado do exercício	-	345	(345)	-	-	-
Alienação parcial de investimento	-	-	-	-	11.670	11.670
Saldos em 31/12/2022	31.000	1.172	15.336	47.508	30.976	78.484
Lucro líquido do exercício	-	-	16.173	16.173	8.717	24.890
Destinação do resultado do exercício	-	809	(809)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(11.747)	(11.747)
Saldos em 31/12/2023	31.000	1.981	30.700	63.681	27.946	91.627

As Demonstrações Financeiras completas encontram-se disponíveis na sede da Companhia.

Demonstração dos fluxos de caixa - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Lucro líquido do exercício	16.173	6.901	24.890	12.442
Ajustes de reconciliação do lucro líquido do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais				
Equivalência patrimonial	16.804	4.776	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(732)	315
Depreciação e amortização	-	-	4.607	8.084
Juros provisionados	-	-	929	75
Provisão para contingências	-	-	-	315
Alienação parcial de controlada	-	3.164	-	-
Redução (aumento) nos ativos				
Contas a receber de clientes	-	-	(722)	9.677
Depósitos judiciais	-	-	584	5.764
Outros ativos	37	656	2.733	(1.142)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(24)	5	(1.230)	(62)
Outorgas a pagar	-	-	588	(118)
Salários e encargos sociais	(33)	9	71	181
Impostos e contribuições a recolher	(29)	-	(656)	570
Parcelamento de impostos	-	-	1.983	(25)
Juros pagos	-	-	(929)	(75)
Adiantamento de clientes	-	-	(748)	(5.440)
Outros passivos	-	-	(77)	217
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	32.928	15.511	31.291	30.778
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisições de ativo imobilizado	-	-	(78.997)	(18.141)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(14.349)	-	-	-
Aplicações financeiras	-	-	(542)	1.291
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(14.349)	-	(79.539)	(16.850)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamentos de passivo de arrendamento	-	-	(8.865)	(3.185)
Partes relacionadas	(17.789)	(15.526)	65.673	(9.846)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(17.789)	(15.526)	56.808	(13.031)
Aumento (Redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa	790	(15)	8.560	897
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10	25	1.379	482
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	800	10	9.939	1.379
Aumento (Redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa	790	(15)	8.560	897

FOXX Holding S/A - CNPJ: 09.658.431/0001-14

Balanço patrimonial - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	9.940	1.379
Aplicações financeiras	-	-	707	165
Contas a receber de clientes	-	-	13.763	14.738
Impostos a recuperar	1	1	873	754
Adiantamentos	-	-	13.313	3.493
Total do ativo circulante	1	1	38.596	20.529
Não circulante				
Contas a receber de clientes	-	-	2.428	-
Partes relacionadas	52.297	37.810	42.826	45.568
Depósitos judiciais e cauções	-	-	-	584
Investimentos	63.681	47.508	-	-
Imobilizado	-	-	155.010	84.414
Intangível	-	-	25	35
Direito de uso	-	-	289	400
Total do ativo não circulante	115.978	85.318	200.578	131.001
Total do ativo	**115.979**	**85.319**	**239.174**	**151.530**

	Controladora		Consolidado	
Passivo	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante				
Arrendamentos	-	-	298	281
Fornecedores	-	1	1.470	2.701
Outorgas a pagar	-	-	849	260
Salários e encargos sociais	-	-	897	826
Impostos e contribuições a recolher	-	-	2.157	2.813
Adiantamentos de clientes	-	-	1.464	2.212
Outros passivos	15	16	501	579
Total do passivo circulante	15	17	7.636	9.672
Não circulante				
Arrendamentos	-	-	-	125
Partes relacionadas	54.550	40.051	137.928	63.239
Parcelamento de impostos	-	-	2.089	106
Provisão para contingências	-	-	2.161	2.161
Total do passivo não circulante	54.550	40.051	142.178	65.631
Patrimônio líquido				
Capital social	37.751	37.751	37.751	37.751
Reservas de lucro	23.663	7.500	23.662	7.500
Participação de não controladores	-	-	27.947	30.976
Total do patrimônio líquido	61.414	45.251	89.360	76.227
Total do passivo e do patrimônio líquido	**115.979**	**85.319**	**239.174**	**151.530**

Demostrações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva Legal	Reserva para investimentos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2021	26.751	645	-	-	27.396	13.735	41.131
Aumento de capital	11.000	-	-	-	11.000	-	11.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.885	6.885	5.540	12.425
Alienação parcial de participação de controlada	-	-	-	-	-	11.671	11.671
Saldos em 31 de dezembro de 2022	37.751	645	-	6.885	45.281	30.946	76.227
Lucro líquido do exercício	-	-	-	16.163	16.163	-	16.163
Destinação do resultado do exercício	-	808	22.240	(23.048)	-	8.717	8.717
Alienação parcial de participação de controlada	-	-	-	-	-	(11.747)	(11.747)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	37.751	1.453	22.240	-	61.444	27.916	89.360

Demonstração dos resultados dos exercícios - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Receita operacional líquida	-	-	50.628	55.964
Custo dos serviços prestados	-	-	(19.115)	(31.356)
Lucro bruto	-	-	31.513	24.608
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas	(6)	(15)	(3.567)	(11.723)
Outras receitas (despesas)	1	-	749	2.864
	(5)	**(15)**	**(2.818)**	**(8.859)**
Receitas financeiras	-	-	140	
Despesas financeiras	(5)	(1)	(995)	(1.800)
Resultado de equivalência patrimonial	16.173	6.901	-	-
Lucro antes do IR e CS	16.163	6.885	27.840	13.949
IR e CS - corrente	-	-	(2.960)	(1.524)
Lucro líquido do exercício	16.163	6.885	24.880	12.425
Atribuível aos acionistas:				
Não controladores			8.717	5.540
Controladores			16.163	6.885

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Lucro líquido do exercício	16.163	6.885	24.880	12.425
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**16.163**	**6.885**	**24.880**	**12.425**

Leonardo Roberto Pereira dos Santos
Diretor
CPF 218.498.438-80

Jessé Gonçalves de Lima Andrade
Contador
CRC/RJ 115836/O-8 - CPF 114.816.477-41

As Demonstrações Financeiras completas encontram-se disponíveis na sede da Companhia.

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	16.163	6.885	24.880	12.425
Ajustes de reconciliação do lucro líquido do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(732)	316
Equivalência patrimonial	(16.173)	(6.901)	-	-
Depreciação e amortização	-	-	4.607	8.084
Juros e multas provisionados	-	-	929	75
Provisão para contingências	-	-	-	315
Redução (aumento) nos ativos				
Contas a receber de clientes	-	-	(721)	9.676
Depósitos judiciais	-	-	584	5.764
Impostos a recuperar	-	-	(119)	(545)
Outros ativos	-	-	(9.820)	(597)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(1)	(6)	(1.231)	(68)
Outorgas a pagar	-	-	589	(119)
Salários e encargos sociais	-	-	71	181
Impostos e contribuições a recolher	-	-	(656)	571
Parcelamento de impostos	-	-	1.983	(25)
Juros pagos	-	-	(929)	(75)
Adiantamento de clientes	(1)	-	(748)	(5.440)
Outros passivos	-	-	(78)	216
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(12)	(22)	18.609	30.754
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisições de ativo imobilizado	-	-	(66.324)	(18.141)
Aplicações financeiras	-	-	(542)	1.291
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	-	(66.866)	(16.850)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamentos de principal	-	-	(8.866)	(3.185)
Partes relacionadas	12	21	65.684	(9.823)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	12	21	56.818	(13.008)
Aumento (Redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa	-	(1)	8.561	896
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	1	1.379	483
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-	9.940	1.379
Aumento (Redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa	-	(1)	8.561	896

Governo de São Paulo lança Programa Cacau SP no Vale do Ribeira

Impulsionar a economia local e desenvolver ainda mais a cadeia produtiva da cacauicultura. Esse é o objetivo do Programa Cacau SP no Vale do Ribeira, lançado na quarta-feira (10) pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, por meio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati) e da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta).

Em uma ação coordenada com parceiros de entidades ligadas ao segmento e da iniciativa privada, o encontro, que aconteceu na APTA Regional de Pariquera-Açu, reuniu representantes governamentais, profissionais do campo e produtores rurais.

Para o secretário executivo de Agricultura, Edson Fernandes, a escolha da região ocorreu, principalmente, pelas características naturais do Vale do Ribeira. “Nós precisamos ocupar essas áreas com uma alternativa de renda viável para os produtores rurais e alavancar ainda mais a produção nacional para retomar a liderança mundial. Temos, aproximadamente, 500 hectares de cacau plantados e podemos chegar a 1.500 hectares no Vale. Ainda temos todas as condições climáticas favoráveis”, ressaltou o secretário executivo.

O cultivo do cacau em áreas de agroflorestas e em sistemas integrados de produção, principalmente com a cultura da banana, uma das maiores atividades agrícolas dos municípios do Vale do Ribeira, ganha um novo impulso, com o desenvolvimento das ações do programa estadual.

Vale destacar que a região apresenta clima quente e úmido na maior parte do ano e concentra a maior área contínua de remanescentes de Mata Atlântica do Estado de São Paulo, o que favorece a expansão da cultura do cacau, uma vez que dispensa o uso de irrigação.

“O cacau hoje na região tem uma vocação própria, devido a sustentabilidade. A gente tem um mercado promissor para o consumo do cacau e aliado a isso temos duas importantes instituições – Apta e Cati -, com transferência de conhecimentos e difusão de tecnologias. E com a nossa experiência e interesse do produtor, conseguimos atender as demandas desta cadeia que está crescendo muito”, destaca o coordenador da Apta, Carlos Nabil Ghobril.

A iniciativa é fruto de um trabalho intenso da extensão rural, por meio da Cati Regional São José do Rio Preto, e da pesquisa, com investimento em tecnologia, conhecimento e prática, lado a lado com os produtores paulistas.

“Desde 2014, quando iniciamos os trabalhos com a cultura do cacau na região de São José do Rio Preto, identificamos o grande potencial da cultura como opção viável e rentável para a diversificação de atividades em diversas regiões do estado”, destacou o coordenador da Cati, Ricardo Domingos Luiz Pereira.

Para a diretora da Cati Regional Registro, Tais Cristina Canola, a cacauicultura abre portas para novas alternativas e diversificação de produção para a região. “Como órgão responsável pelas ações de assistência técnica e extensão rural (Ater) intensificaremos o nosso trabalho para o sucesso e a consolidação do cacau no Vale do Ribeira, prestando orientação e acompanhamento os produtores rurais interessados, para a viabilidade do negócio, desde o pré-plantio, manejo, colheita até o beneficiamento e acesso ao mercado”, frisou Tais Cristina.

O.E.S. Participações S.A.

CNPJ nº 07.594.905/0001-86

RELATÓRIO DA DIRETORIA
Em atenção às disposições estatutárias e à legislação vigente, estamos apresentando as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, acompanhadas das notas explicativas.

São Paulo, 10 de Abril de 2024. A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL *(Em R$ 1,00)*

ATIVO	**2023**	**2022**
CIRCULANTE (Nota 2.2)		
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.409	116.275
Ativos Financeiros	1.854.402	1.644.987
Juros sobre Capital Próprio a Receber	603.511	800.805
Valores a Receber	145	145
Tributos a Recuperar	130.876	192.569
	2.592.343	**2.754.781**
NÃO CIRCULANTE		
Investimentos	11.959.894	11.959.894
Imobilizados	–.–	124
	11.959.894	**11.960.018**
TOTAL DO ATIVO	**14.552.237**	**14.714.799**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2023**	**2022**
CIRCULANTE		
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar (Nota 2.3)	8.763	66.560
Tributos e Contribuições a Pagar	62.489	88.093
Juros sobre Capital Próprio a Pagar	437.681	675.057
TOTAL DO PASSIVO	**508.933**	**829.710**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social (Nota 2.4)	10.000.000	4.803.159
Reservas de Incentivos Fiscais	149.069	149.069
Reservas de Lucros	3.894.235	8.932.861
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**14.043.304**	**13.885.089**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**14.552.237**	**14.714.799**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO *(Em R$ 1,00)*

	Capital Social	Incentivos Fiscais	Reservas de Lucros - Legal	Reservas de Lucros - Especial	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Em 1º de janeiro de 2022	**4.849.560**	**149.069**	**888.865**	**6.728.581**	**–.–**	**12.616.075**
Aumento de Capital com Reservas de Lucros	2.650.440	–.–	–.–	(2.650.440)	–.–	–.–
Redução de Capital com Restituição	(2.696.841)	–.–	–.–	–.–	–.–	(2.696.841)
Lucro Líquido do Exercício	–.–	–.–	–.–	–.–	3.965.855	3.965.855
Constituição da Reserva Legal	–.–	–.–	198.293	–.–	(198.293)	–.–
Destinação para Reserva Especial	–.–	–.–	–.–	3.767.562	(3.767.562)	–.–
Em 31 de dezembro de 2022	**4.803.159**	**149.069**	**1.087.158**	**7.845.703**	**–.–**	**13.885.089**
Aumento de Capital com:						
Reservas de Lucros	4.085.181	–.–	–.–	(4.085.181)	–.–	–.–
Reserva Legal	996.841	–.–	(996.841)	–.–	–.–	–.–
Créditos de Juros de Capital Próprio	114.819	–.–	–.–	–.–	–.–	114.819
Lucro Líquido do Exercício	–.–	–.–	–.–	–.–	693.396	693.396
Distribuição de JCP	–.–	–.–	–.–	–.–	(650.000)	(650.000)
Constituição da Reserva Legal	–.–	–.–	2.170	–.–	(2.170)	–.–
Destinação para Reserva Especial	–.–	–.–	–.–	41.226	(41.226)	–.–
Em 31 de dezembro de 2023	**10.000.000**	**149.069**	**92.487**	**3.801.748**	**–.–**	**14.043.304**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO *(Em R$ 1,00)*

	2023	**2022**
Receitas Operacionais	**710.012**	**942.123**
Despesas Gerais e Administrativas	(144.801)	(176.025)
Tributos	(75.646)	(111.412)
Lucro Operacional	**489.565**	**654.686**
Receitas Financeiras (Nota 3)	212.637	520.005
Despesas Financeiras (Nota 4)	(931)	(795.118)
Outras Receitas e Despesas	888	3.652.842
Lucro Antes da Distribuição de JCP	**702.159**	**4.032.415**
Juros sobre Capital Social	(650.000)	–.–
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**52.159**	**4.032.415**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(8.763)	(66.560)
Lucro Antes da Reserva	**43.396**	**3.965.855**
Constituição da Reserva Legal	(2.170)	(198.293)
Lucro Líquido do Exercício	**41.226**	**3.767.562**
Lucro por Ação (Nota 2.5)	**0,00005**	**2,4934**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO *(Em R$ 1,00)*

	2023	**2022**
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Antes da Distribuição de JCP	702.159	4.032.415
Ajustes		
Imposto de Renda e Contribuição Social	(66.560)	(401.124)
Depreciação	124	495
Ativos Financeiros		
Receita	(202.445)	(512.746)
Despesa	931	795.118
	(267.950)	**(118.257)**
Variações nos Ativos e Passivos		
Juros sobre Capital Próprio a Receber	197.294	(800.805)
Valores a Receber	–.–	2.686
Tributos a Recuperar	61.693	363.310
Tributos e Contribuições a Pagar	(25.604)	(159.412)
	233.383	**(594.221)**
Caixa Aplicado nas Atividades Operacionais	**667.592**	**3.319.937**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Variação nas Aplicações Financeiras	(7.901)	3.112.540
Bonificação de Ações	–.–	(3.651.912)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	**(7.901)**	**(539.372)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Juros sobre Capital Próprio pago aos acionistas	(675.057)	(411.807)
IRRF de Juros sobre Capital Próprio	(97.500)	(119.128)
Redução de Capital com Restituição	–.–	(2.696.841)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	**(772.557)**	**(3.227.776)**
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(112.866)**	**(447.211)**
Caixa e Equivalentes de Caixa		
No Início do Exercício	116.275	563.486
No Final do Exercício	3.409	116.275
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(112.866)**	**(447.211)**

Abel Pinto Martins - TC - CRC 1SP076.138/O-0

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 *(Em R$ 1,00)*

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A O.E.S. Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Capital do Estado de São Paulo e que tem como objeto social e atividade preponderante a participação em capitais de outras sociedades e a administração de seus próprios bens de renda, móveis ou imóveis.

2 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

2.1 - Determinação do Resultado: O resultado é apurado de acordo com o regime de competência.

2.2 - Ativos Circulantes: Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.
Os Ativos Financeiros estão demonstrados pelo valor das aplicações acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço.
Os demais ativos circulantes estão demonstrados aos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias.

2.3 - Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar: O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do Balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela O.E.S. Participações S.A. nas declarações de imposto de renda com relação as situações em que a regulamentação fiscal aplicável da margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento as autoridades fiscais.

2.4 - Capital Social: Em 31 de dezembro de 2023, o Capital Social da O.E.S. Participações S.A., totalmente subscrito e integralizado é de R$ 10.000.000,00 (2022 - R$ 4.803.159,00), representado por 861.260.781 ações ordinárias (2022 - 1.511.003), sem valor nominal, obrigatoriamente nominativas.

2.5 - Lucro por Ação: O Lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas, pela quantidade de ações ordinárias durante o exercício.

3 - RECEITAS FINANCEIRAS

	2023	**2022**
Rendimentos de Aplicações	202.445	512.746
Variação Monetária Ativa	10.189	7.259
Outras	3	–.–
	214.660	**520.005**

4 - DESPESAS FINANCEIRAS

	2023	**2022**
Despesas Bancárias	931	933
Juros sobre Capital Próprio Distribuído	–.–	794.185
	931	**797.140**

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1136214-40.2021.8.26.0100. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - DIREITO CIVIL. Exequente: Banco Daycoval S/A. Executado: Itaum Car Auto Mecanica Ltda e outro. Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo n° **1136214-40.2021.8.26.0100**. A Dra. Laura de Mattos Almeida, Juíza de Direito da 29ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Lismari Stefanes (CPF. 420.525.059-20), que Banco Daycoval S/A lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 147.636,91 (dezembro de 2022), representada pela Cédula de Crédito Bancário – Fundo Garantidor para Investimentos nº 94653-4 e Aditivo. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. SP, 23/02/2024. 12 e 15/04/2024

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1129455-26.2022.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 40ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Fernando José Cúnico, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a JGP PLÁSTICOS LTDA, CNPJ 30779097000143, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Brl Cia Securitizadora de Recebíveis S/A, para receber a quantia de R$ 78.984,69 (jan/23), referente ao Contrato Particular de Processa de Cessão e Transferência de Direitos de Crédito, Responsabilidade Solidária e Outras Avenças, bem como os Termos de Cessão que originaram as Notas Promissórias. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 3 dias, a fluir do prazo supra, pague o débito atualizado, com os honorários de 10% reduzidos pela metade ou apresente embargos em 15 dias, podendo, nesses 15 dias depositar 30% do débito e solicitar o parcelamento do saldo em 6 vezes, com juros de 1% ao mês, sob pena de expedição de mandado de penhora e avaliação para praceamento de tantos bens quantos bastem para garantia da execução, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 18 de março de 2024. |12,15|

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1015634-55.2019.8.26.0001** A MM. Juíza de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dra. Gislaine Maria de Oliveira Conrado, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a CIMENTO CITY COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA, CNPJ 12.357.156/0001-03, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Celi Aparecida Nascimento - Me, para cobrança de R$ 22.191,42 (junho/19), referente aos cheques 850666, 850674, 850680, 850716, 850699, 850738, 850735 e 850729, Banco do Brasil, ag. 1556, c/c 24.911-4. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia exigida, caso em que ficará isento das custas, mas deverá arcar com 5% de honorários advocatícios ou, no mesmo prazo, oponha embargos, sob pena de constituir-se de pleno direito o título executivo judicial. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 29 de janeiro de 2024. |11,12|

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. COMARCA DE SÃO PAULO - FORO CENTRAL CÍVEL. 11ª VARA CÍVEL. DECISÃO – EDITAL. Processo nº: **1112929-91.2016.8.26.0100**. Classe – Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Espécies de Títulos de Crédito. Exequente: Banco Daycoval S/A. Executado: Polikem Brasil Distribuidora de Resinas, na pessoa de Erick Alexandre Santos e outros. Vistos. Tendo em vista que já foram esgotados todos os meios hábeis para a localização da parte ré, defiro a citação editalícia requerida, servindo a presente decisão como edital. Edital de Citação e Intimação. Prazo 20 dias. Processo n° 1112929-91.2016.8.26.0100. O Dr. Sérgio Serrano Nunes Filho, Juiz de Direito da 11ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Polikem Brasil Distribuidora de Resinas (CNPJ. 19.594.866/0001-04), que Banco Daycoval S/A lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 1.979.571,05 (novembro de 2023), representada pelos Instrumentos Particulares de Cessão de Direitos Creditórios n°s 1301599/16, 1297914/16, 1297317/16, 1296810/16, 1296435/16, 1295840/16, 1295694/16, 1295063/16, 1294792/16 e 1294730/16, das Cédulas de Crédito Bancário n°s 1308667/16 e 1306251/16, e da Cédula de Crédito Bancário Cash Express n° 50409/14. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de converter-se em penhora o arresto procedido nos rostos dos autos distribuído sob número: 1006898-97.2015.8.26.0224, de possíveis créditos existentes em favor de Polikem Brasil Distribuidora de Resinas Plásticas Ltda – CNPJ. 19.594.866/0001-04, até o limite do débito. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. SP, 26/03/2024. Complemente a parte autora as custas referentes a publicação no DJE, no valor de R$ 388,92, providenciando, no mais, a publicação do edital em jornais de grande circulação, comprovando-se nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se. São Paulo, 26 de março de 2024. Sergio Serrano Nunes Filho. Juiz de Direito. 12 e 15/04/2024

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1136498-48.2021.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 13ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). TONIA YUKA KOROKU, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Jose Rumão Umbelino, CPF: 76908240800, RG: 8506071, que lhe foi proposta Procedimento Comum Cível por parte de Rede D’or São Luiz S.a. - Unidade Itaim, CNPJ: 06047087000210, objetivando a quantia de R$ 155.302,13 (dezembro de 2021), decorrente dos serviços médico-hospitalares prestados no atendimento 8924670, IC 46852757. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 31 de janeiro de 2024. 11 e 12/04/2024

EDITAL DE CITAÇÃO-PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1042527-44.2023.8.26.0001** A MM. Juíza de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dra. Gislaine Maria de Oliveira Conrado, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a eventuais interessados que foi proposta uma ação de Outros procedimentos de jurisdição voluntária por parte de Antonio Oliveira da Silva, objetivando sua nomeação como administrador provisório da Sociedade Amigos de Melhoramentos de Casa Verde Alta, tendo sido nomeado para: (a) os atos de gestão típicos de seu objetivo associativo; (b) ao fim específico de convocar assembleia geral extraordinária, - no prazo improrrogável de 90 dias, a contar da intimação deste decisão, - destinada à deliberação acerca da escolha ou eleição dos membros da diretoria e dos demais cargos previstos no Estatuto. Encontrando-se eventuais interessados em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresentem resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de fevereiro de 2024. |11,12|

Opas destaca controle do número de mortes por dengue no Brasil

A Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) destacou, em evento sobre arboviroses, que o Brasil tem controlado o número de mortes na atual epidemia de dengue. Apesar de já ter alcançado em 2024 quase o dobro da quantidade de casos de todo o ano passado, houve uma redução proporcional no registro de óbitos. A Opas é o braço da Organização Mundial da Saúde (OMS) nas Américas.

"Esse é um ponto muito importante, ter um aumento de transmissão e não ter um aumento significativo de óbitos", avalia o especialista em arboviroses da representação da Opas no Brasil, Carlos Melo. Arboviroses são doenças causadas por vírus transmitidos, principalmente, por mosquitos, como o *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, zika e chikungunya.

"A gente não deve olhar unicamente a questão da transmissão e do número de casos. A gente tem que ter um olhar para o óbito, que é o primeiro objetivo no controle de uma epidemia, diminuir o número de óbitos e depois diminuir casos graves", completou Melo, que participou na quinta-feira (11) de um seminário sobre arboviroses organizado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio de Janeiro.

O encontro acontece no cenário em que o Brasil atinge 3,1 milhões de casos prováveis de dengue nas 14 primeiras semanas de 2024. O dado foi divulgado na quinta-feira (11). Isso representa 1.529 casos para cada cem mil habitantes. Em 2023, o país fechou o ano com 1,6 milhão de registros totais.

Segundo o Ministério da Saúde (MS), nove unidades federativas estão com tendência de queda no quantitativo de casos; 13 apresentam estabilidade; e cinco, tendência de alta.

Já foram confirmadas 1,292 mortes por causa da dengue, enquanto 1.875 estão sob investigação. Isso representa uma letalidade sobre o total de casos prováveis de 0,04% no ano. Em 2023, no mesmo período, o índice era de 0,07%.

Em relação ao total de casos graves, a letalidade é de 4,21% em 2024 contra 5,22% em 2023.

Carlos Melo atribui a redução proporcional do número de mortos ao conjunto de ações coordenadas pelo Ministério da Saúde, que inclui vacinação focada no público mais atingido por casos graves e a assistência aos pacientes.

"Bala de prata"

O representante da Opas afirma que não há uma solução única para mitigar ao máximo a epidemia de dengue. É preciso, na visão dele, uma atuação em várias frentes, como vacinação, tecnologias científicas, como os mosquitos contaminados com a bactéria Wolbachia - que impede a transmissão do vírus - e ações que combatam determinantes sociais.

Entre os fatores sociais que contribuem para o avanço da doença, ele cita falta de saneamento básico, abastecimento irregular e necessidade de armazenamento de água, urbanização não controlada, manejo inadequado de resíduos sólidos e a existência de cinturões de pobreza nas grandes cidades, por exemplo.

"Não acreditamos em uma 'bala de prata' para controlar a epidemia de dengue", declarou.

Vacinação

A coordenadora-geral de Vigilância de Arboviroses do Ministério da Saúde, Livia Vinhal, concorda com a avaliação. "A gente precisa trabalhar com o conjunto de estratégias que somadas poderão, sim, impactar na redução dos casos".

Lívia Vinhal entende que a vacinação colabora no enfrentamento da doença, mas acredita que os resultados poderiam ser melhores caso a imunização fosse feita com apenas uma dose.

O Brasil usa a vacina Qdenga, produzido pelo laboratório japonês Takeda. A imunização se alcança com duas doses, com intervalo de 90 dias entre elas. A vacina é segura, e o uso foi aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

"Uma vacina que seja dose única é o ideal. A gente conseguiria fazer [ações preventivas], inclusive, em momentos de surto, como a gente pode fazer, por exemplo, para febre amarela".

Uma preocupação do governo brasileiro é com a capacidade de produção do laboratório Takeda. Segundo o Ministério da Saúde, o Brasil comprou praticamente toda a produção do imunizante. Mesmo assim teve que limitar a aplicação para o público entre 10 e 14 anos de idade, faixa etária que concentra maior número de hospitalizações por dengue, atrás apenas dos idosos.

Com o aumento na oferta da Qdenga, a coordenadora Livia Vinhal espera resultados positivos no combate à dengue.

"Tendo uma vacina efetiva, segura e com grande capacidade de produção, a gente pode, não a curto prazo como gostaríamos, mas a médio e longo prazos vislumbrar mudanças nesse cenário que a gente tem visto nos últimos anos", prevê. (Agência Brasil)

Saúde da Família terá ferramenta para avaliação de atendimentos

O Ministério da Saúde detalhou, na quinta-feira (11), como vai funcionar o processo de reestruturação da Estratégia de Saúde da Família, anunciada no início da semana. As mudanças incluem uma ferramenta de avaliação do atendimento, em interface com o SUS Digital, e um modelo que prioriza o retorno das visitas domiciliares.

A proposta do governo é retomar o formato de atendimento em que o profissional de saúde bate à porta para perguntar se todos os moradores da casa estão com o cartão de vacinação em dia, verifica a pressão de pacientes hipertensos e checa como está a retirada de medicamentos na farmácia da unidade básica de saúde mais próxima ou no Farmácia Popular.

"As visitas também ampliam o vínculo e o acompanhamento territorial, um componente fundamental para o sucesso da Estratégia Saúde da Família. Além disso, uma nova forma de financiamento será um dos pilares da qualidade e indução de boas práticas na reconstrução da ESF [Estratégia de Saúde da Família]", destacou o ministério.

Financiamento

A reestruturação prevê ainda uma nova forma de financiamento como um dos pilares de qualidade do atendimento e indução de boas práticas.

No formato anterior, as equipes de saúde da família eram pagas por número de pessoas credenciadas na atenção primária, o que, segundo a pasta, não significa que essas pessoas eram de fato acompanhadas pelos profissionais. "O resultado disso foi sobrecarga para as equipes, dificuldade de acesso e atendimento para a população".

Com o novo modelo, as equipes de saúde da família podem receber de R$ 24 mil a R$ 30 mil ao longo de 2024 e até R$ 34 mil em 2025, valores acima da média atual de R$ 21 mil. O montante varia de acordo com o número de pessoas acompanhadas por cada equipe, limitado a até 3 mil pessoas.

Entenda

Na última segunda-feira (8), o ministério anunciou a meta de implementar 2.360 equipes de saúde da família, 3.030 equipes de saúde bucal e mil multiprofissionais por ano até 2026. A proposta é alcançar 80% de cobertura de atendimento via Sistema Único de Saúde (SUS) em 2026.

Segundo a pasta, a reestruturação significa diminuição da sobrecarga de trabalho para as equipes, melhorando a proporção entre pessoas cuidadas e profissionais contratados.

"Para a população, os benefícios também são sensíveis com a chegada de profissionais a regiões antes desassistidas e a diminuição do tempo de espera para conseguir uma consulta ou procedimento".

Em coletiva de imprensa, a ministra da Saúde, Nísia Trindade, lembrou que, ao assumir o governo, havia cerca de 4 mil equipes de saúde da família sem médicos em sua composição: "uma total desestruturação do Programa Mais Médicos, que havia sido substituído pelo Médicos pelo Brasil".

"Tínhamos ampliado os vazios assistenciais, vários municípios e áreas vulneráveis em todo o Brasil, sem médicos", disse. "Sabemos que a saúde da família envolve ainda os profissionais de enfermagem, os agentes comunitários de saúde, os agentes de endemias, as equipes do Brasil Sorridente", completou.

"Essa reconstrução da saúde da família tem como norte a qualidade, reduzindo a população atendida por equipe, ampliando a qualidade e, ao mesmo tempo, ampliando as equipes. Isso é fundamental, ampliando horários de atendimento", concluiu, ao lembrar que as equipes conseguem uma resolução de 80% dos problemas de saúde. (Agência Brasil)

Governo retirará urgência de PL da reoneração da folha

Sem acordo com o Congresso, o governo retirará do regime de urgência o projeto de lei sobre a reoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia, confirmou na quarta (10) à noite o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele deu a informação horas depois de se reunir com a relatora do texto na Câmara, deputada Any Ortiz (Cidadania-RS).

Uma eventual demora na discussão pode fazer o governo perder pelo menos R$ 12 bilhões em receitas neste ano, segundo estimativas apresentadas por Haddad em janeiro. No fim de dezembro, o governo tinha editado medida provisória para revogar projeto de lei aprovado pelo Congresso e reonerar a folha de pagamento para 17 setores da economia.

No início de fevereiro, o governo aceitou a conversão de parte da medida provisória em projeto de lei, após reunião com líderes de partidos da base aliada no Senado.

Haddad não mencionou um cronograma de discussão de projetos nem impactos fiscais caso a desoneração seja prorrogada até 2027. Ao sair do ministério, horas antes, a deputada Any Ortiz apenas informou que o governo tinha se comprometido em retirar a urgência para dar mais tempo ao Congresso de negociar o assunto.

"Nós conversamos sobre a retirada da urgência por parte do governo, para que a gente possa, então, ter um período maior e melhor de discussão a respeito dessa possibilidade que o governo quer de reonerar. Eu acredito que o governo, nas próximas horas, estará retirando a urgência desse projeto", declarou a relatora.

A deputada também informou que pretende manter, no relatório, a prorrogação da desoneração até o fim de 2027, com uma recomposição de alíquotas a partir de 2028. Sem a urgência, a discussão pode levar meses, sem prazo definido de negociação e de votação. "Não tem um prazo colocado. O governo retirando a urgência não tem por que a gente apresentar um relatório", acrescentou a parlamentar.

Antes da medida provisória editada no fim do ano passado, o governo tinha vetado o projeto de lei que estendeu a desoneração para os 17 setores da economia até 2027. O Congresso, no entanto, derrubou o veto.

Em relação ao impacto fiscal, a deputada disse apenas que o governo não conta mais com as receitas da reoneração da folha para este ano. No fim de março, o Ministério do Planejamento e Orçamento informou que, da medida provisória original, a equipe econômica mantém na estimativa de receitas apenas R$ 24 bilhões da limitação de compensações tributárias e cerca de R$ 6 bilhões do programa de ajuda a empresas do setor de eventos afetadas pela pandemia.

A MP 1.202 sofreu mais uma desidratação na semana passada, quando o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, deixou caducar um trecho que extinguia a redução, de 20% para 8%, da contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de pequenas prefeituras. A decisão fará o governo deixar de arrecadar cerca de R$ 10 bilhões neste ano. (Agência Brasil)

Bancos promovem mutirão de negociação financeira até 15 de abril

Pessoas com dívidas em atraso com instituições financeiras podem participar, até 15 de abril, da edição de 2024 do Mutirão de Negociação e de Orientação Financeira. A iniciativa é promovida todos os anos pelo Banco Central (BC), pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), pela Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e pelos Procons de todo o país.

Podem ser negociados débitos em atraso sem bens dados em garantia. Entre as dívidas alvo do mutirão, estão aquelas relacionadas a cartão de crédito, cheque especial, empréstimo pessoal e demais modalidades de crédito contratadas em bancos e financeiras. Dívidas com bens dados em garantia (como veículos, motocicletas e imóveis), dívidas prescritas e contratos com as parcelas em dia não podem ser renegociados.

Os cidadãos interessados em participar do mutirão podem pedir a renegociação com as instituições financeiras onde têm dívidas. A lista completa dos canais de atendimento está disponível na internet.

O devedor também pode pedir a renegociação por meio do portal Consumidor.gov.br ou pelos Procons que aderiram à iniciativa. Outras informações sobre o Mutirão de Negociação e Orientação Financeira estão disponíveis no Meu Bolso em Dia.

O Banco Central fornece dicas para que o cidadão se prepare melhor para a renegociação. Em primeiro lugar, o devedor deve consultar o Registrato, para saber quais são as suas dívidas em atraso. Em seguida, deve acessar as dicas da Febraban para planejar o orçamento doméstico e entender como a renegociação afetará a vida financeira.

Outra recomendação é acessar a plataforma Meu Bolso em Dia. A página fornece orientações e capacitação para que o cidadão continue a aprender a lidar com o dinheiro e melhorar a saúde financeira. O BC também oferece ações de educação financeira

O BC esclarece que o mutirão não é recomendado para todos. As pessoas que preenchem os requisitos para negociar pela Faixa 1 do Programa Desenrola Brasil devem buscar renegociar suas dívidas por esse programa, que oferece condições mais vantajosas, como desconto médio de 83% do total da dívida, podendo chegar a 96%.

A Faixa 1 do Desenrola abrange dívidas de até R$ 5 mil para quem tem renda de até dois salários-mínimos ou está inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) do Governo Federal. Mais informações podem ser obtidas na página oficial do Desenrola.

Os superendividados, conforme previsto na Lei 14.181/2021, têm direito à renegociação global e simultânea com todos os credores. Essa lei possibilita acordos mais adequados que a negociação individual com cada banco e a solução efetiva para o problema do superendividamento.

As pessoas em situação de superendividamento devem buscar ajuda especializada nos órgãos de proteção e defesa do consumidor. A plataforma Meu Bolso em Dia também dá orientações sobre o tema. (Agência Brasil)

Advogado do Consumidor & Cidadão Consciente

Conheça seus Direitos

Direitos do Consumidor e o Procon SP

Por Nicholas Maciel Merlone

Trago desta vez, em nosso espaço, alguns informes compilados do Procon SP. Pois bem! Bora lá!?

Procon-SP acompanha segmento de apostas e jogos online e já recebe reclamações

Especialistas do órgão de defesa do consumidor também se aprimoram para oferecer a melhor orientação aos usuários e para recomendar práticas comerciais responsáveis às empresas

+++

Procon-SP faz primeira fiscalização do Protocolo "Não se Cale" em todo o Estado

Após o período de orientação, estabelecimentos precisam estar adequados com sinalização e pessoal treinado; não atendimento das normas pode acarretar em multas

São Paulo, abril de 2024 – O Procon-SP começou nessa sexta-feira, 5, a fiscalizar bares, restaurantes, espaços de shows, eventos, casas noturnas e similares, em relação ao cumprimento do Protocolo "Não se Cale", que visa atender mulheres sob risco de sofrerem violência (durante o festival Lollapalooza aconteceu uma ação preliminar; mas a partir de agora, as normas do "Não se Cale" passam a integrar o check-list regular de fiscalização do Procon-SP, que incluem ainda as leis que regulam as questões do álcool e fumo).

+++

Preços médios dos repelentes têm alta de 5,26% em uma semana, revela pesquisa do Procon-SP

A pesquisa também constatou que a oferta está mais reduzida, com menos opções disponíveis para o consumidor

+++

Enel recebe mais uma multa do Procon-SP por diversas infrações ao Código de Defesa do Consumidor

+++

Levantamento de preços de refeições em restaurantes da Capital

Procon-SP revela que de janeiro de 2020 a fevereiro de 2024, o preço médio da refeição self-service por quilo teve um aumento de quase 41%; em um ano, a variação foi de 7,64%

+++

Procon-SP reforça orientação para cidadãos que sofrem com interrupção no fornecimento de energia elétrica no centro da Capital

Perda de alimentos e remédios por falta de refrigeração deve ser amplamente documentada e pode ser reivindicada pelos consumidores; micros e pequenos empresários também podem registrar reclamações

Nicholas Maciel Merlone - | Advogado especialista em Direito do Consumidor com Escritórios Parceiros | Professor Universitário | Mestre em Direito | Articulista & Escritor.
Instagram: @nicholasmmerlone / Contato: nicholas.merlone@gmail.com